

EE-GEDOC  
RIPUBLICA

IMPUNTAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

nº 182

# MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960.

1961

Officinas Gráficas da Imprensa Oficial  
PORTO ALEGRE

GEDOC

Senhor Presidente  
Senhores Deputados.

Ao assumir, nesta Assembléia, o mandato em que fui investido pela livre decisão dos meus conterrâneos, afirmei que o meu grande compromisso era o de empenhar com o maior vigor tôdas as minhas energias na ingente tarefa de promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade rio-grandense.

Transcorridos dois anos, posso dizer que o governante, fiel ao candidato, não faltou ao seu pacto com o povo.

Empreguei e venho empregando dedicação e dinamismo, vontade e idealismo, a vibração das idéias e o calor do meu entusiasmo na reta consecução dos meus propósitos e no claro cumprimento dos meus compromissos.

Quando aqui prestei meu juramento constitucional, reconstitui as emoções da jornada cívica, novamente experimentando-as. Tornaram-se mais vivas em minha consciência de moço as esperanças renovadores do nosso povo, das quais me fizera depositário.

Iniciei o govêrno. Em meio a tantas e intensas expectativas, movendo-me no clima generoso da confiança popular, eu não imaginava que iria me defrontar, dentro em pouco, com uma situação de dificuldades, tanto maiores porque pouco precisas, apenas delineadas no quadro de tensões sociais que se ia desenhando diante dos olhos atônitos de todos nós. Sentimos que em nossa volta levantavam-se aflições que a todos atingiam em maior ou menor escala, sem contudo definirem-se numa configuração clara e inequívoca.

Em situação precária estava a administração estadual. Vários setores da vida pública não tinham sequer rumo estabelecido. As atividades eram exercidas em ritmo descontínuo, entre alternâncias e intermitências que indicavam ausência de planejamento, carência de programação, falta de uma diretriz geral e até mesmo de uma filosofia de govêrno.

A vida dêsse organismo tão delicado que é o Estado, magnífica criação da inteligência humana ante as necessidades sociais, processava-se desarticuladamente. Foram assim grandes decisões, de alto alcance, as deliberações do Poder Legislativo votando, an-



tes mesmo de minha posse, o "II Plano de Obras", e a lei que redistribuiu as funções no Secretariado, através de criação das Secretarias de Energia e Comunicações, Saúde, Trabalho e Habitação, Administração, Economia, Transportes e Segurança. Com estas decisões legislativas recebeu o novo Governo os primeiros instrumentos para uma ação mais disciplinada e um trabalho mais adequado aos seus deveres. À adoção desses instrumentos, seguiu-se um ingente esforço de sistematização, através de levantamentos de dados e da coleta de informações que permitissem o equacionamento dos problemas e a racionalização da administração pública, uma e outra providências visando aumentar o rendimento das atividades administrativas, superar as deficiências estruturais do serviço público, enfim, dotar o Estado de aparato orgânico que pudesse representar um passo decisivo no sentido do progresso, do desenvolvimento e da criação de condições de vida mais justas e mais humanas para um povo valorizado pela educação e pela cultura.

Empenhados nesta tarefa de disciplina administrativa, de revisão das estruturas do Estado no setor de serviços, eis que começamos a ser assediados por uma onda de reclamações, traduzindo a inconformidade de muitos setores com a situação que atravessávamos. Essa onda de reclamos chegou a constituir-se mais do que em elemento de perplexidade, em fator de perturbação dos esforços que vínhamos empregando para dar à administração uma pauta que servisse ao seu trabalho produtivo e eficiente.

\* \* \*

Vinham de todos os cantos os clamores, procediam de tôdas as fontes os protestos, emanavam de tôdas as categorias os gestos de impaciência, surgiam de tôdas as camadas sociais as manifestações de inquietação e, por vêzes, até de revolta contra o quadro geral com que defrontavam os empregadores e os assalariados, os agricultores e os criadores, os industriais e os operários, os comerciantes e os comerciários.

Era a grita incessante, veemente e continuada contra a elevação de preços das utilidades, a alta incessante do custo de vida; era a luta, de um lado, por salários, e, de outro lado, por preços justos para os produtos do labor agro-pastoril ou industrial; era ao mesmo tempo o Estado que não arrecadava para pagar seus próprios servidores, ou atender às necessidades de inversão indispensáveis ao seu desenvolvimento; eram os industriais estrangulados pela restrição do crédito que se viam impossibilitados de adquirir até a matéria prima para suas fábricas e obter inclusive numerário para a folha de seus empregados; eram, ainda, empresários que não podiam reequipar seus par-

ques industriais, promover a modernização de suas fábricas, elevar a produção e a produtividade de suas empresas, perdendo, portanto, seu poder competitivo; era a onda crescente de desemprego, atingindo áreas até então prósperas, de que é exemplo típico a cidade de Rio Grande, ou outras áreas até então isentas de conflitos sociais, como a cidade de Caxias do Sul, para citar um caso expressivo; era o crescimento angustioso e ultrajante das legiões de marginais, ampliando o círculo de miséria em torno das cidades; era o quadro do êxodo rural, aumentando o desfalque de nosso capital humano, daqui se exilando em busca de melhores horizontes de vida; era a procissão melancólica e ao mesmo tempo revoltante de fábricas que ameaçam cerrar suas portas, ou reduzir suas atividades, e de outras, transformando-se ou na iminência de se transferir para regiões irrigadas pelo progresso.

Vimos, de coração confrangido, uma cultura tão identificada com o Rio Grande do Sul, porque aqui iniciada desde os primeiros dias de nossa formação histórica — a nossa triticultura — ameaçada de ser banida da paisagem agrária de nossa terra, castigada mais do que pela adversidade climática, pelas diretrizes financeiras do Governo Federal, a falta de assistência técnica, a ausência de uma política genética e os agravantes fatais de uma comercialização defeituosa, entrvada e inóqua, ante as condições de importação de grandes massas do similar estrangeiro; era, em ciclos crescentes de intensidade, o clamor geral por mais crédito, no comércio, na indústria e em todos os setores produtivos cujas atividades se entorpeciam; era a insistência sempre reiterada das solicitações pelo redesconto, para cobrir insuficiências que, de agudas, se foram tornando crônicas, pelo agravamento progressivo da escassez monetária.

\* \* \*

No campo e na cidade o panorama que aqui reproduzimos a largas tintas, era o mesmo, à nossa contemplação levantou-se o painel de uma crise que se poderia afirmar ainda não registrada pela história, com esta amplitude, na vida de nossa querência.

Todos se dirigiam ao Governo do Estado com suas inquietações e suas perplexidades, suas revoltas e suas amarguras. E o Governo do Estado, como era de seu dever, não recusou-se a ser, em instância superior, o intérprete de tôdas essas angústias que escapavam ao seu poder de decisão, porque geradas por fatores estranhos; angústias à comunidade gaúcha compulsoriamente por forças e dispositivos fora do nosso alcance e controle.

Em nenhum instante fugimos ao cumprimento do dever que a nós se impunha como inelutável imperativo de solidariedade hu-



mana e não apenas como dever administrativo. E mais que isso: como imposição incoersível de nossa formação moral a de nossas convicções ideológicas.

\* \* \*

Estávamos sob um Governo Federal que se proclamava executor de um grande plano de inversões e de uma política de desenvolvimento anunciada como destinada a transformar a fisionomia do País.

Era, por isso mesmo, o Governo Federal, o pólo de tôdas as esperanças, que para êle se voltavam na expectativa de uma palavra, de um gesto, de um ato, ou decisão que nos arrebatasse aos sofrimentos impostos, sofrimentos que sabíamos não provir por culpa nossa, antes pressentíamos descer sôbre nós quasi como um castigo, ou uma condenação. Pois se trabalhavamos nos campos e nas cidades produzindo bem; e se no Governo administravamos eficientemente empolgados apenas pelo incontido desejo de acertar, como podíamos ficar expostos a tantas aflições, incertezas e perplexidades, à falta de reciprocidade e de reconhecimento, à falta de justa compensação ao labor honesto e produtivo de tôda a nossa coletividade?

\* \* \*

Com alento e esperança voltamo-nos para o Governo Central, aos seus Conselhos e ao seu mais alto responsável, levando e transmitindo as inquietações que atormentavam esta unidade da federação brasileira.

Para um administrador animado dos mais sinceros propósitos de servir, e habituado ao culto da lealdade, era desconcertante verificar que enquanto o Governo da União proclamava realizações e a execução de planos de grande envergadura, em contraste com realizações e planos não só o Rio Grande do Sul não participava das decantadas realizações, como sentia estar sofrendo perturbações típicas de um processo regressivo. Êste conjunto de sensações e pressentimentos era ainda ampliado pela impressão de que nossos apelos ficavam sem ressonância.

Apesar da perplexidade que em nosso íntimo provocavam aqueles contrastes, não cedíamos nem ao desalento, nem às suspeitas de incompreensão e abandono. Insistentemente, quase que com apaixonada obstinação voltávamos a chamar a atenção do Governo Central para a desconcertante realidade. Primeiro, procurando entendimentos; depois, formulando e transmitindo apêlos; em seguida, portanto reclamatórias, para terminarmos como interprete

das expressões da nossa inconformidade, ante, diante e em face do que a nós se apresentava como injustiça, como iniquidade, como odiosa e intolerável discriminação.

Sopitando sentimentos de rebeldia íntima, pedimos ao Executivo Federal que procurasse definir e esclarecer a situação do nosso Estado, diagnosticando a natureza de nossos males, dado que só o Poder Federal teria ao seu alcance os instrumentos e meios de análise que facilmente conduzissem a uma compreensão correta dos fenômenos que afetavam o Rio Grande do Sul.

Tal porém era a falta de compreensão e receptividade que nos sentíamos falando linguagem diferente, pois um mínimo de entendimento e de unidade de vistas não foi possível estabelecer. Todos os apêlos, ainda os mais veementes, caíam no vácuo, quando não davam impressão de receber o selo de uma hostilidade oculta e tanto mais injusta quando deixava de atingir o Govêrno do Estado ou a figura do Governador, para ferir cruelmente, sem piedade e sem complacência, tôda a comunidade humana do Rio Grande do Sul.

Não desfalecíamos, porém. Quando começou a se esvair a esperança na assistência federal que nos era devida na análise e no estudo dos problemas, resolvemos, nós mesmos, pesquisar, inquirir, investigar as causas, fontes e origens dos males e fenômenos que tão rudemente afetavam a nossa vida.

Foram horas, dias, noites consumidas na pesquisa e na reflexão; tôdas as energias foram lançadas no deslindamento dos problemas, na identificação de suas origens, no dimensionamento de suas conseqüências e de suas implicações.

\* \* \*

Dominando o resultado das primeiras pesquisas e investigações, chegamos a esta Casa. Senhores Deputados, para aqui realizar, perante esta Assembléia, em reunião especial, a nossa primeira exposição sôbre a crise sul-riograndense, crise que depois, sempre graças a estudos refeitos em longas e pacientes vigílias, entre as mais graves apreensões, verificamos ser a mesma de que se achavam prisioneiras outras áreas do País, outras regiões brasileiras, igualmente como nós postas à margem do processo de desenvolvimento implantado e incrementado em apenas restrita área do território nacional e, o que é mais grave, com inequívoco favorecimento dos grandes grupos econômicos, em sua quasi totalidade subsidiários de grupos estrangeiros.

Convictos de que nossos problemas não eram apenas de conjuntura mas de estrutura; de que, nas suas origens, não dependera para sua formação e rápida evolução de nossos êrros e deficiências



de que também êles se identificavam com os problemas de outras áreas como os Estados de Santa Catarina e do Paraná, a de regiões como a Amazônia, o Meio-Norte e o Nordeste, entendemos que era do nosso impostergável dever dar o alarme, conclamando os estudiosos e os técnicos, mobilizando consciências, convocando homens de pensamento e de cultura para o seu mais amplo debate e a procura das soluções justas e inadiáveis.

Pelo cumprimento dêsse dever pagamos o nosso tributo à incompreensão de alguns, à má fé de muitos, aos interesses contrariados de tantos, mas nem incompreensão, nem má fé, nem intencionais êrros de julgamento tiveram fôrças para nos deter no cumprimento do que era estritamente o nosso dever, não mais apenas de Governador dêste Estado, ou de simples cidadão do Rio Grande, mas dever indeclinável de brasileiro e de homem público dêste País.

De brasileiro que não podia, como não pode compreender que o progresso de algumas regiões de seu País seja feito às expensas e como o sacrifício de tôdas as outras regiões. De brasileiro que não pode admitir como correta, justa e eqüenime uma política federal que discrimine entre Estados, tratando desigualmente as regiões que compõem e integram a unidade da Pátria.

\* \* \*

Apresentando o problema do Rio Grande do Sul, suscitando a sua análise, reclamando o seu exame, clamando pela alteração dêste quadro de disparidade, levamos o debate a todos os setôres ao nosso alcance.

O ardente debate travou-se no recinto desta Assembléia Legislativa; fez-se na tribuna do Congresso Nacional; estabeleceu-se nas instituições e nas entidades de classe, nos sindicatos, entre os estudantes, nas ruas, na imprensa, nos livros, nos relatórios, nas conferências, na Universidade, na cátedra e no recesso dos lares.

E não só ganhou êsses níveis, como se estendeu as outras unidades, federativas, que se reconheceram refletidas no nosso painel, como nós nos reconhecemos projetados na paisagem angustiada da vida nordestina.

Movida pela palavra, acionada pela fôrça dos argumentos, impulsionada pela dinâmica das idéias a análise das disparidades regionais conquistou consciências, mobilizou vontade e hoje pulsa na criação de uma mentalidade que se traduz no princípio da **igualdade de oportunidade para o desenvolvimento**, princípio que mais do que um **slogan** deve ser a idéia normativa da nova política econômica e financeira que a Nação reclama, si quisermos não só ga-

rantir o crescimento harmonioso, homogêneo e equilibrado do País, como ainda e sobretudo, preservar os supremos interesses da unidade nacional.

\* \* \*

País de dimensões continentais, sendo uma federação de economias regionais, o Brasil não pode adotar e ter planos de desenvolvimento como si fôsse uma Nação da proporção da Holanda ou da Bélgica, países que se atravessa quasi de bicicleta. Somos um império — somos um continente. Nas nações pequenas, uma fábrica localizada no norte, esparge benefícios por todo o território. Numa nação como a nossa si não se fizer corretamente a distribuição geográfica da indústria, a fábrica que fôr montada nas zonas de economia dominante, tendo o país por concessão e o mercado nacional por área fechada de influência e hegemonia, passará a sugar a economia das regiões periféricas em vez de a elas levar benefícios e impulsos desenvolvimentistas. Geram-se assim, por fôrça daquela sucção, efeitos inibitórios do desenvolvimento das áreas-satélites. A acumulação dêsses efeitos inibitórios, agindo e reagindo em cadêia, termina por provocar um processo regressivo na economia do país, como hoje ocorre, de forma tão manifesta.

Quando o último Govêrno da República acelerou o processo de industrialização no Centro-Sul, não cuidou êle da distribuição geográfica das unidades de vanguarda, da localização equitativa do parque manufatureiro; nem mesmo de realizar uma política de tratamento diferenciando de nossa economia que, é por excelência, uma economia diferenciada. O resultado foi, como não podia deixar de ser, a concentração industrial numa restrita e limitada área do Centro-Sul, destacadamente São Paulo. E como não houve tratamento diferenciado; e como não houve preocupação na distribuição de localização geográfica da indústria; e como não se considerou o país uma federação de economias regionais, o resultado foi que se fez automaticamente a pré-localização da indústria no Centro-Sul. Essa localização surgiu com a fôrça de uma pré-determinação. As conseqüências desta distorção econômica começam agora a ameaçar a própria unidade política do país, porque os Estados da Amazônia, do Meio-Norte ao Nordeste e do Nordeste ao Centro Oeste e do Centro Oeste ao Extremo-Sul não desejam continuar descendo na escala do empobrecimento, reduzidos à condição de colônias internas e territórios economicamente não-autônomos. A reação contra êsse aviltamento econômico dos Estados já está provocando uma espécie de sindicalização das regiões marginalizadas e das áreas espoliadas. Nosso dever, Senhores Deputados, é



evitar que essa reação, em si mesma justa, assumia feição de ato predatório contra a União. Como evitá-lo? Adotando e promovendo uma política assentada no planejamento regional, a partir da consideração do Brasil como um continente econômico. Dessa forma, impõe-se o zoneamento do país — sua divisão, para efeitos de desenvolvimento harmônico, em regiões geo-econômicas que seriam cinco: Amazônia e Norte; Nordeste; Centro-Sul; Centro-Oeste e Extremo-Sul. Apoiada nesse pressuposto básico, a União estabeleceria uma política diferenciada de favôres e estímulos adequados a cada região, ajustados às suas conveniências e exigências.

No sentido desta idéia apresentamos sugestões na Reunião de Florianópolis, através de uma **Declaração de Princípios** à qual ainda nos referiremos. Quero, hoje, apenas salientar que lastreado por tais concepções lançamos em Santa Catarina, com apôio irrestrito e o aplauso incondicional e veemente de S. Excia. o Senhor Presidente Jânio Quadros, o projeto da criação de um Conselho Regional de Desenvolvimento e Coordenação do Extremo Sul e de um Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, ambos definidos como instrumento de planificação regional a execução de programas e projetos tendentes a promover a expansão econômica da nossa região. É este um passo decisivo na luta pela implantação de uma nova política geral de desenvolvimento, política que, partindo do regional chegue ao nacional, mas a êle chegue harmônicamente, simétricamente, sem choque, sem desníveis, sem focos de atrito, antes com equilíbrio e, sobretudo, com justiça e equidade.

\* \* \*

Superando dificuldades, vencendo limitações, muitas vezes ou na maioria das vezes dificuldades e limitações que não eram de natureza técnica ou cultural mas oriundas do posto de observação de que dispomos, chegamos a definir, em linhas gerais, a desenhar com incisivos traços o quadro geral do processo a que estávamos e ainda estamos submetidos.

Nunca será demais insistir na definição desse quadro, que é o da marginalização da economia gaúcha; nunca será demais insistir, porque em cada oportunidade que com êle tratamos descobrimos novos aspectos e novas singularidades, e assim, portanto, enriquecemos a nossa própria análise.

Não está na origem de nossos males apenas o impacto da inflação desencadeada no País, por grande que seja, e ela o é. Seus efeitos predatórios produziram-se na nossa economia e não seria admissível tentar negá-los, atenuá-los ou desconhecê-los.

Não está também na causa única de nossos males a queda das inversões do Governo Federal durante o programa de metas,

queda que se deu no nosso Estado, e deu-se verticalmente. Quanto a esse fator é preciso dizer que, segundo balanço feito até 1959, das inversões do programa de metas, compreendendo os programas anteriores e em execução, os nossos empreendimentos e a construção de Brasília, o Governo Federal destinou ao Rio Grande do Sul pouco mais de 2%. Em relação aos novos empreendimentos do último período presidencial constantes do programa de metas aquela percentagem foi de apenas 0,3%. Cumpre ter igualmente presente, para a exata avaliação dessa iniquidade que nosso Estado representa cerca de 10% da economia nacional. Esse fato não impediu que mais de 25 bilhões previstos no programa de metas para o Rio Grande do Sul fôssem desviados de sua destinação.

Não devemos levar somente à conta do índice baixíssimo de investimentos estrangeiros em nosso Estado, o agravamento ou mesmo a origem do processo de nossa marginalização econômica. Não quer isto dizer que não reconheçamos que aqueles índices foram insignificantes. E tendo sido insignificantes foram também significativos — foram e são significativos na medida em que a sua insignificância serve para demonstrar, — provar e comprovar como a região do centro dinâmico atrai, polariza, imanta os investimentos, desviando — os de todo o resto do Brasil onde poderia atuar como fatores coadjuvantes do desenvolvimento econômico regional. Vejamos, a desproporção entre aqueles índices de investimentos estrangeiros. Enquanto a região Centro Sul (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Guanabara) recebeu, desde a vigência da instrução 113 até julho de 1960, 94,41% do total dos inversões feitas no país, o Extremo Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) recebia apenas 1,4%.

\* \* \*

Todos esses fatores compõem o complexo da marginalização que é um verdadeiro rendilhado de causas e efeitos. Efeitos que também se tornam causas e, nesta intercorrência, terminam construindo nosso círculo vicioso da pobreza.

Se todos os fatores acima mencionados atuam no processo de desvitalização de nossa economia, produzindo a marginalização tanto dos setores agro-pastoris quanto dos setores industriais, a verdade básica é que o cerne do processo de descapitalização e de marginalização está nas distorções da política de desenvolvimento e nas distorções da administração da economia do País, distorções ambas que nos últimos anos assumiram dramática intensidade.

Por distorções de administração econômica e financeira do País entenda-se a brutal aceleração da velocidade inflacionária que



na sua avalanche desencadeada levou de roldão a estabilidade monetária, desorganizando o capital e o trabalho.

Por distorções da política de desenvolvimento chamamos o erro da implantação no País de um centro dinâmico único, como o que se instalou numa restrita área do Centro do Sul, precisamente aquela que já era a mais próspera e a mais rica.

Implantando ali aquele centro — e essa implantação se fez com a transferência de recursos, inclusive em divisas, captadas em tôdas as regiões do País — o que se afirmava, na época, era que os sacrifícios representados ou implícitos naquela captação seriam devolvidos ao resto do Brasil com as vantagens e as "ondas" do desenvolvimento concentrado na área favorecida.

Mal começou, porém, a funcionar aquele centro e o que se verificou foi precisamente o oposto do que se afirmava. Em vez de irradiar, de transmitir, de levar riquezas para outras regiões, êle se transformou em bomba de sucção de tôda a economia nacional, agravando, como no caso da Amazônia, do Meio Norte e do Nordeste, as disparidades regionais já existentes, ou criando novas áreas de disparidades, como no caso típico do Rio Grande do Sul.

Para falar de maneira muito sumária, foi isto o que se verificou e se está verificando. E por que?

Porque enquanto a área em que se implantou o centro dinâmico caminhou para a grande industrialização produzindo bens de capital, as outras áreas postas à margem do desenvolvimento continuaram sendo regiões de economia agrária, como o são predominantemente a Amazônia, o Meio Norte e o Nordeste; e regiões de economia assentada em atividades agro-pastoris e na indústria de bens de consumo, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Da simples enumeração dêsse fato salta logo à vista a decalagem que se estabeleceu entre a região beneficiada pelo centro dinâmico e as regiões marginalizadas.

Em consequência dessa decalagem os termos de intercâmbio entre a região produtora de bens manufaturados e de equipamentos e as demais regiões agro-pastoris ou só produtoras de bens de consumo, tornaram-se lesivos aos interesses das regiões não industrializadas.

O regime de troca converteu-se, desta forma, em agente corrosivo dessas economias, como se exemplifica com o caso do Rio Grande do Sul.

Cumprе ainda observar que as áreas não industrializadas só podiam comprar na área onde se implantou o centro dinâmico que ficou com a concessão do mercado nacional, e, por isto, tendo assumido a posição de **economia dominante** passou a ditar para todos os demais Estados seus termos de comércio, suas condições de intercâmbio sem outra consideração que não a de seus interesses.

A primeira consequência deste desequilíbrio, gerado pela falta de paridade nas relações de troca, relações continuamente agravadas pela dinâmica inflacionária, fêz-se sentir na área dos produtos agro-pastoris, cujos preços entraram em violento desnível face aos preços dos produtos manufaturados, produtos inclusive necessários à produção e ao trabalho rural. Os produtos agro-pastoris passaram a ter continuamente seus preços aviltados enquanto os preços dos produtos manufaturados continuamente se valorizavam.

Além da disparidade entre os preços dos produtos agrícolas e dos produtos industriais, tivemos, nós do Rio Grande do Sul, a agravar a nossa situação uma política de contingenciamentos por tal forma violenta que dos 17 produtos básicos da nossa economia, 12 foram drasticamente atingidos.

Por força da deterioração nas relações de troca sómente nos dez últimos anos, fomos progressivamente sofrendo uma sangria de 49 bilhões de cruzeiros, numa média, portanto, de 4 bilhões, por ano. Esta foi uma conclusão a que chegou, após prolongadas pesquisas realizadas no Estado, um órgão de insuspeição política e da categoria técnica do Conselho Nacional de Economia.

\* \* \*

Os efeitos desse quadro fizeram-se sentir de imediato sobre as finanças públicas. O Estado foi levado, por esse processo de desgaste econômico, à ingressar num ciclo de **déficits**.

Tornou-se a situação ainda mais angustiosa quando, sabendo como sabemos que a grande expressão da receita pública é o imposto de Vendas e Consignações, passou o Estado a arrecadar sobre produtos de preços cada dia mais aviltados e a pagar sobre bens manufaturados, cada dia mais valorizados.

A demonstração completa e cabal de que o regime de **déficits** não é uma singularidade nossa, está em que todos os demais Estados da Federação, excessão de São Paulo, vivem em regime deficitário. Nêsse regime só não vive o Estado de São Paulo, justamente aquele em que se implantou a grande industrialização, a qual se trasformou em sua grande fonte de receita. Aquela admirável unidade da Federação arrecada uma percentagem sobre bens valorizados e paga, em sua despesa, sobre índices que não acompanham a referida valorização, como é o caso do pessoal.

No primeiro ano do meu governo, ao assumir, encontrava-se o orçamento na seguinte situação:



(Em milhões de Cr\$)

Receita .....	13.177
Despesa .....	14.351
	<hr/>
Déficit .....	1.174

Ao encerrar o exercício, a execução orçamentária assim se apresentou:

Receita .....	13.457
Despesa .....	13.832
	<hr/>
Déficit .....	375

O déficit previsto de Cr\$ 1 bilhão 174 milhões ficou reduzido para Cr\$ 375 milhões, ou seja diminuído de 67%.

No ano recém findo, o orçamento aprovado assim se compunha:

Receita .....	18.183
Despesa .....	23.158
	<hr/>
Déficit .....	4.975

Pelos dados levantados pela Secretaria da Fazenda, sujeitos a pequenas alterações, a execução se encerrou com a seguinte posição:

Receita .....	22.435
Despesa .....	22.550
	<hr/>
Déficit .....	115

Tendo o déficit previsto de Cr\$ 4.975 milhões ficado reduzido para Cr\$ 115 milhões, houve, portanto, uma diminuição de 98%.

Esses dados permitem aquilatar do esforço despendido, nestes dois últimos anos, que possibilitou inverter a tendência alarmante dos déficits crescentes, iniciada em 1955. Daquele ano até 1958 foram os seguintes os déficits:

(Em milhões de Cr\$)

1955 .....	367
1956 .....	321
1957 .....	1.154
1958 .....	1.173

Em 1959 e em 1960, como há pouco me referi, decaíram, respectivamente, para Cr\$ 375 milhões e Cr\$ 95 milhões, ainda que nos resultados aludidos estejam computados o produto de operações de crédito, como também nos elementos arrolados, referentes aos exercícios financeiros anteriores a 1959.

Conforme fôra previsto, a legislação do "II Plano de Obras" intensificou e apurou o processo que vem sendo adotado pelo Estado desde 1954, decorrência do "I Plano", proposto quando tive a honra de ser, no Governo do Exmo. Sr. Gen. Ernesto Dorneles, o titular da Secretaria das Obras Públicas, e que consiste em separar as despesas de investimentos das de custeio, incluindo-se nos orçamentos dotações globais, para atendimentos daqueles.

A aplicação de tais recursos se processa através da abertura de créditos, respeitada a destinação das receitas a eles imputados, e tendo em vista o plano de inversões legalmente autorizado.

Esse procedimento tem possibilitado a flexibilidade que deve caracterizar os instrumentos financeiros de execução de obras e serviços planejados para vários exercícios ensejando, ainda, a utilização mais eficiente e oportuna dos recursos correspondentes.

\* \* \*

Outro aspecto que mereceu atenção especial do meu Governo foi o atinente aos salários e vencimentos de pessoal em confronto com as alterações do curso de vida e seus reflexos nos orçamentos públicos, decorrentes de atualizações salariais realizadas esporadicamente. Com a adoção do salário móvel, através da Lei n. 3.889 A. de 30 de dezembro de 1959, não só foi alcançado um alto espírito de justiça social entre as relações do Estado com seus funcionários, legítima conquista da maior conveniência do bom andamento dos serviços públicos, como também ficarão atenuados nos futuros orçamentos, os impactos oriundos de tais reajustamentos.

No corrente ano, como estava previsto, foi aplicado aos salários um corretivo de 36,6%, baseado no aumento do custo de vida no período de junho de 59-junho 60. Anualmente serão apurados os índices, procedendo-se o reajustamento uma vez que acusem elevação superior a 10%.

Mais uma vez o Rio Grande do Sul madrugou na implantação de um sistema que, a continuar o processo inflacionário, deverá ser um imperativo para as demais unidades da Federação e para a própria União.

\* \* \*



Mau grado todos os fatores adversos, procuramos uma execução orçamentária próxima a um ponto de equilíbrio relativo.

Poder-se-ia alegar que se tivéssemos realizado uma política de cortes drásticos, dispensando pessoal, suspendendo obras e inversões, não iniciando outras, reduzindo ainda o ritmo de outras, talvez tivéssemos atingido o equilíbrio absoluto na execução orçamentária.

Seria um equilíbrio, estéril e improdutivo. O chamado equilíbrio orçamentário não pode constituir um fim em si mesmo, nas nossas atuais circunstâncias não deve passar senão de um desejado propósito a atingir. Propósito que tem um limite intransponível: a condição de não afetar o processo ou as possibilidades de desenvolvimento.

Quando as economias chegam ao ponto de estagnação e tendem à depressão em pleno surto inflacionário, realizar um equilíbrio orçamentário absoluto importa em acelerar a marcha para a depressão, além de agravar inapelavelmente a situação social.

Além do mais, não seria apenas contrastante: seria aberração — enquanto o Governo Federal se engolfava numa inflação estonteante, que aguardaria à unidade da Federação que pretendesse realizar uma deflação provinciana?

Sem abandonar, no campo financeiro, os cuidados adequados de ordem, disciplina e parcimônia, entendemos que a vitalização da nossa economia tornava imperiosa o máximo de inversões de que fôssemos capazes de realizar nos empreendimentos de infraestrutura, precisamente aqueles que são o centro nuclear do desenvolvimento econômico e do progresso social.

\* \* \*

Com a clara noção dos nossos problemas, à qual sempre aliamos a compreensão dos problemas nacionais, sobretudo dos problemas das áreas lançadas como a nossa, em processo de marginalização, trabalhamos nestes dois anos, particularmente neste ano recém findo de 1960, promovendo os debates a que já nos referimos, aprofundando os estudos a que nos dedicamos, procurando construir dentro e fora do Estado uma mentalidade e um clima de compreensão para as nossas dificuldades, os nossos anseios de progresso e a nossa inconformidade com a situação a que fomos relegados.

Procuramos dentro do Estado criar uma mentalidade favorável ao desenvolvimento. Além das fronteiras do Rio Grande, procuramos, em todos os setores responsáveis pela vida do País, sobretudo junto aos altos Conselhos da República, criar a mesma comunhão de vistas sobre a nossa problemática, pois como nos ensinou

o exemplo do Nordeste, quando se institucionalisa um processo de marginalização a área em que êle se instala não tem condições para superá-lo espontaneamente. A reversão espontânea desses processos é inviável e ela só se pôde dar com a compreensão do Governo Central e o esforço conjugado de todos.

Ao lado desta verdadeira cruzada em que nos empenhamos, ocupamo-nos intensamente com o equacionamento objetivo dos nossos problemas, planejando, sistematizando-os em programas e projetos definidos e específicos.

Considero-me resgatado de todos os sacrifícios a que voluntariamente me impuz ao contemplar agora os resultados obtidos com a pregação contra àquele panorama injusto a que exaustivamente já nos referimos.

Podemos afirmar que existe, hoje, no País uma consciência nacional em tôrno do problema dos desníveis e discriminações regionais que é, por excelência, o problema das novas gerações de homens públicos do nosso País.

Fortalecemos, no âmbito nacional, a nossa posição, pela aliança natural de outras regiões: regiões como o Nordeste e a Amazônia que vivem, hoje, a hora de seu Grande Despertar, hora que é, também, primordialmente a do Rio Grande do Sul.

\* \* \*

Tão fortemente foi a pregação contra as disparidades regionais e em particular sôbre o processo de marginalização da economia gaúcha, que ela empolgou muitos setores da opinião nacional, e, inclusive, na última campanha pela sucessão presidencial, vimos o apaixonante tema dominar todos os debates, inflamar os comícios, empolgar e concentrar a atenção e a reflexão de todos os candidatos.

O então candidato e hoje Presidente da República, S. Excia. o Senhor Jânio Quadros, através de manifestações inequívocas, no decurso de sua campanha, deu a mais completa ressonância e o mais perfeito endosso às nossas primeiras observações sôbre o que se viria a chamar de **descapitalização do Rio Grande do Sul**. Posteriormente, em outros pronunciamentos, S. Excia., já eleito e empossado, voutou a insistir na necessidade urgente da União-deter o processo de nosso empobrecimento e da nossa descapitalização.

Ainda sôbre essa necessidade referiu-se o Presidente em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, de 15 de março. E mais recentemente, na Reunião de Florianópolis, para a qual nos convocou e aos Governadores de Santa Catarina e Paraná, teve oportunidade de reafirmar suas referências e observações, tomando algumas medidas de caráter prático, inspiradas naquelas convicções,



e tendente a corrigir os efeitos que atuam contra o nosso desenvolvimento.

\* \* \*

Entendemos, Senhores Deputados, que desenvolvimento não se faz senão visando valorizar aquilo que já foi definido como o melhor capital e a maior riqueza de uma Nação: a criatura humana. Por isso mesmo, o crescimento econômico só alcança sentido quando também se converte em desenvolvimento social.

Nosso entendimento desta interpretação dos aspectos sociais e econômicos de toda política de crescimento e expansão, foi fixado na lei que instituiu o segundo Plano de Obras, e nossa concepção de política social, se tivéssemos de defini-la, diríamos que ela se sintetiza no lema que tem inspirado nossa ação planejadora e executiva.

### EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em concordância com esta filosofia de bem estar social, através de árdua sistematização, conseguimos elaborar nosso planejamento, no qual as iniciativas estão codificadas em programas e projetos específicos, distribuídos pelo seguinte decálogo:

### EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. — Educação Popular
2. — Saúde Pública. Abastecimento d'água. Saneamento.
3. — Política Social. Habitação Popular.
4. — Política Agrária e Produção Agro-Pastoril.
5. — Política Econômica. Iniciativa Privada. Cooperativismo. Finanças e Orçamento.
6. — Industrialização. Indústrias básicas.
7. — Energia Elétrica e Carvão.
8. — Transporte e Armazenagem.
9. — Comunicações.
10. — Organização, planejamento e outras iniciativas e prestações de serviços Política-municipalista. Outras diretrizes de ação política e administrativa do Governo do Estado.

Tôdas as realizações, iniciativas e empreendimentos classificados em programas e projetos estão codificados e relacionados, em volume especial, relatório que o Governo do Estado apresenta a esta Assembléia.

Nêle os eminentes representantes do povo encontrarão as informações essenciais sobre cada uma das iniciativas, tomadas pela minha administração, nos múltiplos setores de atividade.

Nesses volumes os Senhores Deputados irão encontrar, e em condições que lhes facilitarão a consulta, todo o conjunto de realizações do Governo. E se a êsse trabalho nos referimos, e para êle chamamos a especial atenção desta Casa, não é por um impulso de auto-exaltação, antes, muito antes, porque nessa recomendação vemos a oportunidade de, despersonalizando o trabalho, destacar o espírito de cooperação dos que nele colaboraram. O trabalho que realizamos não seria possível levá-lo a efeito sem o apôio valioso e imprescindível desta Assembléia. Também êle não teria tido feliz curso sem a cooperação de todos os meus assessores, dos meus auxiliares, desde os mais categorizados aos mais humildes, diversificados nas suas aptidões técnicas mas identificados no mesmo propósito de servir, na mesma dedicação à causa pública, no amor à terra e à gente gaúcha, de cujos interesses o Estado é o Guardião fiél e indormido. E porque êsse relatório é fruto de um trabalho de um trabalho de equipe, reflete êle a compreensão do povo gaúcho, a dedicação de uma comunidade inteira aos problemas coletivamente tratados, — fato que pode ser considerado algo de relevo no panorama administrativo do país. Não traz êsse trabalho o brilho que a publicidade confere às mensagens e relatórios de Governos que sutilmente aproveitam a oportunidade de prestação de contas para transformá-la em promoção propagandística. Preferimos outros caminhos mais silenciosos, mais discretos. Cremos que o que tem mérito real, valor autêntico, merecimento intrínseco, o que é legítimo, genuíno, termina sempre por conquistar justa avaliação, o aprêço devido que, como a Justiça Divina, pode tardar, mas quando tarda é porque está em caminho.

O ponto dominante, aquele que representa o ápice de nossa ação administrativa, o vértice de nossa capacidade de ação está consubstanciado em nosso programa educacional.

Educação foi a palavra que o candidato pronunciou com apaixonada insistência durante a campanha eleitoral. Educação foi o problema em que o Governo do Estado, neste período concentrou com maior energia sua obstinada determinação. Educação não como privilégio ou direito só facultado aos que possam pagá-la ou obtê-la nos grandes centros urbanos ou rurais, mas serviço que a Pátria deve a todos os seus filhos, sobretudo àqueles que pertencem às classes populares, às classes economicamente menos protegidas.

Educação, nós a entendemos como o instrumento mais poderoso de que o homem dispõe para a sua valorização e ascensão social.

Por isto, nossa política educacional é popular — visa elevar o nível mental e moral dos grandes massas e assim incorporá-las ao trabalho produtivo e à vida ativa do Estado e do País, à vida criadora da inteligência e da cultura.



Eis porque nosso objetivo é fazer com que a Educação atinja não só a infância das áreas mais próximas aos centros urbanos, mas que procure e descubra no recesso das mais modestas famílias do interior ou do rincão mais longínquo, a criança que o Estado deve transformar no perfeito cidadão de amanhã.

Senhores Deputados: apenas para dar a esta Assembléia a idéia da magnitude do nosso Plano Educacional e da enérgia com que nos devotamos cotidianamente à sua execução, permito-me mencionar que o resultado dêstes dois anos de esforços e lutas foram, só em relação ao ensino primário, a abertura de duas mil novas escolas distribuídas por todo o Estado, significando trezentas mil novas matrículas e importando na admissão de doze mil novas professoras.

E isto representa apenas a primeira etapa do Plano de Escolarização. Quando atingirmos a segunda etapa, em março de 1962, nenhuma criança em idade escolar no Rio Grande do Sul deixará de ter a sua matrícula tranquilamente assegurada.

A magnitude social, a grandeza humana, e o significado cultural dêsse fato só podem ser avaliados em sua exata dimensão se os Senhores Deputados, recordarem que, em nosso País, segundo os últimos dados oficiais, dos 8 milhões de crianças em idade escolar, só 4 milhões frequentam escolas e, dêstes 4 milhões, segundo ainda as estatísticas oficiais, somente 460 mil concluem o curso primário, isto é, menos de 6% do total da infância brasileira em idade escolar.

Em qualquer outra área do nosso País e da América Latina, não conhecemos empreendimento, ou realização com alcance social e humano comparável a êste programa que vem sendo executado em nossa terra o que há de se constituir em motivo de orgulho para o povo gaúcho, que assim réassume a liderança da luta nacional pela erradicação do analfabetismo e a elevação cultural das massas brasileiras.

Devemos salientar ainda que essa gigantesca iniciativa foi projetada de acôrdo com nossas disponibilidades, e nós a realizamos na quadra mais difícil de nossa vida administrativa, lutando contra toda espécie de limitações, como aquelas de que demos notícias na primeira parte desta mensagem. Não hesitamos, porém, um só momento na execução do nosso programa educacional, porque entendemos que educação é o melhor investimento econômico e o de rentabilidade social mais assegurada.

O conhecimento, a cultura, o saber, as tecnologias são fatores que, nos programas de desenvolvimento, têm importância essencial, procedem os próprios investimentos e as inversões.

Senhores Deputados: fiél à sua orientação, coerente com as normas que se traçou, o Govêrno do Rio Grande do Sul tem se mantido invariavelmente na posição de fator positivo de colaboração na tarefa de soerguimento social do Estado.

Nêsse sentido sempre admitimos que a colaboração do Govêrno Federal ao processo de recuperação e expansão econômica se fizesse sem reservas de nenhuma espécie, inclusive porque, como já salientamos, estamos convencidos de que os processos de marginalização quando atingem determinado gráu são de reversão expontânea impossível.

Desta forma, sempre procuramos a colaboração do Govêrno Federal, quer direta ou indiretamente, admitindo-a se fizesse através do Estado ou por outros meios. Nessa condição sempre foi uma única: que se fizesse alguma coisa em benefício da comunidade gaúcha.

Esta foi e continua sendo, Senhores Deputados, uma das feições de que se revestiu nossa disposição inabalável de lutar, em todos os terrenos e a todos os instantes, pela prosperidade de nossa terra e a criação de uma ordem social mais justa, isenta de conflitos, livre de antagonismos irreconciliáveis, tendente à maior harmonia, na cordialidade fraternar de sua conveniência, nunca distanciada dos generosos ditames da solidariedade humana.

Desejamos uma conveniência feliz e próspera não só entre as pessoas, as categorias profissionais, as classes sociais, mas também entre todos os Estados como membros que somos desta grande família que é a federação brasileira.

Êste imperioso desiderato nós só o atingiremos, através do crescimento harmônico de todo o País e do desenvolvimento simultâneo das regiões que até agora não usufruíram os benefícios do progresso social bem distribuído entre todos os membros da comunidade, e não apenas partilhado por pequenos grupos econômicos. A industrialização pressupõe, no mundo de hoje, a justiça social.

Eis porque atendemos com justificada expectativa a convocação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República para a reunião de Florianópolis, a qual comparecemos, na honrosa companhia dos Exmos. Senhores Governadores dos Estados de Santa Catarina e Paraná.

A orientação que o Govêrno do Rio Grande do Sul, do Governador do Estado e de seus técnicos e assessores presentes àquele conclave não foi apenas no sentido de obter o equacionamento e a solução dos nossos problemas locais, os graves problemas no nosso Estado.

Levamos o propósito de lutar contra o sub-desenvolvimento da região Extremo Sul, de que somos parte. Não esquecemos, porém,



na **Declaração de Princípios**, por nos formulada, de manifestar as nossas apreensões mais profundas pelos desequilíbrios que afetam ameaçadoramente a economia das demais regiões brasileiras acorrentadas ao atrazo econômico, social, tecnológico e cultural.

Os detalhes sôbre as resoluções tomadas na Reunião de Florianópolis, os Senhores Deputados poderão encontrá-los no volume anexado ao relatório que nesta oportunidade estamos entregando a esta Casa. Igualmente ali encontrarão a **Declaração de Princípios do Govêrno do Rio Grande do Sul**, feita quando da abertura do encontro de Santa Catarina, e à qual já aludimos.

Nêsse documento procuramos colaborar na fixação das diretrizes gerais de uma política equitativa de desenvolvimento nacional fundamentalmente destinada a acionar o crescimento uniforme do País e, portanto, a promover simultaneamente a maior circulação e a melhor distribuição da riqueza nacional. Uma política de desenvolvimento que sendo global mantenha conexões com os planos de expansão regional; e que sendo fomentadora de riqueza não se desvincule das reformas redistributivas, as reformas pelas quais, no País e no Continente anseiam as grandes massas populares sequiosas de justiça social.

\* \* \*

Estamos, Senhores Deputados, profundamente convencidos de que por maiores que sejam os nossos esforços para equacionar e dar justas soluções aos nossos problemas locais não conseguiremos progresso efetivo se as outras regiões do País não atingirem, em igual rapidez o gráu de desenvolvimento ao qual com tão fundadas razões e por tão inquestionáveis motivos temos direito, líquido e certo.

Desejamos insistir e dar ênfase a essa declaração para que se saiba que não lutamos por interêsses localistas, ou que na nossa luta somos movidos por impulsos de ressentimentos contra as áreas que conseguiram prosperar. Muito pelo contrário, desejamos que as regiões ricas se multipliquem e que a vida brasileira seja guiada pelas leis da generosidade e não pelas manifestações sombrias do despeito, do ódio e da frustração.

Em relação ainda a Reunião de Florianópolis, será do nosso estrito dever, por ato de justiça e de correção, declarar, nesta Casa, que Sua Excelência o Senhor Presidente da República colocou as relações entre o Govêrno da União e o dos Estados num alto plano de dignidade demonstrando, profunda compreensão e preocupação pelos problemas do nosso Estado e da região Extremo-Sul.

Assim, Senhores Deputados, se os resultados da Reunião de Florianópolis foram positivos para o nosso Estado e a nossa região, êles também o foram para a própria Federação e o regime demo-

relações  
com o  
país

crático, pelo aprimoramento, a objetividade, a justeza e segurança das decisões administrativas e o alto nível, em que transcorreram as relações entre as administrações locais e o Poder Central, relações que, no último período presidencial, haviam, por motivos que aqui não quero apreciar, sofrido deformações comprometedoras para a própria autenticidade das instituições republicanas e do espírito federativo.

Confiamos em que as resoluções tomadas na bela capital catarinense ganhem agora, em outros escalões do serviço público federal rápido andamento em sua execução, para que não percam sua eficácia e fielmente correspondam ao espírito com que o Presidente da República tomou as decisões que aos seus agentes cabe agora acatar e cumprir.

\* \* \*

Não deseja concluir esta mensagem, na qual presto contas constitucionalmente a esta Casa, sem reafirmar que continuemos inabatemente determinados a prosseguir em nossa orientação administrativa.

Continuaremos infatigáveis, no estudo e na procura de solução para os nossos problemas, soluções que visem a restauração da nossa riqueza; a continuidade do nosso progresso; a aceleração do nosso desenvolvimento, e a remodelação da fisionomia econômica e social do Estado.

Para êsses cometimentos propulsores da nossa evolução histórica, peço e espero a decisiva colaboração desta egrégia Assembléia que nunca faltou ao meu governo. Importantes projetos serão dentro em breve submetidos a consideração dos Senhores Deputados. Dentre êles desde já destaco os que se relacionam com a ampliação do II Plano de Obras e o da modificação da estrutura da Comissão Estadual de Energia Elétrica.

Todo o nosso esforço de desenvolvimento nós o subordinamos a um único e supremo objetivo: o da valorização da criatura humana, através da criação de condições de vida compatíveis com a sua dignidade e o secreto tesouro de suas aspirações mais belas e generosas.

Temos muitos problemas ainda a desafiar a nossa ação conjunta. Compenetrados dos deveres a que estamos obrigados, podemos afirmar que aceitamos defrontá-los, construindo as bases de um progresso que seja tanto material quanto espiritual e, sobretudo, engrandecido pelos princípios de tolerância, equidade e justiça.

Por mais árduos que sejam os problemas a enfrentar, há uma força maior que os domina: a determinação de superá-los e vencê-los. Esta determinação, iluminada pela inteligência, a centelha



divina que redime a argila humana e a transfigura, faz os milagres da história, dos quais o mais empolgante é a vitória do homem sobre os enigmas da natureza.

Vivemos uma época que é uma palpitante demonstração desta verdade irrefragável.

Nações destruídas pela guerra se recuperaram, em tempo recorde.

Nações que não possuíam matérias primas essenciais, carvão, petróleo, minérios, etc. e, por vezes, nem mesmo dispunham de elevado teor tecnológico, estão hoje se emancipando o convertendo em potências industriais.

A lição da história é que história é irreversível. Se as nações que ontem ainda se mantinham em estágio de sub-desenvolvimento projeta-se hoje na senda do progresso quando tudo lhes faltava ou lhes era negado, que não podemos fazer nós, brasileiros e sulriograndenses, que herdamos uma terra tão dadiosamente rica?

Problemas ainda nos afligirão, mas seja como fôr, se considerarmos que o povo riograndense soube caminhar decididamente nestes dois anos, em busca de sua histórica, a própria ansiedade em que vivemos pelo encontro com o nosso destino nos proporcionará as energias necessárias ao prosseguimento da nossa luta. Luta que se identifica com o impetuoso combate que hoje, nos mais distantes lugares do Universo, os povos e as nações travam com arrebatante heroísmo e indomável vigor, pela emancipação econômica, o desenvolvimento e o progresso social.

Sabem todos êsses povos e países que a época em que vivemos é uma encruzilhada da história, na qual terão que escolher entre o progresso ou a condenação definitiva de seu futuro.

E como não possuem outra escolha e outra alternativa que não seja a do progresso e da emancipação econômica, êsses povos e países lançam-se a luta pelo desenvolvimento com um ímpeto que é o fato de maior significação política destes conturbados, mas esperançosos tempos.

Com situação similar, resguardadas as devidas singularidades, defrontamo-nos nós, brasileiros e gaúchos.

Nós, brasileiros, estamos virando uma página de nossa história, e inaugurando um novo ciclo de vida que deve ser presidido pelos ideais de progresso e de justiça, — justiça devida aos nossos patrícios como seres humanos: justiça devida às nossas regiões, como a mansão que recebemos de Deus para nela vivermos em sobria e digna alegria, e assim legá-la aos nossos filhos.

Precisamos, pois, como gaúchos, estar à altura do grande instante que vive êste País, há tanto tempo considerado do futuro, mas que precisa ser inevitavelmente do presente.

## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

### DECÁLOGO

1. — Educação Popular.
2. — Saúde Pública. Abastecimento d'água. Saneamento.
3. — Política Social. Habitação Popular.
4. — Política Agrária e Produção Agro-pastoril.
5. — Política Econômica. Iniciativa Privada.  
Cooperativismo. Finanças e Orçamento.
6. — Industrialização. Indústrias básicas.
7. — Energia Elétrica e Carvão.
8. — Transporte e Armazenagem.
9. — Comunicações.
10. — Organização, planejamento e outras iniciativas e prestações de serviços. Política municipalista. Outras diretrizes de ação política e administrativa do Governo do Estado.



# CODIFICAÇÃO

## 1 — EDUCAÇÃO POPULAR

### 1.A — Ensino Primário

- 1.A.1 — Plano de emergência de expansão do ensino primário.
- 1.A.2 — Metas do plano de expansão do ensino primário.
- 1.A.3 — Matrículas do ensino primário.
- 1.A.4 — Professores do ensino primário estadual.
- 1.A.5 — Professores primários estaduais afastados.
- 1.A.6 — Matrículas em escolas particulares, fornecidas pelo Estado, mediante convênio com concessão de professores.
- 1.A.7 — Unidade de ensino primário estadual.
- 1.A.8 — Programa de conservação e reparos de prédios escolares.
- 1.A.9 — Ensino primário municipal.
- 1.A.10 — Ensino primário particular.

### 1.B — Expansão descentralizada do Ensino Primário

- 1.B.1 — Plano de expansão descentralizada, em convênio com os municípios.
- 1.B.2 — Organização do S E D E P.
- 1.B.3 — Convênios assinados.
- 1.B.4 — Plano de expansão descentralizada em convênio com entidades particulares.

### 1.C — Ensino Técnico

- 1.C.1 — Plano de emergência de expansão do ensino técnico.
- 1.C.2 — Desenvolvimento do ensino técnico industrial.
- 1.C.3 — Desenvolvimento do ensino técnico agrícola.
- 1.C.4 — Desenvolvimento do ensino técnico comercial.
- 1.C.5 — Aparelhamento das escolas técnicas agrícolas.
- 1.C.6 — Aparelhamento das escolas técnicas industriais.
- 1.C.7 — Instalação de escolas técnicas elementares.
- 1.C.8 — Acórdos de cooperação com entidades particulares para a instalação de escolas técnicas.
- 1.C.9 — Acórdos com o Ministério da Agricultura para a instalação de escolas técnicas rurais nos postos agro-pecuários existentes no Estado.
- 1.C.10 — Acórdos com a campanha nacional de educação rural, para a instalação de centros de treinamento agrícola.
- 1.C.11 — Acórdo de cooperação com a ASCAR, para a difusão de atividades de educação da juventude rural.
- 1.C.12 — Acórdos de cooperação com o serviço nacional de aprendizagem industrial (SENAI), para bolsistas.

- 1.C.13 — Conclusão, instalação e equipamento da nova escola técnica Parobé — Pôrto Alegre.
- 1.C.14 — Reorganização, ampliação e reaparelhamento da escola técnica de agricultura — Viamão.
- 1.C.15 — Reorganização, ampliação e reaparelhamento da escola industrial "Senador Alberto Pasqualini" — Novo Hamburgo.
- 1.C.16 — Criação, construção e instalação da escola industrial "Senador Salgado Filho" — Uruguaiana.
- 1.C.17 — Criação, construção e instalação da escola técnica de pesca — Rio Grande.
- 1.C.18 — Criação, construção e instalação da escola industrial — Erechim.
- 1.C.19 — Criação, construção e instalação da escola industrial — Ijuí.
- 1.C.20 — Criação e instalação da escola industrial — Taquara.
- 1.C.21 — Criação, construção e instalação da escola técnica rural de Carazinho.
- 1.C.22 — Criação e instalação da escola industrial de Osório.
- 1.C.23 — Reorganização, ampliação e reaparelhamento da escola técnica rural — Cachoeirinha — Gravataí.
- 1.C.24 — Reorganização, ampliação e reaparelhamento da escola técnica rural — Candelária.
- 1.C.25 — Reorganização, ampliação e reaparelhamento da escola técnica rural "Visconde de São Leopoldo" — São Leopoldo.
- 1.C.26 — Instalação e equipamento da escola agrícola "Celeste Gobatto" — Palmeira das Missões.
- 1.C.27 — Acôrdo — criação, instalação e equipamento da escola técnica rural — Erechim.
- 1.C.28 — Instalação da escola técnica de comércio — Sapiranga.
- 1.C.29 — Criação e instalação do curso básico de comércio Pôrto Alegre.
- 1.C.30 — Reorganização, ampliação e reequipamento da escola artesanal "Secretário Vieira da Cunha" — Bagé.
- 1.C.31 — Reorganização, ampliação e reequipamento da escola agrícola "Santa Isabel" — São Lourenço do Sul.
- 1.C.32 — Reorganização, ampliação e reaparelhamento da escola agrícola "Assis Brasil" — Bagé.
- 1.C.33 — Criação e instalação da escola técnica elementar Rua da República — Pôrto Alegre.
- 1.C.34 — Criação e instalação da escola técnica elementar do Partenon — Pôrto Alegre.
- 1.C.35 — Criação e instalação da escola técnica elementar da Tristeza — Pôrto Alegre.
- 1.C.36 — Criação e instalação da escola técnica elementar da Chácara das Pedras — Pôrto Alegre.
- 1.C.37 — Criação e instalação da escola técnica elementar da Cachoeirinha — Gravataí.
- 1.C.38 — Criação, instalação e equipamento da escola técnica rural — São Borja.
- 1.C.39 — Conclusão, instalação e equipamento da escola técnica rural — São Luiz Gonzaga.
- 1.C.40 — Criação, instalação e equipamento da escola técnica rural "José Brizola" de Pinheiro Mercado — Carazinho.
- 1.C.41 — Criação, construção, instalação e equipamento da escola técnica rural — Encruzilhada do Sul.
- 1.C.42 — Criação, construção, instalação e equipamento da escola técnica rural — Caçapava do Sul.



- 1.C.43 — Criação, construção e instalação da escola técnica rural — Dom Pedrito.
- 1.C.44 — Acôrdio-Criação, instalação e equipamento da escola técnica rural — Guaporé.
- 1.C.45 — Acôrdio — reaparelhamento e ampliação da escola agrotécnica — Alegrete.
- 1.C.46 — Acôrdio — instalação e reaparelhamento da escola agrícola federal — General Vargas.
- 1.C.47 — Acôrdio — criação e instalação do centro de treinamento agrícola — São Francisco de Assis.
- 1.C.48 — Acôrdio — criação, ampliação e instalação da escola técnica rural — Santiago.
- 1.C.49 — Acôrdio — criação, ampliação e instalação da escola técnica rural — Sarandi.
- 1.C.50 — Acôrdio — aproveitamento das instalações do Posto agropecuário de Palmeira das Missões para ensino técnico agrícola.
- 1.C.51 — Criação, construção, instalação e equipamento da escola técnica rural "Ivan Goulart" em Igariaça — São Borja.
- 1.C.52 — Instalação e equipamento da escola técnica industrial — Itaqui.
- 1.C.53 — Criação e instalação da escola técnica elementar — Tôrres.
- 1.C.54 — Instalação e equipamento da nova sede da escola técnica de Comércio "Protásio Alves" — Pôrto Alegre.
- 1.C.55 — Instalação do curso comercial básico na escola técnica de comércio — Tupanciretã.
- 1.C.56 — Instalação do curso técnico de administração na escola técnica de comércio "Getúlio Vargas" — Rio Grande.
- 1.C.57 — Instalação do escritório modelo na escola técnica de comércio — Jaguarão.
- 1.C.58 — Instalação dos cursos técnicos na escola artesanal "Arte do Livro" — Pôrto Alegre.
- 1.C.59 — Criação, instalação e equipamento da escola industrial — Santo Ângelo.
- 1.C.60 — Ampliação e equipamento da escola de mestria agrícola "Canadá" — Viamão.
- 1.C.61 — Readaptação e aparelhamento do curso de iniciação agrícola — Pôrto Alegre.
- 1.C.62 — Criação e instalação do curso pedagógico para o ensino industrial — Pôrto Alegre.
- 1.C.63 — Criação e instalação do curso didático para o ensino agrícola — Pôrto Alegre.
- 1.C.64 — Acôrdio — sociedade escolar de orientação do ensino agrícola — criação, construção e instalação da escola técnica rural — Venâncio Aires.
- 1.C.65 — Acôrdio — pia sociedade padres carlista — Criação, construção e instalação da escola técnica rural — Sarandi.
- 1.C.66 — Acôrdio — fundação agrícola Teutônia — criação, construção e instalação da escola técnica rural — Teutônia — Estrêla.
- 1.C.67 — Acôrdio — sociedade escola agrícola — criação e instalação da escola técnica rural — Panambi.
- 1.C.68 — Acôrdio — patronato agrícola "Imaculada Conceição" — criação, construção e instalação da escola técnica rural — Cachoeira do Sul.
- 1.C.69 — Acôrdio — educandário São Rafael — criação, construção e instalação da escola técnica rural — Casca.
- 1.C.70 — Acôrdio — educandário São Carlos — Criação, construção

- e instalação da escola técnica rural de Nova Bassano — Nova Prata.
- 1.C.71 — Acôrdo — sociedade Nossa Senhora de Guarany das Missões — Criação, construção e instalação da escola técnica rural — Guarany das Missões.
- 1.C.72 — Acôrdo — orfanatório Pão dos Pobres — Reorganização e equipamento de cursos técnicos — Pôrto Alegre.
- 1.C.73 — Acôrdo — Lar Amigo Germano — Reorganização, ampliação e reequipamento da escola técnica — Pôrto Alegre.
- 1.C.74 — Acôrdo — Sociedade Servos da Caridade — Construção, instalação e equipamento da Escola técnica — Capão da Canôa.
- 1.C.75 — Acôrdo — Instituto de Menores — Reorganização, ampliação e reequipamento da escola técnica — Pelotas.
- 1.C.76 — Acôrdo — escola técnica industrial "Antonio Alves Ramos" — Reorganização e reequipamento de cursos técnicos — Santa Maria.
- 1.C.77 — Acôrdo — Lar dos menores "Antonio Leivas" — Instalação de cursos técnicos elementares — Jaguarão.
- 1.C.78 — Acôrdo — escola tricentenária La Salle — Criação, construção, instalação e equipamento da escola técnica elementar — Esteio.
- 1.C.79 — Acôrdo — Liceu Salesiano Leão XIII — Organização, construção e equipamento da Escola técnica elementar — Rio Grande.
- 1.C.80 — Acôrdo — círculo operário Leão XIII — Criação e instalação de cursos técnicos elementares — Eneruzilhada do Sul.
- 1.C.81 — Acôrdo — Instituto de Menores — instalação e equipamento de cursos industriais e agrícolas elementares — Ijuí.
- 1.C.82 — Acôrdo — Instituto de Menores — Reorganização e instalação de cursos técnicos elementares — Bagé.
- 1.C.83 — Acôrdo — Pequena Casa da Criança — Instalação e equipamento de cursos técnicos elementares — Pôrto Alegre.
- 1.C.84 — Acôrdo — Casa do Pequeno Jornaleiro "Darcy Vargas" — Instalação e equipamento de Cursos técnicos elementares — Pôrto Alegre.
- 1.C.85 — Acôrdo — Educandário Santa Lúcia — criação e instalação de cursos técnicos elementares — Herval Grande.
- 1.C.86 — Acôrdo — Lar de Menores do "Exército da Salvação" — Criação, construção, instalação e equipamento de cursos técnicos elementares — Pelotas.
- 1.C.87 — Acôrdo — Círculo operário riograndino — Instalação e equipamento de cursos técnicos elementares — Rio Grande.
- 1.C.88 — Acôrdo — Sociedade Assistencial e Recreativa "Pe. Augênio Tych" — Criação, construção, instalação e equipamento de cursos técnicos industriais e agrícolas — São José do Norte.
- 1.C.89 — Acôrdo — Associação Abrigo de Menores "Assis Brasil" — Organização e equipamento dos cursos agrícolas elementares — Rio Grande.
- 1.C.90 — Acôrdo — Instituto Irmãos de Maria — Criação, ampliação e Instalação de Cursos Industriais — Santa Maria.
- 1.C.91 — Acôrdo — Ginásio "Jacob Renner" — Organização, instalação e equipamento da Escola técnica industrial — Montenegro.
- 1.C.92 — Escola Técnica "Senador Ernesto Dornelles" — Pôrto Alegre
- 1.C.93 — Escola industrial "Dr. Cilon Rosa" — Santa Maria.



- 1.C.94 — Revisão e atualização dos Cursos da Escola Profissional Primária "Evarista Flores da Cunha" — Pôrto Alegre.
- 1.C.95 — Revisão e atualização dos cursos da Escola Profissional Primária "Darcy Vargas" — Pôrto Alegre.
- 1.C.96 — Criação, construção e instalação da escola de aprendizagem de Capão do Leão — Pelotas.
- 1.C.97 — Criação, construção e instalação da escola técnica rural — São Gabriel.
- 1.C.98 — Criação, construção e instalação da escola técnica rural — Lagoa Vermelha.
- 1.C.99 — Criação, construção e instalação da escola técnica rural — Uruguaiana.
- 1.C.100 — Acôrdo — Instituto Rural Metodista — para instalação de cursos técnicos elementares — Alegrete.
- 1.C.101 — Criação, construção, instalação e equipamento da Escola Técnica Industrial — Passo Fundo.
- 1.C.102 — Criação, construção, instalação e equipamento da Escola técnica Industrial — Canôas.
- 1.C.103 — Criação, construção, instalação e equipamento da Escola Técnica industrial — Caxias do Sul.

#### 1.B — Ensino Médio

- 1.D.1 — Unidades do ensino normal.
- 1.D.2 — Matrículas no ensino normal.
- 1.D.3 — Professôres do ensino normal.
- 1.D.4 — Unidades do ensino secundário.
- 1.D.5 — Matrículas do ensino secundário.
- 1.D.6 — Professôres do ensino secundário.
- 1.D.7 — Convênios do ensino secundário.

#### 1.E — Bôlsas de Estudo

- 1.E.1 — Bôlsas de curso primário.
- 1.E.2 — Bôlsas de curso ginásial.
- 1.E.3 — Bôlsas de curso colegial.
- 1.E.4 — Bôlsas de curso normal.
- 1.E.5 — Bôlsas de curso técnico.
- 1.E.6 — Bôlsas de curso universitário.

#### 1.F — Divisão de Saúde e Assistência Educacional

- 1.F.1 — Clínica escolar central.
- 1.F.2 — Clínica em grupos escolares.
- 1.F.3 — Distribuição de merenda escolar.
- 1.F.4 — Serviço social escolar.
- 1.F.5 — Educação Física — esportes — recreação.
- 1.F.6 — Professores.
- 1.F.7 — Colônias de férias.
- 1.F.8 — Escola superior de educação física.
- 1.F.9 — Nova escola de educação física — construção da sede própria.

#### 1.G — Prédios, Aparentamento e Instalações Escolares

- 1.G.1 — Organização e funcionamento da C.E.P.E.
- 1.G.2 — Plano "A" — 1.ª Etapa — 164 prédios
- 1.G.3 — Plano B — 1.ª Etapa — 159 prédios

- 1.G.4 — Plano especial — G.E. 15 de Novembro — Bagé.
- 1.G.5 — Plano especial — G.E. Antonio Vicente da Fontoura — Cachoeira do Sul.
- 1.G.6 — Plano especial — G.E. Venâncio Aires — Cruz Alta.
- 1.G.7 — Plano especial — G.E. Mariano Moro — Erechim.
- 1.G.8 — Plano especial — G.E. de Itatiba — Erechim.
- 1.G.9 — Plano especial — G.E. Picada Conceição — Ijuí.
- 1.G.10 — Plano especial — G.E. Vila Herval — Ijuí.
- 1.G.11 — Plano especial — G.E. Pedro Maciel — Ijuí.
- 1.G.12 — Plano especial — G.E. Marques de Souza — Lajeado.
- 1.G.13 — G.E. Antônio Vieira — Novo Hamburgo.
- 1.G.14 — Plano especial — G.E. Fagundes dos Reis — Passo Fundo.
- 1.G.15 — Plano especial — G.E. Bibiano de Almeida — Rio Grande.
- 1.G.16 — Plano especial — G.E. Lilian Neves — Rio Grande.
- 1.G.17 — Plano especial — G.E. Alcides Barcelos — Rio Grande.
- 1.G.18 — Plano especial — G.E. Fortaleza — Rio Pardo.
- 1.G.19 — Plano especial — G.E. Professor Chaves — Livramento.
- 1.G.20 — Plano especial — G.E. da Rua Nova — Tôres.
- 1.G.21 — Plano especial — G.E. Ronda — Tôres.
- 1.G.22 — Plano especial — G.E. Águia de Haia — Três Coroas.
- 1.G.23 — Plano especial — G.E. Pedro Osório — Pelotas.
- 1.G.25 — Ampliação da escola técnica de agricultura de Viamão.
- 1.G.26 — Ampliação da Escola de mestria agrícola Canadá.
- 1.G.27 — Ampliação da escola agrícola Assis Brasil — Bagé.
- 1.G.28 — Ampliação da escola agrícola Santa Isabel — São Lourenço do Sul.
- 1.G.29 — Ampliação da escola agrícola Celeste Gobato em Palmeira das Missões.
- 1.G.30 — Ampliação da escola técnica rural de Gravataí.
- 1.G.31 — Ampliação da escola técnica rural de Candelária.
- 1.G.32 — Ampliação da escola técnica rural de São Leopoldo.
- 1.G.33 — Ampliação e instalação da escola rural técnica — São Borja.
- 1.G.34 — Construção em convênio e instalação da escola técnica rural em São Luiz Gonzaga.
- 1.G.38 — Instalação de escola agrícola resultante de acôrdo — Erechim.
- 1.G.39 — Instalação da escola agrícola resultante de acôrdo — Guaporé.
- 1.G.41 — Instalação da escola agrícola resultante de acôrdo — Santiago.
- 1.G.52 — Escola Técnica Parobé.
- 1.G.53 — Escola Industrial Senador Pasqualini — Novo Hamburgo.
- 1.G.55 — Escola Técnica Elementar de Cachoeirinha — ampliação — Pôrto Alegre.
- 1.G.56 — Escola Industrial de Taquara — instalação e ampliação — Taquara.
- 1.G.58 — Escola Industrial em construção — Ijuí.
- 1.G.59 — Escola Industrial — Erechim.
- 1.G.60 — Escola elementar da República — Pôrto Alegre.
- 1.G.61 — Escola técnica elementar do Partenon — Pôrto Alegre.
- 1.G.62 — Escola técnica e elementar da Tristeza — Pôrto Alegre.
- 1.G.63 — Escola técnica elementar da Chácara das Pedras — Pôrto Alegre.
- 1.G.65 — Ampliação da escola técnica — Lar Amigo Germano — Pôrto Alegre — acôrdo.
- 1.G.70 — Ampliação da escola técnica elementar tricentenária La Salle — Esteio — acôrdo.
- 1.G.74 — Construções de retomadas — conclusão de obras.



1.G.75 — Plano especial — Escola Superior de Educação Física (E.S.E.F.).

1.G.76 — Programa de ampliações.

1.H — Atividades culturais

1.I — Formação de professores

## ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO

2.A — Abastecimento d'água e saneamento

- 2.A.1 — Hidráulica de Antônio Prado.
- 2.A.2 — Hidráulica de Aratiba.
- 2.A.3 — Hidráulica de Arroio do Meio.
- 2.A.4 — Hidráulica de Bom Jesus.
- 2.A.5 — Hidráulica de Caçapava do Sul.
- 2.A.6 — Hidráulica de Cacequi.
- 2.A.7 — Hidráulica de Candelária.
- 2.A.8 — Hidráulica de Canela.
- 2.A.9 — Hidráulica de Canguçu.
- 2.A.10 — Hidráulica de Carazinho.
- 2.A.11 — Hidráulica de Casca.
- 2.A.12 — Hidráulica de Caxias do Sul.
- 2.A.13 — Hidráulica de Cêro Largo.
- 2.A.14 — Hidráulica de Crissiumal.
- 2.A.15 — Hidráulica de Encantado.
- 2.A.16 — Encruzilhada do Sul.
- 2.A.17 — Hidráulica de Espumoso.
- 2.A.18 — Hidráulica de Farroupilha.
- 2.A.19 — Hidráulica de Flôres da Cunha.
- 2.A.20 — Hidráulica de Frederico Westphalen.
- 2.A.21 — Hidráulica de Garibaldi.
- 2.A.22 — Hidráulica de Gaurama.
- 2.A.23 — Hidráulica de General Vargas.
- 2.A.24 — Hidráulica de Getúlio Vargas.
- 2.A.25 — Hidráulica de Gramado.
- 2.A.26 — Hidráulica de Guaporé.
- 2.A.27 — Hidráulica de Herval do Sul.
- 2.A.28 — Hidráulica de Horizontina.
- 2.A.29 — Hidráulica de Ibirubá.
- 2.A.30 — Hidráulica de Jaguarí.
- 2.A.31 — Hidráulica de Lagoa Vermelha.
- 2.A.32 — Hidráulica de Lajeado.
- 2.A.33 — Hidráulica de Lavras do Sul.
- 2.A.34 — Hidráulica de Marau.
- 2.A.35 — Hidráulica de Marcelino Ramos.
- 2.A.36 — Hidráulica de Não Me Toque.
- 2.A.37 — Hidráulica de Nova Petrópolis.
- 2.A.38 — Hidráulica de Nova Prata.
- 2.A.39 — Hidráulica de Osório.
- 2.A.40 — Hidráulica de Palmeira das Missões.
- 2.A.41 — Hidráulica de Panambi.
- 2.A.42 — Hidráulica de Pinheiro Machado.
- 2.A.43 — Hidráulica de Piratini.
- 2.A.44 — Hidráulica de Pôrto Lucena.
- 2.A.45 — Hidráulica de Quaraí.

- 2.A.46 — Hidráulica de Rio Pardo.
- 2.A.47 — Hidráulica de Roca Sales.
- 2.A.48 — Hidráulica de Rolante.
- 2.A.49 — Hidráulica de Sananduva.
- 2.A.50 — Hidráulica de Santa Rosa.
- 2.A.51 — Hidráulica de Santa Vitória do Palmar.
- 2.A.52 — Hidráulica de Santiago.
- 2.A.53 — Hidráulica de Santo Antônio da Patrulha.
- 2.A.54 — Hidráulica de Santo Cristo.
- 2.A.55 — Hidráulica de São Francisco de Assis.
- 2.A.56 — Hidráulica de São Francisco de Paula.
- 2.A.57 — Hidráulica de São José do Norte.
- 2.A.58 — Hidráulica de São Lourenço do Sul.
- 2.A.59 — Hidráulica de São Pedro do Sul.
- 2.A.60 — Hidráulica de São Sebastião do Caf.
- 2.A.61 — Hidráulica de São Sepé.
- 2.A.62 — Hidráulica de Sapiranga.
- 2.A.63 — Hidráulica de Sarandí.
- 2.A.64 — Hidráulica de Sobradinho.
- 2.A.65 — Hidráulica de Soledade.
- 2.A.66 — Hidráulica de Tapera.
- 2.A.67 — Hidráulica de Tenente Portela.
- 2.A.68 — Hidráulica de Tramandaí-Imbé.
- 2.A.69 — Hidráulica de Três de Maio.
- 2.A.70 — Hidráulica de Três Passos.
- 2.A.71 — Hidráulica de Tupanciretã.
- 2.A.72 — Hidráulica de Venâncio Aires.
- 2.A.73 — Hidráulica de Veranópolis.
- 2.A.74 — Hidráulica de Vila Niterói.
- 2.A.75 — Esgôto de São Gabriel.
- 2.A.76 — Esgôto de Passo Fundo.
- 2.A.77 — Hidráulica de Alegrete.
- 2.A.78 — Hidráulica de Bento Gonçalves.
- 2.A.79 — Hidráulica de Cachoeira do Sul — Ampliação.
- 2.A.80 — Hidráulica de Camaquã — Ampliação.
- 2.A.81 — Hidráulica de Canoas — Ampliação.
- 2.A.82 — Hidráulica de Cruz Alta — Ampliação.
- 2.A.83 — Hidráulica de Dom Pedrito — Ampliação.
- 2.A.84 — Hidráulica de Erechim — Ampliação.
- 2.A.85 — Hidráulica de General Câmara — Ampliação.
- 2.A.86 — Hidráulica de Ijuí — Ampliação.
- 2.A.87 — Hidráulica de Iraí.
- 2.A.88 — Hidráulica de Itaqui — Ampliação.
- 2.A.89 — Hidráulica de Jaguarão — Ampliação.
- 2.A.90 — Hidráulica de Júlio de Castilhos — Ampliação.
- 2.A.91 — Hidráulica de Rosário do Sul.
- 2.A.92 — Hidráulica de Santa Cruz do Sul — Ampliação.
- 2.A.93 — Hidráulica de Santa Maria — Ampliação.
- 2.A.94 — Hidráulica de Santo Ângelo — Ampliação.
- 2.A.95 — Hidráulica de São Borja — Ampliação.
- 2.A.96 — Hidráulica de Taquarí — Ampliação.
- 2.A.97 — Hidráulica de Uruguaiana — Ampliação.
- 2.A.98 — Hidráulica de Novo Hamburgo — Ampliação.
- 2.A.99 — Esgôto de São Borja.
- 2.A.100 — Perfuração de Poços.
- 2.A.101 — Estudos e Projetos de instalação de água para as cidades de: Lagoa Vermelha, Encruzilhada do Sul, Espumoso, Santo Cristo, Sapiranga, Três de Maio, Horizontina, Nova Palma,



- Panambi, Veranópolis, São Sebastião do Cai, Caçapava do Sul, Canguçu, São Pedro do Sul, Jaguarí, Esteio e Cidreira.
- 2.A.102 — Estudos e Projetos de instalação de Esgôtos para as cidades de: Novo Hamburgo, Rio Pardo, São Luiz Gonzaga, Tôrres, Ijuí, Itaqui, Bento Gonçalves, Erechim, Rosário do Sul, Carazinho, São Gabriel, São Borja e Caxias do Sul.
- 2.A.103 — Extensões de redes de água.
- 2.A.104 — Fluoração.
- 2.A.106 — Programa de controle de poluição de águas.
- 2.A.107 — Estudos e projetos para as ampliações das Hidráulicas de: Santa Cruz do Sul, Ijuí, Erechim, Tramandaí-Imbé, Rosário, Passo Fundo, Itaqui, Bento Gonçalves, Camaquã, Alegrete, Cruz Alta e Santa Maria.
- 2.A.108 — Estudos e projetos para ampliação dos serviços de esgotos das cidades: Uruguaiana (parcial), Dom Pedrito (parcial), Alegrete (parcial), Passo Fundo (parcial), Jaguarão (parcial) Capão da Canôa (parcial).

## 2.B — Assistência Médico e Hospitalar.

- 2.B.1 — Instalação e Aparelhamento da Secretaria.
- 2.B.2 — Reaparelhamento e obras do Hospital São Pedro.
- 2.B.3 — Departamento de Saúde Mental.
- 2.B.4 — Reforma e reequipamento do Hospital Sanatório Partenon.
- 2.B.5 — Campanha contra a toxicose.
- 2.B.6 — Combate ao culex.
- 2.B.7 — Serviço médico volante da zona litorânea.
- 2.B.9 — Produção de vacinas no Instituto de Pesquisas Biológicas.
- 2.B.10 — Contribuição a hospitais particulares.
- 2.B.11 — Aparelhagem e equipamento do Instituto de Pesquisas Biológicas.
- 2.B.12 — Centro de saúde de Santo Antônio.
- 2.B.13 — Construção de 4 postos de puericultura.
- 2.B.15 — Centro de Saúde de Soledade.
- 2.B.16 — Centro de Saúde de Antônio Prado.
- 2.B.17 — Centro de Saúde de São Jerônimo.
- 2.B.18 — Centro de Saúde de Itaqui.
- 2.B.43 — Balneário "Vicente Dutra" de Francisco Westphalen.
- 2.B.45 — Instituto Médico Legal.

## 4 — POLÍTICA AGRÁRIA E PRODUÇÃO AGROPASTORIL

### 4.A — Política Agrária

- 4.A.1 — Legitimação de Terras.

### 4.B — Produção Agropastoril — Programas Gerais.

- 4.B.3 — Censo Agropecuário.
- 4.B.4 — Campanha da produtividade agrícola.
- 4.B.5 — Aquisição de máquinas agrícolas.
- 4.B.6 — Aquisição de veículos para a Secretaria da Agricultura.
- 4.B.7 — Funcionamento de cursos teóricos-práticos.
- 4.B.9 — Rede estadual de estações Meteorológicas.
- X 4.B.10 — Um técnico para cada município.
- 4.B.11 — Produção de sementes e mudas.
- X 4.B.14 — Plano agropecuário de emergência.

4 C — Produção Vegetal

- 4.C.1 — Expansão da cultura da soja.
- 4.C.3 — Plano de experimentação e fomento da cultura do trigo.

4.D — Produção Animal

- 4.D.2 — Importação de reprodutores.
- 4.D.3 — Criação de mais 60 postos de inseminação artificial.
- 4.D.5 — Expansão da Suinocultura.
- 4.D.7 — Reaparelhamento do Instituto de Pesquisas veterinárias "Desidério Finamor".

5 — POLÍTICA ECONÔMICA, INICIATIVA PRIVADA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

- 5.A.1 — Regularização dos pagamentos das quotas de retôrno aos municípios.
- 5.A.2 — Política orçamentária.
- 5.A.3 — Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul.
- 5.A.4 — Conselho Regional e Banco Regional de Desenvolvimento.
- 5.A.5 — Armazéns Gerais Sulriograndenses S.A.
- 5.A.6 — Emissão de Letras do Tesouro.
- 5.A.7 — Concurso "Seu Talão Vale 1 Milhão".
- 5.A.9 — Reforma Estatutária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.
- 5.A.10 — Aparelhamento da Administração Financeira.

6 — INDUSTRIALIZAÇÃO

- 6.A.1 — Cidade industrial de Pôrto Alegre.
- 6.A.2 — Redução de impostos para a indústria.
- 6.A.4 — Implantação da indústria siderúrgica de aços finos.
- 6.A.5 — Implantação da indústria de tratores.
- 6.A.6 — Implantação da indústria de material elétrico pesado GIE — CESA.
- 6.A.7 — Implantação das indústrias de fertilizantes.
- 6.A.9 — Refinaria da Petrobrás em Pôrto Alegre.
- 6.A.11 — Implantação de indústria de máquina agrícolas.
- 6.A.13 — Indústria da construção naval.
- 6.A.14 — Indústria de laticínios.
- 6.A.15 — Mercado uniforme para o ferro e o aço.
- 6.A.16 — Zona de livre comércio.

7 — ENERGIA ELÉTRICA E CARVAO

7.A — Energia Elétrica

- 7.A.1 — Encampação dos serviços da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense.
- 7.A.2 — Encampação dos serviços da The Rio Grandense Light And Power Limited.
- 7.A.3 — Planos e Estudos do Potencial Energético do Estado.
- 7.A.4 e 7.A.6 — Plano de 1 milhão de kw e etapa de 500 mil kw.
- 7.A.5 — Estudo de linhas troncais para o milhão de kw.
- 7.A.7 — Jacuí, 1.<sup>a</sup> etapa.
- 7.A.8 — Jacuí 2.<sup>a</sup> etapa.
- 7.A.9 — Candiota, 1.<sup>a</sup> etapa — 20 mil kw.



- 7.A.10 — Candiota, 2.<sup>a</sup> etapa — 20 mil kw.
- 7.A.11 — Charqueadas — 3x18.000 kw.
- 7.A.12 — Charqueadas II — 18.000 kw.
- 7.A.13 — Fronteira Oeste — 66.000 kw.
- 7.A.14 — Usina Tcheca — 24.000 kw.
- 7.A.15 — Grupo Diesel: Burmeister & Wain — Worthington.
- 7.A.16 — Grupo de 2.700 kw para Uruguaiana.
- 7.A.17 — Turbo Alternador de Rio Grande.
- 7.A.18 — Instalação de Beneficiamento de postes: Barreto.
- 7.A.19 — Iluminação pública — Avenida Farrapos, BR-2, e Assis Brasil.
- 7.A.20 — Ampliação da subestação n.º 2 de Pôrto Alegre.
- 7.A.21 — Empréstimo de 1,8 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- 7.A.22 — Reconstrução da Usina Hidroelétrica de Guaporé.
- 7.A.23 — Usina do Rio da Várzea.
- 7.A.24 — Linhas de transmissão: 1. Scharlau-Farroupilha; 2. Farroupilha-Caxias do Sul; 3. Caxias do Sul-Bento Gonçalves e subestações de Farroupilha-Caxias-Bento Gonçalves.
- 7.A.25 — Usina Hidroelétrica de Furnas do Segredo.
- 7.A.26 — Ampliação da Termoelétrica de São Jerônimo — Terceira etapa.
- 7.A.27 — Programa de extensão de linhas e rêsdes.
- 7.A.28 — Eletrificação rural.
- 7.A.29 — Medidores de Consumo de Energia Elétrica.
- 7.A.30 — Central Hidroelétrica de Passo Fundo — 300 mil HP.
- 7.A.31 — Usina do Paredão.
- 7.A.32 — Central térmica de 200.000 kw.
- 7.A.33 — Antas — Tainhas.
- 7.A.34 — Aproveitamento da usina do Capivari do Estado de Santa Catarina.
- 7.A.35 — Energia Termo-Nuclear.

#### 7.B — Carvão.

- 7.B.1 — Candiota — (Mineração).
- 7.B.2 — Encampação das Minas do Butiá.
- 7.B.3 — Estudos e prospecções.
- 7.B.4 — Plano Nacional do Carvão.
- 7.B.5 — Minas do Leão — São Jerônimo — Mineração.

### 8 — TRANSPORTE E ARMAZENAGEM

#### 8.A — Transporte rodoviário

- 8.A.1 — Estrada da Produção Norte (Pôrto Alegre-Vale do Rio Uruguai).
- 8.A.2 — Estrada da Produção Sul (Pelotas-Sta. Maria).
- 8.A.3 — Construção da RS, 24 — Caf-Feliz.
- 8.A.4 — Construção do acesso à barragem do Fandango.
- 8.A.5 — Construção da RS, 45 — Nova Prata-Casca.
- 8.A.6 — Construção da RS, 10 — Cruz Alta-Ijuí.
- 8.A.7 — Construção do acesso à ponte sôbre o Rio Jacuí (Rio Pardo)
- 8.A.8 — Construção da RS, 99 — Barracão-Rio Pelotas.
- 8.A.9 — Construção da RS, 19 — Novo Hamburgo-Taquara.
- 8.A.10 — Construção do acesso à ponte sôbre o Rio São Gonçalo.
- 8.A.11 — Construção da RS, 84 — Tapes-BR-2.
- 8.A.12 — Construção da RS, 9 — Santa Isabel-BR, 92 (Rio Grande)

- 8.A.13 — Construção da RS, 24 — Feliz-BR, 2 (Vale Real)
- 8.A.14 — Construção da RS, 104 — Feliz-Farroupilha.
- 8.A.15 — Construção da ponte sobre o Arrôio Turvo.
- 8.A.16 — Construção da ponte sobre o Rio das Antas no Passo Santa Bárbara.
- 8.A.17 — Construção dos Viadutos na Várzea do Rio Taquari.
- 8.A.18 — Construção da Ponte do Rio Jacui no Passo do Cêro Chato.
- 8.A.19 — Construção da ponte do Rio Piratini em Pedro Osório.
- 8.A.20 — Construção do viaduto na várzea do Rio Taquari — Tigre.
- 8.A.21 — Construção da ponte sobre o Rio São Gonçalo.
- 8.A.22 — Construção da ponte sobre o Rio Guaporé.
- 8.A.23 — Construção da ponte sobre o Rio Jacaré.
- 8.A.24 — Construção da ponte sobre o Rio Potiribá.
- 8.A.25 — Construção da ponte sobre o Rio Caf no Passo Natiel.
- 8.A.26 — Construção da ponte sobre o Rio Caldeirão.
- 8.A.27 — Construção da ponte sobre o Rio Goulart.
- 8.A.28 — Construção da ponte sobre o Rio Jaguarão.
- 8.A.29 — Construção da ponte sobre o Rio Belo.
- 8.A.30 — Construção da ponte sobre o Rio Mangueirão.
- 8.A.31 — Construção das pontes sobre os Arroios Grande e Castelhano.
- 8.A.32 — Pavimentação da RS, 17 — Gravatai - Cochoeirinha.
- 8.A.33 — Pavimentação da RS, 23 — Nova Petrópolis-Canela.
- 8.A.34 — Pavimentação da RS, 2 — Taquara-São Francisco de Paula.
- 8.A.35 — Pavimentação da RS, 99 — Bento Gonçalves-Veranópolis.
- 8.A.36 — Pavimentação da RS, 25 — Farroupilha-Caxias.
- 8.A.37 — Pavimentação da RS, 3 — Montenegro-Reversa.
- 8.A.38 — Pavimentação da RS, 3 — Santa Maria-Camobi.
- 8.A.39 — Pavimentação da ER, — Vila Scharlau-Caf.
- 8.A.40 — Pavimentação da RS, 3 — Santa Maria-S. Pedro do Sul.
- 8.A.41 — Pavimentação da RS, 17 — Gravatai-Osório.
- 8.A.42 — Pavimentação da RS, 1 — Pôrto Alegre-Viamão.
- 8.A.43 — Programa de sinalização.
- 8.A.44 — Programa de equipamento para o D.A.E.R.
- 8.A.45 — Programa de assistência aos municípios.
- 8.A.46 — Construção da ponte sobre o Rio Taquari.
- 8.A.47 — Construção da RS, 18 — Gravatai-Viamão.
- 8.A.48 — Construção da ponte sobre o Arrôio Feliz.
- 8.A.49 — Construção da ponte sobre o Arrôio Boa Vizinhança.

### 8.B — Transporte hidroviário

- 8.B.3 — Barragem de Bom Retiro.
- 8.B.4 — Ponte Rodo-Ferroviário do Saco da Mangueira.
- 8.B.5 — Obras Acessórias do Pier Petroleiro de R. Grande.
- 8.B.6 — Restauração do Parque Naval.
- 8.B.7 — Obras acessórias e conservação dos molhes da Barra de Rio Grande e transbordadores.
- 8.B.8 — Recuperação do equipamento portuário.
- 8.B.11 — Restauração de Armazéns, pavilhões e alpendres portuários.
- 8.B.12 — Dragagem do Canal do Saco do Cabral.
- 8.B.13 — Construção do pavilhão para garage, oficina e usina no pôrto de Rio Grande.
- 8.B.15 — Construção de Edifício Sede da Divisão de Rio Grande (ala esquerda).
- 8.B.17 — Dragagem da bacia de evolução do Pôrto de Rio Grande.
- 8.B.18 — Dragagem dos canais de acesso do Pôrto de Pelotas.
- 8.B.19 — Dragagem da bacia de evolução do pôrto de Pôrto Alegre.



- 8.B.20 — Construção do pôrto de Pelotas.
- 8.B.21 — Obras acessórias nos diversos portos.
- 8.B.22 — Dragagem dos canais da Lagoa dos Patos.

**8.C — Transporte aeroviário**

- 8.C.1 — Aeroporto Salgado Filho
- 8.C.2 — Aeroporto de Pelotas.
- 8.C.3 — Aeroporto de Bagé.
- 8.C.4 — Aeroporto de Uruguaiana.
- 8.C.5 — Aeroporto de Santo Ângelo.
- 8.C.6 — Estações de passageiros (S. Gabriel, S. Borja e Itaqui).
- 8.C.7 — Programas de conservação.

**8.D — Silos e armazéns**

- 8.D.1 — Silo elevador de Rio Grande
- 8.D.2 — Silo elevador de Pôrto Alegre.
- 8.D.3 — Silo elevador de Erechim.
- 8.D.4 — Silo elevador em Passo Fundo.
- 8.D.5 — Silo elevador de Carazinho.
- 8.D.6 — Silo elevador de Cruz Alta.
- 8.D.7 — Silo elevador de Júlio de Castilhos.
- 8.D.8 — Silo elevador de Bagé.
- 8.D.9 — Silo elevador de São Gabriel.
- 8.D.10 — Silo elevador de Cachoeira do Sul.
- 8.D.11 — Silo elevador de Sta. Bárbara do Sul.
- 8.D.12 — Laboratório de pesquisas e análise em Pôrto Alegre.
- 8.D.13 — Segunda etapa de silos elevadores.
- 8.D.14 — Armazéns-frigoríficos.

**9 — COMUNICAÇÕES**

- 9.A.1 — Taxa de comunicações.
- 9.A.2 — Companhia Riograndense de Telecomunicações.
- 9.A.3 — Tombamento dos bens da Companhia Telefônica Nacional.
- 9.A.4 — Ampliação da linha de longa distância: Caxias do Sul-Pôrto Alegre.
- 9.A.6 — Radiocomunicação oficial: Pôrto Alegre-Brasília-Rio de Janeiro.
- 9.A.7 — Projeto para a implantação de telefones básicos em 14 municípios e a sua interligação através de longa distância.
- 9.A.8 — Projeto interligando Santa Vitória com Jaguarão.

**10 — ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E OUTRAS INICIATIVAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS. OUTRAS DIRETRIZES DE AÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO GOVERNO DO ESTADO. POLÍTICA MUNICIPALISTA.**

**10 A — Reorganização Administrativa do Estado**

- 10.A.1 — Organização de Novas Secretarias.
- 10.A.2 — Estrutura do Conselho do Serviço Público.
- 10.A.3 — Reorganização da diretoria dos Serviços de Biometria Médica.
- 10.A.4 — Instituição do salário móvel.
- 10.A.5 — Conselho de Desenvolvimento do Estado.
- 10.A.6 — Instituto de Administração.

- 10.A.7 — Procuradorias do Estado no Rio de Janeiro e em Brasília.
- 10.A.8 — Escritório do Estado de São Paulo.
- 10.A.9 — Transferência da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.
- 10.A.10 — Plano de Obras Serviços e Equipamentos.
- 10.A.11 — Gabinete de Administração e Planejamento.
- 10.A.12 — Concursos e provas de habilitação.
- 10.A.13 — Comissão Estadual de Compras.

10.B

- 10.B.1 — Hospital Ernesto Dornelles e Cooperativa dos Servidores Públicos.

10.C

- 10.C.1 — Palácio da Justiça.
- 10.C.2 — Tribunal de Contas.
- 10.C.3 — Obras do Palácio Piratini.
- 10.C.5 — Departamento de Polícia Civil.
- 10.C.6 — Reparcelhamento do Departamento de Polícia Civil.
- 10.C.7 — Instalação e organização do Bureau da Interpol e Serviço de Polícia Interestadual.
- 10.C.8 — Reparcelhamento e reorganização do regimento "Bento Gonçalves" da Brigada Militar.
- 10.C.9 — Reparcelhamento da Brigada Militar do Estado.
- 10.C.10 — Novas Delegacias de Polícia e Regiões Policiais.
- 10.C.11 — Escola de Polícia.
- 10.C.12 — Cooperação com os municípios.
- 10.C.13 — Aumento de efetivo do Departamento de Polícia Civil.
- 10.C.14 — Aumento de efetivo da Brigada Militar.
- 10.C.15 — Reestruturação da Brigada Militar.
- 10.C.16 — Regulamento de promoções dos funcionários policiais.
- 10.C.17 — Regulamento geral do ensino da Brigada Militar.
- 10.C.18 — Reparcelhamento do Corpo Bombeiros.
- 10.C.19 — Policiamento ostensivo da Brigada Militar.

10.D

- 10.D.1 — Obras da Penitenciária de Pôrto Alegre.
- 10.D.2 — Recuperação integral da colônia Gal. Daltro Filho, instalação de serviços, aparelhamento de oficinas, equipamentos agrícolas.
- 10.D.3 — Cadeia de Novo Hamburgo.
- 10.D.4 — Cadeia de Sarandí.
- 10.D.5 — Cadeia de Cruz Alta.
- 10.D.6 — Cadeia de Júlio de Castilhos.
- 10.D.7 — Cadeia de Lagôa Vermelha.
- 10.D.8 — Cadeia de São Francisco de Paula.
- 10.D.9 — Fôro de Pelotas.
- 10.D.10 — Fôro de Santiago.
- 10.D.12 — Turismo.

10.E

- 10.E.1 — Parque florestal de São Leopoldo.
- 10.E.2 — Jardim Botânico.
- 10.E.4 — Laboratório central da Secretaria de Agricultura.



- 10.E.5 — Instituto de Pesquisas Biológicas.
- 10.E.6 — Prédio sede da Secretaria de Educação e Cultura.
- 10.E.7 — Ligação de Pôrto Alegre ao mar.
- 10.E.8 — Construção, ampliação e restauração de edifícios públicos.

10.F — Instituto Tecnológico

- 10.F.1 — Construção da Nova sede.
- 10.F.2 — Atividades didáticas do ITERS.
- 10.F.3 — Atividades tecnológicas do ITERS.
- 10.F.4 — Atividades financeiras do ITERS.



1960

**EDUCAÇÃO POPULAR**



## 1. — EDUCAÇÃO POPULAR

### 1.A ENSINO PRIMARIO

1.A.1 Plano de emergência de expansão do ensino primário. Em face da grave situação em que se encontrava o ensino primário, com um déficit escolar de cerca de 290.000 crianças sem escolas, em janeiro de 1959, número que atingiria, em breve, uma expressão alarmante, e com o objetivo de combater o analfabetismo no Rio Grande, instituiu o Governo do Estado o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, (Decreto n.º 10.401/59) visando a aumentar o número de professores e de escolas no Estado. Para a execução deste Plano, foi necessária a abertura de créditos especiais, substanciados nos Decretos 10.401, 10.566 e 11.093, todos de 1959, no montante de Cr\$ 246.848.000,00. Serviram essas medidas para assegurar o preenchimento de todas as classes desprovidas de professores e para a ampliação da rede escolar de forma a proporcionar matrículas à população escolar até então desatendida. De outra parte no cumprimento dos objetivos a que se propôs, o Governo organizou a Expansão Descentralizada do Ensino Primário e intensificou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. O desenvolvimento do Plano de Emergência, com a aplicação de novos recursos do II Plano de Obras do Estado possibilitou, em 1960, novo aumento de matrícula e a criação de escolas, permitindo o ingresso de cerca de 79.000 crianças em idade escolar. As aplicações financeiras ou investimentos no ensino, traduzidos em números absolutos, representam, em verbas orçamentárias e créditos especiais, a despesa de Cr\$ 2.664.795.175,00 no ano de 1959, contra Cr\$ 5.267.000.000,00 no ano transato.

1.A.2 Metas do Plano de Expansão do Ensino Primário. Para execução do Plano de Expansão, foi elaborado um programa de metas a serem atingidas gradativamente. Em 1959: Construíram-se 352 escolas, elevando-se a rede para 2.147 escolas. Admitiram-se 4.035 professores para o ensino primário. A matrícula foi elevada de 55.127 alunos. Em 1960: Construíram-se 248 escolas elevando-se a rede para 2.395 unidades escolares. A matrícula elevou-se de mais 79.098 alunos. Os quadros docentes foram ampliados de mais 3.086 professores. Para 1961: Está programada, na esfera do ensino primário comum e rural, a entrada em funcionamento de mais 1.200 salas de aula que, funcionando em dois turnos, representam 2.400 classes e oferecerão matrículas para mais 72.000 alunos. Para a realização desta etapa foram nomeados 600 professores e contratados 1.100, prevendo-se a próxima admissão de mais 700, o que totalizará um ingresso de mais 2.000 professores nos quadros do magistério estadual. Por outro lado, o Plano de Descentralização do Ensino Primário, juntamente com o Ensino Particular, através da cessão de professores em troca de matrículas, e com a distribuição de bolsas de estudos deverão somar 223.000 alunos, prevendo-se, assim, que a meta principal que é alcançar-se o total de 300.000 novas matrículas, será atingida no ano em curso. Assim, o desenvolvimento do Plano de Expansão

se constituiu em preâmbulo promissor do "ANO DA ESCOLARIZAÇÃO", assim chamado o exercício em curso, eis que foram entregues ao povo do Rio Grande do Sul, pelo Governo do Estado, mais de 2.000 escolas primárias.

**1.A.3 Matrículas do Ensino Primário.** Segundo levantamentos efetuados, verificou-se que tanto a matrícula geral como a real cresceram sensivelmente e que diminuiu a evasão escolar. Essa ocorrência animadora se deve ao alargamento da rede escolar e ao aproximamento das condições do ensino.

Eis as cifras:	Em 1958	Em 1959	Em 1960
Matrícula geral	281.370	336.497	415.595
Matrícula real	234.311	278.356	353.279
 Aumento:			
Matrícula geral		55.127	79.098
Matrícula real		54.045	74.923
		17,2%	11,9%

Cumpra observar que, nesses totais, não se acham computadas as 22.298 matrículas gratuitas concedidas em estabelecimentos primários particulares contemplados com 812 professores em exercício próximo findo. Convém salientar ainda que a população analfabeta, na classe dos 7 aos 14 anos, que, segundo dados do G.A.P. em 1958, era de 284.652 almas, sofreu redução, nos anos de 1959 e 1960, respectivamente 24% e 41,4%, decrescendo para 229.525 e 150.424. E, deduzidas desta última cifra as 24.550 matrículas confiadas ao S.E.D.E.P., o número de crianças sem escolas não ultrapassa agora de 125.874.

**1.A.4 Professores no Ensino Primário Estadual.** Para cobertura dos claros existentes nos quadros docentes das escolas primárias, comuns e rurais, onde a procura de matrículas subiu promissoriamente, tornou-se indispensável a nomeação de elevado número de professores, mais a contratação de outros, estes para atendimento das unidades consideradas de provimento difícil, elevando-se a 17.406 o número total, sendo 11.408 concursados e 5.998 admitidos mediante contrato, no exercício findo.

Demonstrativos

Em 1958

Total de professores primários e rurais	<u>9.974</u>
---	--------------

Em 1959

De carreira:

Professores primários rurais	7.788	
	<u>484</u>	8.272





Em 1959:

Professôras cedidas	591
Matriculas gratuitas	11.358

Em 1960:

Professôras cedidas	812
Matriculas gratuitas	22.298

Cada professora cedida atendeu, em média, 28 escolares no exercício passado.

**1.A.7 Unidade de Ensino Primário Estadual.** Na conjuntura peculiar ao exercício de 1960, a Subsecretaria do Ensino Primário, dentro da política educacional traçada pelo Governo Estadual, procurou, por todos os meios ao seu alcance, ampliar a rede escolar, pondo em funcionamento as escolas que se encontravam inativas e aquelas que foram solicitadas pelas comunidades arregimentadas na consecussão de escola local.

Funcionaram 3.571 unidades escolares, agrupadas em 2.395 escolas, sendo 1.130 do ensino primário comum, e 1.265 de ensino rural.

Verificou-se sobre o ano anterior o aumento de 239 unidades, ou seja, 239 escolas.

Confronto:

Em 1958

Total de escolas — 1.795

Em 1959

Total de escolas — 2.115

Em 1960

Total de escolas — 2395

**1.A.8 Programa de Conservações e Reparos de prédios escolares.** A situação de abandono em que se encontrava a rede escolar do Estado, ao assumir a atual administração, determinou como primeira providência, a elaboração de um programa de conservações e reparos de prédios escolares, que vem sendo cumprido através da C.E.P.E.

Dos 1.607 prédios de unidades vistoriadas em 1959 que representavam 75% do total, verificou-se que cerca de 40% eram de difícil recuperação, e os demais, sem exceção, necessitavam obras de conservação.

**BALANÇO DAS ATIVIDADES:**

1959

N.º de reparos ou conservações .....	369
Custo .....	Cr\$ 59.618.436,00



1960

N.º de prédios vistoriados .....	719
N.º de reparos ou conservações .....	601
Custo . . . . .	Cr\$ 71.650.198,70

1.A.9 Ensino Primário Municipal. A Rêde do Ensino Primário Municipal é de elevada importância na luta pela erradicação do analfabetismo, bastando para reconhecer tal afirmativa, declarar que os órgãos municipais têm incomparável penetração nos mais longínquos e desprotegidos rincões do interior dos municípios. Daí, porque, podemos observar através de dados estatísticos nos diferentes anos, por exemplo, a partir de 1951, o número de escolas, alunos e professores mantidos pelas entidades municipais superando o mantido pelo Estado, porém com diferenças decrescentes, até que no ano de 1960 o esforço estadual consegue superar, da seguinte maneira:

ANO	MATRÍCULA		PROFESSORES	
	Ens. Estadual	Ens. Municipal	Ens. Estadual	Ens. Munic.
1958	281.370	320.048	9.974	10.596
1959	336.497		13.750	10.936
1960	415.595		17.406	11.196

Com referência ao número de escolas primárias estaduais cresceu de 1.795 que existiam no ano de 1958 para 2.393, no ano de 1960, enquanto que as municipais passaram de 7.489 (ano de 1958) para, aproximadamente, 7.795 estabelecimentos. Notada, porém, é a diferença entre as capacidades entre essas escolas: as primeiras podem abrigar em média, por estabelecimento, seis turmas; as segundas, por sua vez, raramente vão além de uma turma. Daí a razão de o Estado com número muito inferior de prédios escolares poder comportar um número bem maior de professores e, conseqüentemente, também maior de alunos.

1.A.10 Ensino Primário Particular. A Subsecretaria do Ensino Particular, mantém o registro dos professores e dos estabelecimentos de ensino particular, aos quais presta assistência técnica e fiscaliza através de setenta professores fiscais distribuídos pelas dezenove Regiões Escolares do Estado. Consoante êsses registros, a situação do ensino primário particular, no exercício letivo próximo findo, está representada nas seguintes cifras:

TOTAL DE ESCOLAS REGISTRADAS	2.146
TOTAL DE PROFESSORES REGISTRADOS	2.103
TOTAL DE PROFESSORES ESTADUAIS CEDIDOS	812
MATRÍCULA GERAL	136.001
MATRÍCULA REAL	119.413

É interessante notar-se que Região onde maior é o número de escolas particulares é a 3.ª Região, sendo que a 1.ª Delegacia ocupa a primazia em

número de professores registrados e cedidos. A região que mantém a maior matrícula geral e real é também a 1.<sup>a</sup>. A cessão de professores e a manutenção de convênios com entidades particulares representaram durante o ano de 1960 a gratuidade do ensino particular a 22.298 alunos.

---

## 1.B EXPANSÃO DESCENTRALIZADA DO ENSINO PRIMÁRIO

1.B.1 Plano de expansão descentralizada, em convênio com os municípios. O Plano de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP) é um entrelaçamento de esforços entre Estado, municípios e comunidades, visando dar uma solução adequada ao problema do analfabetismo.

São conhecidas as dificuldades que o Estado enfrenta para a administração eficiente e sistemática do ensino primário. Daí o objetivo traçado pelo Governo; é expandi-lo descentralizando-o, como maneira de superar aquelas dificuldades e como primeiro passo para a municipalização.

E' necessário a cooperação dos municípios para a concretização dos objetivos do Plano. O Programa de expansão, tal como se executa, os Municípios dão o esforço administrativo e o Estado fornece os meios técnicos e financeiros. Só assim se conseguirá da maneira mais rápida e menos dispendiosa, proporcionar alfabetização a mais de 300 mil crianças que, por falta de escolas integram a geração de analfabetos.

---

1.B.2 Organização do SEDEP. O Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário tem um organograma-base de estrutura simples. E' integrado, na Capital, por um chefe que é o Coordenador Geral, um Assistente, um Oficial Administrativo, e três datilógrafos.

No interior, por um Grupo de Supervisão (1 Coordenador e, no mínimo, 1 Supervisor, ambos professores do Estado) que dá a orientação técnico-pedagógica e fiscaliza os trabalhos de execução do PLANO. Faz parte, também, do Serviço, um Representante Pessoal do Secretário de Educação e Cultura, em cada município.

Esta organização simples, além de proporcionar uma significativa economia aos Cofres públicos, tem revelado em suas atividades um expressivo rendimento de trabalho, pois, com apenas 6 funcionários coordena-se o PLANO em todos os municípios riograndenses.

---

1.B.3 Convênios assinados. Em fins de 59 o SEDEP iniciou suas atividades com a assinatura dos primeiros Acórdos Especiais com 51 municípios. No decorrer de 1960 mais 96 acórdos foram assinados totalizando assim 147 Acórdos Especiais. Excetuam-se portanto do total de 152 municípios, integrantes da unidade riograndense, 5 municípios, que ainda não assinaram a saber: Santo Cristo, Cêrro Largo, Bom Jesus, Canguçu e Pôrto Alegre. 134 municípios enviaram seus planos de construção perfazendo um total de 2.960 prédios que compreendem 3.828 salas, representando uma média de 27 salas de aula por município. Estendendo aos demais municípios a mesma proporção teremos 4.097 salas de aula que estarão aptas a receber a matrícula de cerca de 200.000 crianças. Para cobrir as despesas com a execução desta primeira etapa foram abertos créditos no montante de Cr\$ 746.500.000,00. A descentralização representa para o Estado uma forma econômica e eficiente de combater o analfabetismo e disseminar a instrução. A matrícula unitária em relação ao custo de investimento das construções é de Cr\$ 2.500,00.

---



**1.B.4 Plano de expansão descentralizada em convênio com entidades particulares.** O programa de colaboração recíproca com entidades particulares irá, não só incentivar o desenvolvimento de grupos sociais, necessários à vida de uma comunidade, mas também ajudar substancialmente a elevação do nível e padrão cultural do povo. Quando se fala em ensino particular não nos referimos ao ensino enclausurado e ortodoxo mas sim ao ensino livre e democrático, onde as forças vivas das instituições, tais como associações religiosas, sindicatos, enfim, todas as associações congêneres que se irmanam ao esforço do Estado, para levarem o ensino primário gratuito a todas as categorias sociais. Este programa obedecerá, em linha geral, os mesmos termos dos Acôrdos Especiais firmados com as Prefeituras Municipais, substituindo-se apenas a pessoa jurídica que irá celebrar o Acôrdo com o Estado. Para isto, se formulará nos termos do Acôrdo Especial, cláusulas peculiares às condições inerentes às pessoas jurídicas que celebrarem o aludido Acôrdo Especial. O SEDEP, firmará brevemente, três destes Acôrdos Especiais.

**1.C.1 Plano de emergência de expansão do Ensino Técnico.** O Plano de emergência de Expansão do Ensino Técnico teve como programa e objetivo assegurar matrícula, em 1959, a todos os candidatos aprovados nos exames vestibulares, nos respectivos ramos de ensino industrial, agrícola e comercial. A execução do plano possibilitou a elevação da matrícula geral nas escolas técnicas em 63%, ou seja: 6.791 alunos em 1959, contra 4.297 em 1958. Para assegurar o funcionamento regular das escolas já no início do ano letivo, foram programadas diversas providências de caráter urgente, visando a melhoria das condições de funcionamento das unidades escolares, complementadas com a construção de pequenos pavilhões para oficinas, ampliação de alojamentos, reaparelhamento de oficinas, aquisição de equipamento e material escolar em geral e admissão do pessoal necessário. As novas admissões somaram 287, sendo 160 de professores, 32 de técnicos especializados e 95 de pessoal auxiliar em funções técnicas. Para atender, em conjunto, o Plano de Emergência, foi aberto um crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (Decreto n.º 10.418, de 25.3.1959), aplicado integralmente na execução do programa fixado.

**1.C.2 Desenvolvimento do Ensino Técnico Industrial.** 1 — **Estrutura e Diretrizes:** O Ensino Técnico Industrial está estruturado em Escolas e Cursos de níveis elementar e médio, de acôrdo com a legislação federal e sistema estadual a ser estabelecido, instituindo o ensino técnico do Estado. 2 — **Expansão do Ensino:** O "Plano de Expansão do Ensino Técnico Industrial" vem sendo desenvolvido, preferencialmente, com base em Escolas ou cursos de padrões elementares, de forma a atingir, em maior escala possível, a "massa" escolar dos centros urbanos e suburbanos. A fim de proporcionar adequada valorização da mão de obra, são criados cursos rápidos de aprendizagem prática e de sentido e interesse comunitário e de acôrdo com a demanda do mercado de trabalho local. O ensino, em seus diversos graus, e particularmente nos níveis elementares, tem finalidade sócio-econômico, visando, pela educação de base e formação profissional, a recuperação e o erguimento social dos alunos, especialmente os mais desprovidos de recursos. 3 — **Orientação geral:** O desenvolvimento do Ensino Industrial, como no setor do Ensino Agrícola, está orientado no sentido do aproveitamento, coordenação, articulação e ampliação de todos os recursos existentes ou projetados, oficiais ou particulares, que possam interessar ao Ensino Técnico. As Escolas — em funcionamento ou em construção — serão progressivamente ajustadas ao "Plano" e convenientemente reaparelhadas, visando maior ma-

trícula e melhor rendimento técnico, administrativo e econômico do Ensino. 4 — **Meta — Matrículas:** O Plano de Expansão do Ensino Técnico — Setor do Ensino Industrial — objetiva proporcionar capacidade de matrícula, no Estado, em seus diferentes graus, para um mínimo de trinta mil (30.000) alunos, incluindo Escolas oficiais e particulares.

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

Anos	Rêde Estadual			Matrículas realizadas	Professores
	Em funcionamento		Em instalação		
	Escolas	Cursos			
1958 .....	7	45	3	2.940	355
1959 .....	13	64	12	4.312	473
1960 .....	24	93	25	6.845	585
1961 .....	25	117	20	8.670	646
(1.º Semestre) ..					

Capacidade potencial de matrículas dos projetos realizados e em execução — 16.000.

1.C.3 Desenvolvimento do Ensino Técnico Agrícola — Estrutura e Diretrizes: O Ensino Técnico Agrícola está estruturado em dois padrões: a) — o padrão Federal, nos termos da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, cursos de 1.º e 2.º ciclos, articulados entre si e com os demais ramos do ensino secundário e superior; b) — o padrão estadual, adaptado às condições do meio riograndense, cursos de grau primário complementar e de grau médio, articulados entre si mas não com os demais ramos; é previsto o ensino de extensão rural e doméstica, na forma de cooperação com outras entidades. **Objetivos sociais:** O ensino técnico agrícola está sendo desenvolvido com o objetivo de melhorar as condições sócio-econômicas das populações interiores, dando ao adolescente, à custa do Estado, um mínimo indispensável de conhecimentos que lhe permita integrar-se de modo ativo na sociedade através de seus próprios esforços. O Plano de Expansão é executado com base em escolas de **padrão estadual**. Em princípio, obedece a uma padronização em dois tipos de Escolas — "A" e "B" — sob a denominação genérica de Escola Técnica Rural, visando: a) — criar uma rede de escolas Técnico-Agrícolas para os alfabetizados que estiverem em condições de ingressar mesmo sem terem completado o curso primário, em cursos avulsos ou regulares; b) — criar cursos de técnicos rurais visando a admissão através de exames seletivos dentro de um mínimo de exigências que permita a formação de elevado número de técnicos. Os cursos elementares têm por objetivo a "quantidade", mediante programas flexíveis e de fácil acesso à grande



FEI  
8

"massa", das zonas interioranas. À medida que se elevarem os níveis de ensino, será melhorada e aprofundada a formação técnica e cultural dos alunos, assegurando-se, assim, o necessário equilíbrio entre os objetivos quantitativos e qualitativos. É previsto um sistema de bolsas para os alunos distintos que demonstrarem desejo de continuação nos estudos. Inclui-se, também, um programa de desenvolvimento das comunidades rurais e preparação de líderes rurais e a implantação do ensino feminino de educação doméstica rural. **Orientação geral:** Como no ensino industrial, o Plano de Expansão prevê, em suas linhas fundamentais, o aproveitamento, imediato ou progressivo, em administração direta ou em acôrdos de cooperação, de todos os recursos que possam ser coordenados, ampliados e entrosados com as finalidades do ensino técnico agrícola. As escolas existentes estão sendo reorganizadas e ampliadas, visando maior capacidade de matrícula e melhor rendimento técnico e econômico do ensino. **Meta-Matrículas:** A execução do "Plano de Expansão", prevê a criação de uma escola técnica rural em cada município ou centro de região geo-econômica, com uma possibilidade mínima de 8 mil matrículas, no Estado, entre escolas oficiais e particulares, em nível elementar e graus médios.

### DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

Anos	Rêde Estadual			Matriculas realizadas	Professores
	Em funcionamento		Em instalação		
	Escolas	Cursos			
1958 .....	5	8	3	461	80
1959 .....	13	16	14	1.325	107
1960 .....	16	20	12	1.776	140
1961 .....	20	23	16	2.408	155
(3.º Semestre) ..					

Capacidade potencial de matrículas dos projetos realizados e em execução -- 5.000 alunos.

**1.C.4 Desenvolvimento do Ensino Técnico Comercial — Orientação Geral:** Considerando que o Ensino Técnico Comercial já alcançou, no Estado, nível satisfatório de desenvolvimento, principalmente através de uma rede de escolas particulares, aproximadamente de 120 unidades, o Plano de Expansão é limitado a estes dois pontos: 1.º — melhorar o funcionamento das Escolas oficiais do Estado, mediante sua ampliação, adequado aparelhamento, revisão e atualização racional de seus cursos; 2.º — cooperar supletivamente, através da concessão de bolsas, com escolas particulares, para aumentar a matrícula e assegurar regular funcionamento as mesmas.

**DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA**

Anos	Rêde Estadual		Em ins- talação	Matricu- las reali- zadas	Profes- sôres
	Em funcionamento				
	Escolas	Cursos			
1958 .....	4	6	1	496	111
1959 .....	5	9		1.464	152
1960 .....	11	17		2.229	188
1961 .....	11	20		2.770	202
(1.º Semestre) ..					

**1.C.5 Aparelhamento das Escolas Técnicas Agrícolas.** O Plano de Expansão do Ensino Técnico Agrícola será acompanhado de um programa especial de reaparelhamento adequado das escolas existentes e de equipamento moderno e completo das novas unidades a serem instaladas. O programa de reaparelhamento visa, em especial, dotar tôdas as Escolas do necessário material didático e administrativo, do material de laboratório para estudos e pesquisas, de equipamento mecanizado e ferramentas agrárias, de veículos e instalações especializadas. A realização parcial do programa, teve, nos exercícios de 1959 e 1960, a aplicação geral de Cr\$ 26.195.709,70. A complementação do aparelhamento das Escolas existentes e o equipamento das Escolas projetadas, estão previstos para o exercício de 1961 e 1962, com um investimento geral de aproximadamente 150 milhões de cruzeiros, distribuídos em animais, veículos, aparelhagem didática e equipamento agrícola.

**1.C.6 Aparelhamento das Escolas Técnicas Industriais.** A execução do Plano de Expansão do Ensino Técnico, prevê o completo reequipamento e aparelhagem adequada e moderno das Escolas Industriais, como nos demais ramos de ensino. O equipamento compreende tôdas as atividades da Escola — administração, internato, salas de aula, oficinas, laboratórios de estudos e pesquisas — no sentido de assegurar ao aluno uma aprendizagem ou formação profissional técnica eficiente, atualizada e econômica. No reaparelhamento de Escolas existentes, foram aplicados, nos exercícios de 1959 e 1960, recursos especiais no montante de Cr\$ 41.698.520,80. Para o desdobramento do "Plano" nos exercícios de 1961 e 1962, com a complementação e aparelhagem das Escolas existentes e equipamento das Escolas programadas, é previsto um investimento geral de Cr\$ 565.000.000,00.

**1.C.7 Instalação de Escolas Técnicas Elementares.** Dentro do Plano de desenvolvimento do Ensino Técnico Industrial está programada a instalação de uma ampla rêde de Escolas Técnicas Elementares, de organização simples e flexível. Estas Escolas tem por finalidade complementar a educação pri-



mária e dar aos adolescentes a formação profissional e humana dentro de um sentido sócio-econômico que vise oportunizar-lhe recursos de auto-manutenção e atender às necessidades do mercado local de trabalho. Podem ser masculinos, femininos ou mistos. Os cursos regulares ou rápidos têm estrutura simples e sentido objetivo, de acôrdo com os interesses e demanda do mercado de trabalho local, e em cada período, são administrados conhecimentos básicos sôbre uma parte do ofício, sendo o período seguinte complementação e extensão do anterior. Entrosados ou isoladamente, podem funcionar cursos especiais de níveis e períodos variáveis, tanto para adolescentes como para adultos. Estas Escolas são organizadas sempre em função da comunidade local e suas necessidades sociais e econômicas. Escolas já instaladas: 1959 — Escola Técnica Elementar da República e Escola Técnica Elementar do Partenon, 1960 — Escola Técnica Elementar da Tristeza, Escola Técnica Elementar da Chácara das Pedras e Escola Técnica Elementar da Cachoeirinha, Gravataí. Em 61, serão instaladas no mínimo cinco novas Escolas Técnicas Elementares, na capital e em cidades do interior.

---

1.C.8 **Acôrdos de Cooperação com Entidades Particulares para a instalação de Escolas Técnicas.** O programa de cooperação com entidades particulares, visa, mediante a concessão de recursos supletivos, a organização do ensino técnico regular, a ampliação de capacidade das Escolas e a concessão de matrículas gratuitas a candidatos indicados pelo Estado. Em 59 e 60, foram estabelecidos 31 acôrdos com entidades particulares, representando uma contribuição geral do Estado de Cr\$ 68.155.900,00 e correspondendo a uma matrícula potencial de 6.350 alunos. Matrículas reservadas ao Estado (30%) 1.905.

---

1.C.9 **Acôrdos com o Ministério da Agricultura para a instalação de Escolas Técnicas Rurais nos postos agro-pecuários existentes no Estado.** A finalidade destes acôrdos é a de facilitar a difusão de Escolas Técnicas Rurais no Estado, com o aproveitamento, sem prejuízo de suas atividades específicas, de instalações dos chamados Postos Agro-Pecuários Federais. Já foram assinados, em 60, acôrdos com referência aos seguintes Postos: de Dom Pedro, Palmeira das Missões, Guaporé, Sarandi e Santiago. Acôrdo já autorizado pelo Senhor Ministro da Agricultura, dependendo ainda de assinatura: Posto de Encantado.

---

1.C.10 **Acôrdos com a Campanha Nacional de Educação Rural, para a instalação de Centros de Treinamento Agrícola.** Acôrdo assinado em 12 de setembro de 1960 e publicado no Diário Oficial de 24.9.1960. Condições básicas e específicas estabelecidas pelo Acôrdo: O Governo do Estado através da Subsecretaria do Ensino Técnico, da Secretaria de Educação e Cultura, compromete-se: a) — a contribuir com auxílios especiais destinados a ampliação, equipamento e manutenção de Centros de Treinamento Agrícola; b) — a contribuir, ainda, com recursos especiais para atender, supletivamente, despesas de manutenção dos Centros, na base do custo médio anual do aluno bolsista; c) — a conceder, em caráter supletivo, professores técnicos que, em comum acôrdo entre as partes interessadas, forem julgados necessários às atividades do treinamento agrícola. A Campanha Nacional de Educação Rural, secção do Rio Grande do Sul, obriga-se: a) — a organizar e manter Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola em cooperação com a Subsecretaria do Ensino Técnico, em locais previamente estabelecidos entre as partes

interessadas. b) — a facilitar o treinamento de técnicos e professores da Subsecretaria, ou por ela indicados, nos serviços especializados da Campanha; c) — a conceder trinta por cento (30% ; das matrículas a indicados pela Subsecretaria do Ensino Técnico, satisfeitas as exigências regulamentares: Para execução do acôrdo, o Governo do Estado contribuiu, em 1960, com Cr\$ 1.500.000,00 (Decreto n.º 11.325, de 9.5.60) e em 61, com Cr\$ 6.000.000,00, Decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.11 Acôrdo de Cooperação com a ASCAR, para a difusão de atividades de educação da juventude rural.** Acôrdo assinado em 13 de dezembro de 1960 e publicado no Diário Oficial de 16.12.1960. Condições básicas e específicas estabelecidas no referido Acôrdo: O Governo do Estado, através da Subsecretaria do Ensino Técnico, da Secretaria de Educação e Cultura, compromete-se: a) — a contribuir com auxílios especiais destinados ao desenvolvimento da juventude rural; b) — a conceder, em caráter supletivo, os técnicos que, em comum acôrdo entre as partes interessadas, forem julgados necessários às referidas atividades; c) — a manter um representante no Conselho Superior da ASCAR, nos termos dos seus estatutos. O Escritório Técnico de Agricultura — Projeto II — ASCAR, obriga-se: a) — a organizar e manter Clubes 4-S em cooperação com a Subsecretaria do Ensino Técnico, em locais previamente estabelecidos entre as partes interessadas; b) — a facilitar o treinamento de técnicos e professores da Subsecretaria, ou por ela indicados, nos serviços especializados da ASCAR; Para execução do Acôrdo, o Governo do Estado, contribuiu, em 1960, com Cr\$ 1.200.000,00, decreto n.º 11.325, de 9.5.60, e em 61, com Cr\$ 2.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.12 Acôrdos de Cooperação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para bolsistas.** Acôrdo firmado com o SENAI, em 1959, para a concessão de matrículas nas Escolas de Aprendizagem mantidas pelo mesmo, a bolsistas indicados pela Subsecretaria do Ensino Técnico, mediante pagamento das despesas de manutenção e hospedagem externa do aluno. O acôrdo prevê, ainda, cooperação de complementação de atividades e instalação, eventualmente, de novos cursos. Em 60 foram atendidos 25 bolsistas, com a despesa total de Cr\$ 509.227,30.

---

**1.C.13 Conclusão, instalação e equipamento da nova Escola Técnica Parobé — Pôrto Alegre.** Escola criada em 1.7.1906, com a denominação de Instituto Técnico Profissional. Em 1938 passou a ser designado como Liceu de Artes e Ofícios e em 1943, pelo decreto n.º 11.308, de 13.1.43, recebeu a atual denominação de Escola Técnica Parobé, equiparada à Escola Técnica Nacional. Localizada em Pôrto Alegre, antes à rua Sarmento Leite e agora em sua nova sede, à rua Washington Luiz, Av. Beira Rio. Unidade padrão pioneira e cúpula do sistema do ensino técnico do Estado, no setor industrial. Ensino industrial de 1.º e 2.º ciclos, em regime de internato, semi-internato e externato e bolsistas. Programa realizado: prosseguimento e conclusão das obras em construção da nova sede da Escola; reaparelhamento de oficinas e de instalações internas; revisão e atualização de cursos; e a criação de outros novos; aumento de matrículas, de 571 para 1.163 alunos em 61; ampliação do regime de bôlsas, mediante critério social; elevação do quadro de professores e de pessoal técnico; transferência da Escola para suas novas instalações. Em 61, construções complementares para Cursos pedagógicos,



auditório, serviços sociais, restaurante, e renovação de mobiliário, reequipamento de oficinas e instalações de laboratórios. A capacidade total da Escola será de 1.800 matrículas. Para melhor aproveitamento do equipamento técnico da Escola, de alto investimento, serão limitados os cursos básicos, em benefício da ampliação de matrícula nos cursos técnicos e de aprendizagem. Aquêles poderão ser atendidos pela rede de Escola novas que estão sendo instaladas em todo o Estado, inclusive com direta vantagem do candidato, que não precisará deslocar-se de sua cidade ou região. Recursos especiais aplicados em 59 e 60, afora verbas de orçamento Cr\$ 72.805.091,40. Crédito aberto para 61, Cr\$ 60.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.14 Reorganização, ampliação e reaparelhamento da Escola Técnica de Agricultura — Viamão.** Escola criada em 1910 e instalada em 1911. Localizada no Município de Viamão, no local chamado Passo do Vigário. Área de 460 Ha. Unidade pioneira e cúpula do sistema do ensino técnico agrícola do Estado. Ensino de grau médio, 2.º ciclo, em regime de internato. Cursos agro-técnicos de agricultura, horticultura, zootecnia e laticínios, de acôrdo, a partir de 1945, com a Lei Orgânica Federal, em tempo integral de atividades escolares. Capacidade de matrícula em elevação de 150 para 300 alunos. Programa em execução de completa reorganização e reequipamento geral da Escola. Reforma de prédios e construção de novos pavilhões para laboratórios, oficinas, hospital veterinário, incluindo alojamentos e conjunto moderno de cozinha e refeitório. Aquisição de mais uma área de 180 Ha., com avaliação já realizada. Recursos especiais aplicados neste projeto: Cr\$ 34.872.820,30. Crédito consignado para 61: Cr\$ 40.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 16.4.61.

---

**1.C.15 Reorganização, ampliação e reaparelhamento da Escola Industrial "Senador Alberto Pasqualini" — Novo Hamburgo.** Escola transferida do SESME para a Secretaria de Educação e Cultura, subordinada à Subsecretaria do Ensino Técnico, pelo Decreto n.º 10.411, de 18.3.1959. Transformada em Escola Técnica Elementar pelo decreto n.º 10.764, de 18.9.59. Elevada à Escola Industrial, com a denominação de "Senador Alberto Pasqualini", pelo decreto n.º 11.329, de 20.6.60. Localizada no município de Novo Hamburgo, distrito de Hamburgo Velho. Área de 13 Ha. Prédio central de alvenaria, três pisos, condições boas. Pavilhões de serviços auxiliares e de oficinas de alvenaria e madeira, readaptados e ampliados. Ensino industrial de nível elementar e de grau médio (1.º ciclo), em regime de internato, semi-internato e externato. Capacidade de matrícula para 250 alunos. Realizado o programa de reorganização geral da Escola e de instituição do ensino técnico regular. Restauração de prédios e construção de novos pavilhões. Instalação de novas oficinas e reequipamento geral da unidade. Recursos aplicados: Cr\$ 14.863.649,00, decretos 10.591/59, 10.677/59, 11.417/60. Crédito para 61, Cr\$ 7.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.16 Criação, construção e instalação da Escola Industrial "Senador Salgado Filho" — Uruguaiana.** Criada em 1960 pelo Decreto n.º 11.581, de 9.9.60. Denominada "Senador Salgado Filho" pelo Decreto n.º 11.780, de 17.11.60. Unidade para ensino técnico industrial e artes domésticas, de nível elementar e de grau médio, 1.º ciclo, em regime de externato e semi-internato. Capacidade para 250 matrículas. Para sua instalação foi adquirido um imóvel no valor de Cr\$ 4.000.000,00. O contrato das obras de adaptação foi

delegado pela CEPE à Prefeitura Municipal de Uruguaiana, sendo destinado para o início das mesmas a importância de Cr\$ 3.000.000,00. O funcionamento parcial da Escola está previsto para o segundo semestre de 1961, após a execução das obras e salas de aula. Em 61, serão aplicados 16 milhões de cruzeiros em equipamento de oficinas e material didático, conforme crédito aberto. Funcionamento parcial no 2.º semestre e normal em março de 62.

---

**1.C.17 Criação, construção e instalação da Escola Técnica de Pesca — Rio Grande.** Plano iniciado em 1952. Projeto programado em 1959. Unidade para o ensino de grau elementar e médio, em cursos de aprendizagem e técnicos, visando a formação de pessoal especializado nas atividades de pesca e na indústria relacionada, bem como a elevação do nível sócio-econômico do pescador e suas famílias. Regime de internato e semi-internato. Capacidade para 250 alunos. Localizada em Rio Grande, na Barra do Canal Norte, 4.ª Secção Velha, em área de 482.000 m2 doado pelo Governo da União, conforme decreto federal 50.321, de 7.3.1961. Em 60 foram realizados os estudos necessários à localização e organização da Escola, com a colaboração de entidades e técnicos especializados. As obras de construção e instalação serão iniciadas em 61, prevendo-se sua conclusão e o respectivo equipamento da Escola até novembro de 62. Funcionamento parcial no ano letivo de 62 e integral a partir de março de 1963. Recursos votados Cr\$ 6.000.000,00 pelo Decreto n.º 11.417, de 28.6.60 e Cr\$ 30.000.000,00, Decreto n.º 12.258, de 6.4.61. Contribuição da União, em 61, conforme deliberação do Sr. Presidente da República na Reunião de Florianópolis, Cr\$ 20.000.000,00. Recursos complementares em 62.

---

**1.C.18 Criação, construção e instalação da Escola Industrial — Erechim.** Escola em construção na cidade de Erechim, centro urbano, em área de 15.000m2, doada pelo Município. Ensino industrial e de artes domésticas, de nível elementar e médio, 1.º ciclo, em regime de externato, semi-internato e bolsistas. Capacidade para 250 matrículas. Obras iniciadas em 1959, com a construção de pavilhão central de administração e pavilhões de oficinas. Conclusão das obras e equipamento inicial previsto para 61. Conclusão completa do projeto e equipamento total da Escola, em 62. Funcionamento parcial em março de 62 e integral no ano letivo de 1963. Recursos aplicados, através da CEPE, Cr\$ 28.302.960,30. Crédito aberto para equipamento em 61, Cr\$ 20.000.000,00, Decreto n.º 12.258.

---

**1.C.19 Criação, construção e instalação da Escola Industrial — Ijuí.** Criada pelo Decreto n.º 11.781, de 17.11.60. Em construção na cidade de Ijuí, perímetro urbano, em área doada pelo Município, com 10.000 m2. Ensino industrial e de artes domésticas, nível elementar e médio de 1.º ciclo, em regime de externato, semi-internato e bolsistas. Matrículas: 250 alunos. Obras iniciadas em 1960. Conclusão do projeto em 61. Equipamento em 61 e 62. Funcionamento parcial a partir do 2.º semestre e normal no ano letivo de 62. Recursos aplicados: Cr\$ 5.000.000,00. Decreto n.º 11.417, de 28.6.60. Recursos para 61, Cr\$ 45.000.000,00, Decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.20 Criação e instalação da Escola Industrial — Taquara.** Escola criada em 1960, pelo Decreto n.º 11.439, de 11.6.60. Localizada na cidade de Taquara, perímetro urbano. Ensino industrial e de artes domésticas, grau



elementar e médio de 1.º ciclo, em regime de externato, semi-internato e bolsistas. Matrícula, 250. Instalação em próprio do Estado, no antigo Posto do Piretro. Obras de adaptação e ampliação programadas para 61. Conclusão das obras e equipamento no mesmo ano. Funcionamento parcial no 2.º semestre e normal a partir de março de 62. Créditos abertos: Cr\$ 3.000.000,00, decreto n.º 11.417, de 28.6.60 e Cr\$ 15.000.000,00 pelo Decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.21 Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural de Carazinho.** Projeto elaborado em 1960. Localização no município de Carazinho, em área de 456 Ha. já escolhida, próxima à cidade. Ensino técnico agrícola, de nível elementar e grau médio de 1.º e 2.º ciclos, conforme padrão estadual. Matrícula para 250 alunos. Início das obras em 61 e conclusão e equipamento da Escola em 62. Funcionamento parcial previsto para o 2.º semestre do ano letivo de 1962 e funcionamento normal em março de 63. Crédito aberto, Cr\$ 35.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.22 Criação e instalação da Escola Industrial de Osório.** Projeto elaborado em 1960. Localizado na cidade de Osório, em perímetro urbano. Ensino industrial e de artes domésticas de grau elementar e médio, 1.º ciclo, em regime de externato, semi-internato e bolsistas. Matrículas para 150 alunos. Organização nas antigas instalações do Porto Lacustre de Osório. Obras de adaptação e ampliação programadas para 61. Equipamento parcial neste ano e complementar em 62. Funcionamento a partir do 2.º semestre. Recursos destinados: Cr\$ 1.500.000,00, decreto n.º 11.417, de 28.4.61, e Cr\$ 10.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.23 Reorganização, ampliação e reaparelhamento da Escola Técnica Rural — Cachoeirinha — Gravataí.** Unidade transferida do SESME para a Secretaria de Educação e Cultura, subordinada à Subsecretaria do Ensino Técnico, em decreto n.º 10.411, de 18.3.59. Transformada em Escola Técnica Rural pelo decreto n.º 10.761, de 18.9.59. Escola em funcionamento. Localizada em Cachoeirinha, Município de Gravataí, em área anexa à Estação Experimental do Arroz. Construção moderna. Ensino técnico agrícola, nível elementar e médio, de 1.º e 2.º ciclo, padrão estadual. Cursos femininos de artes domésticas. Matrícula atual: 121 alunos. Capacidade futura: 150 alunos. Cursos primários para 100 alunos. Programa realizado: instituição do ensino técnico agrícola e de cursos femininos de artes domésticas, construções de pavilhão para ensino primário, reforma de instalações internas, reorganização e reaparelhamento geral da Escola. Complementação do equipamento técnico em 61. Recursos aplicados, Cr\$ 8.177.500,00 (decretos n.ºs. 10.591, de 13.6.59, e 11.408, de 28.6.60).

---

**1.C.24 Reorganização, ampliação e reaparelhamento da Escola Técnica Rural — Candelária.** Transferida do SESME para a Secretaria de Educação e Cultura, subordinada à Subsecretaria do Ensino Técnico, pelo decreto n.º 10.411, de 18.3.59. Transformada em Escola Técnica Rural, pelo decreto n.º 10.772, de 18.9.59. Escola em funcionamento. Localizada na sede do Município de Candelária em área urbana e suburbana. Instalada em conjunto de prédios de alvenaria, de antiga Escola do Sínodo Riograndense, adquirido pelo

Estado. Ensino técnico agrícola e de artes domésticas, de nível elementar. Matrícula, 150 alunos. Programa em execução, instituição do ensino técnico em cursos regulares, reforma e ampliação dos prédios, construção de residências e para funcionários, aquisição de novas áreas, reorganização e reaparelhamento geral da Escola. Conclusão do programa em 61. Recursos aplicados em investimentos, afora despesas de custeio Cr\$ 4.634.000,00 (decretos n.ºs. 10.591, de 13.6.59 e n.º 11.408, de 28.6.60). Crédito aberto para obras e equipamento, em 61, Cr\$ 10.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.25 Reorganização, ampliação e reaparelhamento da Escola Técnica Rural "Visconde de São Leopoldo" — São Leopoldo.** Transferida do SESME para a Secretaria de Educação e Cultura, subordinada à Subsecretaria do Ensino Técnico, pelo Decreto n.º 10.411, de 18.3.59. Transformada em Escola Técnica Rural pelo decreto n.º 11.344, de 25.5.60. Escola em funcionamento. Localizada no município de São Leopoldo, em Feitoria Velha. Prédios de alvenaria, transferidos ao Estado pelo Município. Unidade mista, para ensino técnico agrícola de nível elementar e cursos vocacionais de ensino industrial em regime de internato e semi-internato. Matrícula atual 100 alunos. Capacidade do projeto: 150 matrículas. Programa em execução: instituição do ensino técnico regular, construção e equipamento de oficinas, reformas de prédios, aquisição de áreas para atividades esportivas, reorganização e reaparelhamento geral da unidade. Realização do programa 1961. Conclusão integral 1962. Investimentos aplicados: Cr\$ 4.168.990,00 (decretos n.ºs. 10.591, de 13.7.59 e 11.408, de 28.6.60). Crédito aberto para prosseguimento do programa Cr\$ 10.000.000,00.

---

**1.C.26 Instalação e equipamento da Escola Agrícola "Celeste Gobbato" — Palmeira das Missões.** Escola iniciada em 1954 e criada pelo decreto 7.784, de 20.4.57. Denominada "Celeste Gobbato", pelo decreto n.º 9.673, de 1.1.58. Concluída e colocada em funcionamento no ano letivo de 1959. Localizada no Município de Palmeira das Missões, a 8 quilômetros da sede municipal, em área de 232 Ha. Ensino técnico agrícola de grau elementar e médio, 1.º ciclo e 2.º ciclo, padrão estadual, em regime de internato e semi-internato. Matrícula atual 120 alunos. Futuro 150 alunos. Terá atividades conjugadas com o Posto Agro-Pecuário Federal, em função de acordo com o Ministério da Agricultura firmado em 18.6.60. Investimento em construção e aparelhagem parcial, até 1958, Cr\$ 9.750.000,00. Aplicados em construções complementares e equipamentos, em 59 e 60, Cr\$ 8.743.000,00. Crédito aberto para conclusão de instalações e equipamento técnico, Cr\$ 7.000.000,00, decreto 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.27 Acôrdo — Criação, instalação e equipamento da Escola Técnica Rural — Erexim.** Escola iniciada pelo Governo Federal, em convênio com o município em 1953. Acôrdo entre o Estado e a União em 1958. Alteração do Acôrdo, em aditivos de 59 e 60, assumindo o Estado os encargos de conclusão das obras, equipamento e administração da Escola. Início do funcionamento em abril de 1961. Criada a Escola pelo decreto n.º 11.347, de 25.5.60. Localizada em zona suburbana da sede do Município de Erexim, em área de 125 Ha. Edificações novas. Ensino técnico rural e artes domésticas, nível elementar e médio do 1.º e 2.º ciclo, padrão federal e estadual. Capacidade de matrícula para 150 alunos. Realizadas pelo Estado obras de conclusão de prédios e construções complementares, instalação de serviços e aparelha-



mento da Escola. Investimentos: Cr\$ 5.654.900,40. Contribuição da União, Cr\$ 2.000.000,00. Crédito aberto para 61, Cr\$ 5.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.28 **Instalação da Escola Técnica de Comércio — Saporanga.** Escola criada pelo decreto n.º 9.624, de 5.11.58. Instalação e funcionamento em março de 1959. Localizada na cidade de Saporanga. Ensino técnico comercial, de 2.º ciclo, em regime de externato, curso noturno no Grupo Escolar. Matrícula: 30 alunos.

---

1.C.29 **Criação e instalação do Curso Básico de Comércio — Pôrto Alegre.** Instituído pelo decreto n.º 10.767, de 18.9.59, como anexo da Escola Técnica de Comércio "Protásio Alves". Funcionamento regular a partir de março de 1960, com sede provisória na Casa do Pequeno Operário, junto à Vila do I.A.P.I., Curso Comercial Básico e Cursos de adaptação. Matrícula em 60, 190 alunos. Em 61, 477. Aplicados em instalação e aparelhagem Cr\$ ..... 2.100.000,00.

---

1.C.30 **Reorganização, ampliação e reequipamento da Escola Artesanal "Secretário Vieira da Cunha" — Bagé.** Escola criada pelo Decreto n.º 8810, de 17.3.58. Localizada na cidade de Bagé, perímetro urbano. Prédio central novo, de dois pisos. Construção moderna. Pavilhão de oficinas de alvenaria. Instalações gerais boas. Ensino industrial e de artes domésticas, de nível elementar e de grau médio, 1.º ciclo, ambos os sexos, em regime de externato e bolsistas. Capacidade para 300 alunos. Realizado programa de ampliação da Escola, com a instalação de cursos masculinos. Equipamento de oficinas. Investimento, Cr\$ 10.950.000,00, decretos n.ºs. 11.417, de 28.6.60 e 11.828, de 26.11.60.

---

1.C.31 **Reorganização, ampliação e reequipamento da Escola Agrícola "Santa Isabel" — São Lourenço do Sul.** Escola criada pelo decreto n.º 7.822, de 20.5.57. Funcionamento a partir de 1958 (com 30 alunos). Encampada do Governo Municipal pelo decreto n.º 6863, de 31.12.55. Localizada no Município de São Lourenço do Sul, a 28 km. da sede. Área de 100 Ha. Ensino agrícola de grau médio, correspondente ao 1.º ciclo, padrão federal, em regime de internato. Matrícula anual 80 alunos. Prédios de alvenaria. Programa em execução de ampliação e complementação da Escola, para elevação de sua capacidade de 30 para 120 matrículas. Construção de casas-lares, centro médico-social comunitário e de escola primária externa e pavilhões para oficinas rurais. Reorganização da unidade com a criação de novos cursos e reequipamento dos setores técnicos. Investimentos aplicados: Cr\$ ..... 5.289.155,20. Em 61, crédito aberto, Cr\$ 7.000.000,00.

---

1.C.32 **Reorganização, ampliação e reaparelhamento da Escola Agrícola "Assis Brasil" — Bagé.** Escola criada pelo Decreto n.º 4.950, de 7.5.54. Localizada no município de Bagé, a 14 km. da sede, com área de 280 Ha. Ensino agrícola de grau médio, correspondente ao 1.º ciclo, padrão federal, em regime de internato. Matrícula atual 130 alunos. Prédios antigos, de

alvenaria, em condições deficientes. Programa em execução de completa reorganização da Escola, visando elevação da capacidade de matrícula de 70 para 150 alunos. Reforma e ampliação de prédios. Construção de casas lares, centro médico-social comunitário e pavilhões rurais. Reequipamento geral da Escola. Investimentos aplicados, Cr\$ 6.127.166,00, decretos n.ºs. 10.677/59, 11.403/60 e 11.828/60. Em 61, Cr\$ 7.000.000,00, decreto 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.33 Criação e instalação da Escola Técnica Elementar da Rua da República — Pôrto Alegre.** Escola criada pelo Decreto n.º 10.771, de 18.9.59. Funcionamento regular a partir de setembro de 1959, em três turnos. Localizada à rua da República, em Pôrto Alegre. Instalada em prédio locado. Ensino técnico de nível elementar, em cursos de duração variável, visando a complementação do ensino primário e a iniciação profissional, para adolescentes de 13 a 16 anos de idade; qualificação profissional, para menores e adultos; preparação da mulher para as atividades do lar ou exercício de profissão adequada. Criação de cursos de acôrdo com o interêsse comunitário. Capacidade anual de matrícula para 1.000 alunos. Investimento de instalação e equipamento de Cr\$ 664.932,40.

---

**1.C.34 Criação e instalação da Escola Técnica Elementar do Partenon — Pôrto Alegre.** Escola criada pelo Decreto n.º 10.766, de 18.9.59. Funcionamento regular a partir de setembro de 1959. Instalada à rua Euclides da Cunha, Pôrto Alegre, em prédio locado. Ensino técnico de nível elementar, em cursos de duração variável, visando a complementação do ensino primário e a iniciação profissional, para adolescentes de 13 a 16 anos de idade; qualificação profissional, para menores e adultos; preparação da mulher para as atividades do lar ou exercício de profissão adequada. Criação de cursos de acôrdo com o interêsse comunitário. Capacidade anual de matrícula 1.200 alunos. Investimento em instalação e equipamento Cr\$ 937.005,50.

---

**1.C.35 Criação e instalação da Escola Técnica Elementar da Tristeza — Pôrto Alegre.** Escola criada pelo decreto n.º 11.343, de 25.5.60. Funcionamento regular a partir de agosto de 1960. Instalada no Bairro da Tristeza, em prédio locado. Ensino técnico de nível elementar, em cursos de duração variável, visando a complementação do ensino primário e a iniciação profissional, para adolescentes de 13 a 16 anos de idade; qualificação profissional, para menores e adultos; preparação da mulher para as atividades do lar ou exercício de profissão adequada. Criação de cursos de acôrdo com o interêsse comunitário. Capacidade anual de matrícula 800 alunos. Programa para 61: aquisição de prédio, ampliação da Escola e instalação de novos cursos. Crédito aberto, Cr\$ 8.000.000,00, decreto 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.36 Criação e instalação da Escola Técnica Elementar da Chácara das Pedras — Pôrto Alegre.** Escola criada pelo decreto n.º 11.345, de 25.5.60. Funcionamento regular em setembro de 1960. Localizada à rua dr. Rodrigues Alves, n.º 129, Chácara das Pedras, Pôrto Alegre, em prédio locado. Ensino técnico de nível elementar, em cursos de duração variável, visando a complementação do ensino primário e a iniciação profissional, para adolescentes de 13 a 16 anos de idade; qualificação profissional, para menores e adultos; preparação da mulher para as atividades do lar ou exercício de profissão



adequada. Criação de cursos de acôrdo com o interêsse comunitário. Matrícula anual para 800 alunos. Investimentos em aparelhagem e instalação, Cr\$ 600.000,00.

---

**1.C.37 Criação e instalação da Escola Técnica Elementar da Cachoeirinha — Gravataí.** Escola criada pelo decreto n.º 11.432, de 25.5.60. Funcionamento em setembro de 1960. Localizada em pavilhão próprio, novo, de madeira, junto ao Grupo Escolar "Governador Roberto Silveira", na vila de Cachoeirinha, Município de Gravataí. Ensino técnico de nível elementar, em cursos de duração variável, visando a complementação do ensino primário e a iniciação profissional, para adolescentes de 13 a 16 anos de idade; qualificação profissional, para menores e adultos; preparação da mulher para as atividades do lar ou exercício de profissão adequada. Criação de cursos de acôrdo com o interêsse comunitário. Capacidade anual de matrícula, 300 alunos.

---

**1.C.38 Criação, instalação e equipamento da Escola Técnica Rural — São Borja.** Criada pelo Decreto n.º 10.760, de 18.9.59. Funcionamento no 1.º semestre de 1961, com 120 alunos. Localizada no município de São Borja, a 3 km. da sede municipal. Prédio central novo, de alvenaria, e área de 102 Ha. doados ao Estado pela Associação Rural de São Borja. Ensino técnico agrícola, padrão estadual, de nível elementar e médio. Capacidade para 200 alunos, em regime de internato. Realizado o aparelhamento da Escola e construídas residências para funcionários. Recursos aplicados, Cr\$ ..... 4.843.605,00. Crédito aberto em 61, Cr\$ 6.000.000,00, decreto n.º 12.258/61, para obras complementares e equipamento.

---

**1.C.39 Conclusão, instalação e equipamento da Escola Técnica Rural — São Luiz Gonzaga.** Escola criada pelo decreto n.º 10.765, de 18.9.59. Projeto iniciado em 1952, em convênio da União com o Município, transferido ao Estado em 1956. Construção da 1.ª etapa iniciada em 1957. Localizada no 1.º distrito de São Luiz Gonzaga, em área de 52 Ha., doada pelo Município. Ensino técnico agrícola, de nível elementar e médio, padrão estadual, em regime de internato. 150 matrículas. Funcionamento parcial no 1.º semestre de 61. Conclusão de obras e aparelhamento da Escola. Aplicados recursos no valor de Cr\$ 4.500.000,00, decreto n.º 11.408/60. Crédito para 61, Cr\$ 3.000.000,00, decreto n.º 12.258 de 61.

---

**1.C.40 Criação, instalação e equipamento da Escola Técnica Rural "José Brizola", de Pinheiro Marcado — Carazinho.** Criada pelo decreto n.º 11.823, de 23.11.60. Ensino técnico agrícola, de nível elementar, padrão estadual, em regime de internato e semi-internato. Matrícula para 150 alunos. Será instalada em propriedade adquirida pelo valor de Cr\$ 3.000.000,00, decreto n.º 11.214, de 29.3.60. As obras de adaptações dos prédios existentes e novas construções serão iniciadas em 1961. Funcionamento parcial no 2.º semestre de 1961 e integral no ano letivo de 1962. Para a realização deste programa estão abertos os créditos de Cr\$ 2.000.000,00, decreto n.º 11.408, de 28.6.60, e Cr\$ 14.000.000,00 pelo decreto 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.41 Criação, construção, instalação e equipamento da Escola Técnica Rural — Encruzilhada do Sul. Escola criada pelo decreto n.º 11.653, de 28.9.60. Ensino técnico agrícola de nível elementar e médio, 1.º ciclo, de padrão estadual, em regime de internato e semi-internato. Capacidade para 150 matrículas. Será construída em área aproximada de 120 ha. próxima à cidade, adquirida pelo valor de Cr\$ 1.750.000,00. Construção e equipamento inicial em 61. Funcionamento previsto para março de 62. Créditos abertos para aquisição de área, construção e equipamento: Cr\$ 5.000.000,00, decreto n.º 11.408, de 28.6.60, e Cr\$ 14.000.000,00, decreto n.º 12.253, de 6.4.61.

---

1.C.42 Criação, construção, instalação e equipamento da Escola Técnica Rural — Caçapava do Sul. Escola criada pelo decreto n.º 11.779, de 17.11.60. Ensino técnico agrícola de nível elementar e médio, 1.º ciclo, de padrão estadual, em regime de internato e semi-internato. Capacidade para 150 matrículas. Será instalada em área de 200 Ha., doada pela Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, localizada a 4 quilômetros da sede municipal, junto à Estrada da Produção. A construção será iniciada em 1961. Crédito aberto para obras de construção e equipamento, Cr\$ 14.000.000,00, decreto n.º 12.285, de 6.4.61.

---

1.C.43 Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Dom Pedrito. Escola criada pelo decreto n.º 11.346, de 25.5.60. Ensino técnico agrícola de nível elementar e médio, 1.º ciclo, de padrão estadual. Capacidade para 150 matrículas. Será construída em área de 107 Ha, adquirida pelo Estado, distante 7 quilômetros da sede do Município. Funcionará junto ao Posto Agro-Pecuário Federal, em regime de cooperação, conforme acôrdo com o Ministério da Agricultura, assinado em 6.4.60. Construção e equipamento parcial em 61. Funcionamento previsto para março de 62. Créditos abertos para a execução do projeto: Cr\$ 5.000.000,00, decreto n.º 10.408, de 28.6.60 e Cr\$ 14.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.44 Acôrdo — Criação, instalação e equipamento da Escola Técnica Rural — Guaporé. Escola criada pelo decreto n.º 10.770, de 18.9.59. Localizada no Município de Guaporé, em perímetro suburbano da sede. Ensino técnico agrícola e de artes domésticas de nível elementar e médio, 1.º ciclo, de padrão estadual, em regime de internato e semi-internato. Capacidade para 150 matrículas. Instalação junto ao Posto Agro-Pecuário, em regime de cooperação, conforme acôrdo firmado em 18.8.60 com o Ministério da Agricultura. Construções e respectivo equipamento em 1961. Funcionará parcialmente a partir do 2.º semestre de 1961. Recursos designados no valor de Cr\$ 2.000.000,00 decreto n.º 11.408, de 28.6.60 e Cr\$ 15.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.45 Acôrdo — Recaparelhamento e ampliação da Escola Agro-Técnica — Alegrete. Escola Federal, em funcionamento, instalada no Município de Alegrete, no local denominada Passo Novo, para o ensino técnico agrícola, padrão federal. Acôrdo de cooperação firmado com o Estado, em termos assinados em 16.5.58 e 28.6.59, fixando contribuições. Alteração do Acôrdo em termo aditivo de 4.6.60, em função do qual a administração da Escola deverá passar para o Estado, mantendo a União as verbas orçamentárias para



sua manutenção. Execução do novo Acôrdo, em 1961. Programa do Estado: ampliação da Escola para assegurar maior matrícula, instalação de novos cursos, inclusive de artes domésticas e complementação da organização e aparelhamento da Escola. Contribuição consignada pelo Estado, em cumprimento ao Acôrdo firmado, Cr\$ 4.500.000,00 em 60 e 61, decretos n.ºs. 11.849, de 7.11.60, e 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.46 Acôrdo — Instalação e reaparelhamento da Escola Agrícola Federal — General Vargas.** Escola Agrícola federal, em instalação. Foram iniciados entendimentos para a transferência ao Estado, em regime de acôrdo, o funcionamento e a administração da Escola. Localizada no município de General Vargas. Ensino Agrícola. Realização do projeto previsto para o 1.º semestre de 61 e funcionamento no 2.º. Matrícula para 100 alunos.

---

**1.C.47 Acôrdo — Criação e instalação do Centro de Treinamento Agrícola — São Francisco de Assis.** Acôrdo firmado em 1960, com a Campanha Nacional de Educação, para organização e manutenção do Centro de Treinamento Agrícola de São Francisco de Assis. Aproveitamento de patrimônio do antigo Abrigo São Tomé, de iniciativa privada. Funcionamento previsto para o 2.º semestre de 61. Cursos de treinamento em práticas agrícolas. Matrícula para 35 alunos, em regime de internato. Contribuição do Estado, em 60, para êste projeto, Cr\$ 1.500.000,00. Ensino integralmente gratuito.

---

**1.C.48 Acôrdo — Criação, ampliação e instalação da Escola Técnica Rural — Santiago.** Acôrdo firmado em 1960 com o Ministério da Agricultura para aproveitamento do Pôsto Agro-Pecuário de Santiago, para instalação da Escola. Ensino técnico agrícola. Matrícula 100 alunos. Projeto a ser realizado em 1961. Crédito aberto de Cr\$ 6.000.000,00, decreto 12.258, de 6.4.61.

---

**1.C.49 Acôrdo — Criação, ampliação e instalação da Escola Técnica Rural — Sarandi.** Acôrdo firmado em 1960, com o Ministério da Agricultura, para aproveitamento do Pôsto Agro-Pecuário, para instalação da Escola. Projeto a ser realizado em 1961, após o recebimento do Pôsto e suas instalações.

---

**1.C.50 Acôrdo — Aproveitamento das instalações do Pôsto Agro-Pecuário de Palmeira das Missões para ensino técnico agrícola.** Acôrdo firmado em 1960, com o Ministério da Agricultura, para o aproveitamento das instalações do Pôsto Agro-Pecuário de Palmeira das Missões para atividades do ensino técnico agrícola, em conjugação com a Escola Agrícola "Celeste Gobeto". Projeto a ser realizado em 61, após o recebimento das instalações e aparelhagem do referido Pôsto.

---

**1.C.51 Criação, construção, instalação e equipamento da Escola Técnica Rural "Ivan Goulart" em Igariaça - S. Borja.** Localizada no município de São Borja, distrito de Igariaça, em área doado pela família do patrono. Ensino

técnico agrícola, de nível elementar. Matrícula para 60/80 alunos, em regime de internato. Projeto para ser realizado em 61, com a instalação e o equipamento completos da unidade. Crédito aberto de Cr\$ 15.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.52 **Instalação e equipamento da Escola Técnica Industrial — Itaqui.** Escola construída em acordo com a União e Município e transferida para o Estado em 1956. Instalação de cursos de ensino técnico industrial de nível elementar, em 1961. Crédito aberto Cr\$ 5.000.000,00, decreto 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.53 **Criação e instalação da Escola Técnica Elementar — Tôres.** Programa aprovado em 1960. Projeto a ser realizado em 1961 em cooperação com a Prefeitura Municipal. Funcionamento em março de 62. Cursos de ensino técnico de nível elementar, visando complementação do ensino de nível primário e iniciação profissional, para adolescentes de 13 a 16 anos de idade; qualificação profissional, para menores e adultos; preparação da mulher para as atividades do lar ou exercício de profissão adequada. Capacidade para 150 matrículas. Créditos autorizados de Cr\$ 6.500.000,00, decreto de n.ºs. 11.417, de 28.6.60, e 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.54 **Instalação e equipamento da nova sede da Escola Técnica de Comércio "Protásio Alves" — Porto Alegre.** Escola Técnica de Comércio, de 1.º e 2.º ciclos, 3 turnos, mista, em regime de externato. Instalada em sua nova sede, à Avenida Ipiranga, em junho de 1959. Ampliação de matrícula, de 680 em 58 para 1.350 alunos em 60. Criação de novos cursos técnicos de Secretariado, Administração e de Comércio e Propaganda. Reparelhamento geral e equipamentos de serviços especializados. Recursos especiais aplicados, Cr\$ 5.715.464,60. Programa para 61: construção de auditório e urbanização. Crédito aberto: Cr\$ 6.000.000,00, decreto n.º 12.258/61.

---

1.C.55 **Instalação do curso comercial básico na Escola Técnica de Comércio — Tupanciretã.** Escola criada pelo Decreto 5.728, de 7.12.54. Criação do Curso Comercial Básico pelo Decreto n.º 10.767, de 18.9.59. Localizada na cidade de Tupanciretã. Ensino Comercial de grau médio, de 1.º e 2.º ciclo, em regime de externato noturno. Funciona junto ao Colégio Estadual "Mãe de Deus", de Tupanciretã. Capacidade de matrícula até 150 alunos. Realizada a aquisição de terreno para ampliação de instalação, no valor de Cr\$ 300.000,00.

---

1.C.56 **Instalação do curso técnico de administração na Escola Técnica de Comércio "Getúlio Vargas" — Rio Grande.** Escola criada pelo Decreto n.º 5.888, de 31.12.54. Curso de Técnico em Administração instituído pelo Decreto n.º 10.767, de 18.9.59. Localizada na cidade de Rio Grande. Funciona junto ao Colégio Estadual "Lemos Junior". Ensino Comercial de grau médio, 1.º e 2.º ciclo, em regime de externato, noturno. Comercial Básico, Técnico em Contabilidade e Técnico em Administração. Capacidade de matrícula até 200 alunos, equipamento e funcionamento do Escritório Modelo. Aplicado Cr\$ 663.230,00.

---



1.C.57 **Instalação do Escritório Modelo na Escola Técnica de Comércio — Jaguarão.** Escola encampada pela Lei n.º 3.049, de 19.12.56. Curso Comercial Básico instituído pelo Decreto n.º 10.767, de 18.9.59. Ensino Comercial de grau médio, de 1.º e 2.º ciclo, em regime de externato, noturno. Comercial Básico e Técnico em Contabilidade. Curso preparatório. Matrícula até 200 alunos. Instalação em 1960 do Escritório Modelo e funcionamento em 1961. Investimento Cr\$ 546.840,00.

---

1.C.58 **Instalação dos cursos técnicos na Escola Artesanal "Arte do Livro" — Pôrto Alegre.** Escola particular, encampada pela Lei n.º 2.799 de 25.2.55. Instalada à rua da República, Pôrto Alegre, em prédio locado. Ensino Industrial de grau médio, 2.º ciclo, e cursos extraordinários, em regime de externato. Matrícula atual 174 alunos. Criação de novo curso técnico de gravuras e restauração de livros. Apicados Cr\$ 702.161,90, em reaparelhamento de oficinas.

---

1.C.59 **Criação, instalação e equipamento da Escola Industrial — Santo Angelo.** A instalação desta Escola, com o equipamento inicial de suas oficinas, está programada para 61, dependendo de entrega, ao Estado, dos pavilhões necessários e para este fim construídos, através da contribuição da União, em convênio com o Município. Ensino técnico industrial. Para este projeto foi aberto, pelo decreto n.º 12.258/61, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00. A Escola poderá iniciar suas atividades em março de 62.

---

1.C.60 **Ampliação e equipamento da Escola de Mestria Agrícola "Canadá" — Viamão.** Escola criada pelo Decreto n.º 7.796, de 6.5.57, como curso integrante da Escola Técnica de Agricultura, Viamão. Denominada "Canadá", pelo decreto n.º 8.269, de 26.11.57. Concedida autonomia administrativa pelo Decreto n.º 10.768, de 18.9.59. Localizada no Passo do Vigário, município de Viamão, em área da Escola Técnica de Agricultura. Construção nova, de alvenaria e madeira. Ensino agrícola. Curso de Mestria, 1.º ciclo, padrão federal. Matrícula 250 alunos. Investimentos em aparelhagem e construções complementares: Cr\$ 4.129.000,00. Programa para 61: equipamento técnico completo da Escola e instalações complementares, inclusive praças de esportes. Crédito aberto Cr\$ 15.000.000,00, decreto 12.258/61.

---

1.C.61 **Readaptação e aparelhamento do curso de iniciação agrícola. Pôrto Alegre.** Curso de Iniciação Agrícola integrante da Escola Técnica de Agricultura, com autonomia administrativa concedida pelo Decreto n.º 10.769, de 18.9.59. Localizado no Morro Santana, Pôrto Alegre, no antigo Instituto Pinheiro Machado. Prédio reformado e ampliado. Ensino Agrícola, de 1.º ciclo, padrão federal. Matrícula de 150 alunos. Reaparelhamento de instalações e construção de pavilhões auxiliares e áreas cobertas. Investimento aplicado, Cr\$ 2.735.590,00, decreto 11.403, de 23.6.60.

---

1.C.62 **Criação e instalação do Curso Pedagógico para o ensino industrial — Pôrto Alegre.** Curso criado pelo Decreto n.º 10.763, de 18.9.59 e regulamentado pelo Decreto n.º 11.984, de 2.1.61. Funcionamento em março de

1960, em prédio locado, aguardando instalação na Escola Técnica Parobé. Formação e aperfeiçoamento de pessoal para exercício de atividades docentes ou administrativas do ensino industrial. Curso de Didática, visando a formação de pessoal docentes para as disciplinas de ensino industrial, de nível médio e primário, de administração escolar, destinado a formação de pessoal para coordenação geral do ensino, de cursos, supervisão de oficinas, escolas ou direção de estabelecimentos de ensino industrial; e Extraordinários, que poderão ser ministrados em caráter intensivo, em reduzido tempo, visando a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização do pessoal docente, ou a seu rápido recrutamento, quando necessário. Capacidade até 100 alunos.

---

1.C.63 Criação e instalação do Curso Didático para o ensino agrícola — **Pôrto Alegre**. Curso criado pelo Decreto n.º 10.762, de 18.9.59. Funcionamento em 1960, em prédio locado. Formação ou aperfeiçoamento de pessoal para exercício de atividades docentes e administrativas do ensino agrícola. Cursos de Didática, visando a formação de pessoal docente para as disciplinas do ensino agrícola, de nível primário e médio; Administração Escolar, destinado a formação de pessoal para coordenação geral de ensino, cursos de supervisão de escolas ou direção de estabelecimentos de ensino agrícola; Extraordinários, para treinamento de pessoal técnico. Capacidade até 100 alunos.

---

1.C.64 Acôrdo — Sociedade Escolar de Orientação do Ensino Agrícola — **Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Venâncio Alres**. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 23.10.59, para organização e manutenção de cursos técnico agrícolas, regulares ou livres, conforme os padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico, sob a denominação de Escola Técnica Rural. Localizada no 1.º distrito, em área de 125 Ha., distante 3 km. da cidade. Construção moderna de alvenaria, monobloco. Regime de internato e semi-internato. Capacidade para 150 matrículas. Obrigações da entidade de conceder 30% das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento parcial no 1.º semestre de 1961. Contribuições do Estado, para construção, instalação e funcionamento da Escola: Cr\$ 3.500.000,00, decreto n.º 10.879, de 13.10.59, Cr\$ 900.000,00, por conta de dotações orçamentárias. Contribuição de 1961, Cr\$ 1.500.000,00, decreto n.º 12.253, de 6.4.61, para complementação de instalação e funcionamento, e Cr\$ 900.000,00 em dotações orçamentárias.

---

1.C.65 Acôrdo — Pia Sociedade Padres Carlistas — **Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Sarandi**. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 23.10.59, para a instalação de uma Escola Técnica Rural, cursos regulares ou livres dos programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada no 1.º distrito do município de Sarandi, em área de 100 ha., distante 5 km. da cidade. Regime de internato e semi-internato. Capacidade para 150 matrículas. Obrigações da entidade de conceder 30% do total das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Início das atividades previsto para o 2.º semestre de 1961. Contribuições do Estado, para construção, instalação e equipamento: Cr\$ 1.000.000,00, decreto n.º 1.880, de 13.10.59. Crédito aberto em 1961, decreto n.º 12.253, de 6.4.61, Cr\$ 3.000.000,00, para complementação da instalação e funcionamento.

---



1.C.66 Acôrdo — Fundação Agrícola Teutônia — Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Teutônia — Estrêla. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 23.10.59, para organização e manutenção sob a denominação de Escola Técnica Rural, de cursos técnicos agrícolas, regulares ou livres, de acôrdo com as padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada no município de Estrêla, distrito de Teutônia. Construção moderna, de alvenaria. Regime de internato e semi-internato. Capacidade para 150 matrículas. Obrigações da entidade de conceder 30% do total das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento regular em março de 1960. Contribuições do Estado para construção, instalação, equipamento e funcionamento, da Escola, Cr\$ ..... 14.850.000,00, decretos n.ºs. 10.407, de 18.3.59, 10.908, de 14.10.59, 11.355, de 25.5.60, 11.557, de 1.9.60. Contribuição de 61, Cr\$ 6.000.000,00, conforme Decreto n.º 12.258, de 6.4.61, para complementação de instalações e funcionamento.

---

1.C.67 — Acôrdo — Sociedade Escola Agrícola — Criação e instalação da Escola Técnica Rural — Panambi. Escola Particular. Acôrdo de cooperação firmado em 23.1.59, para organização e manutenção de cursos técnicos agrícolas, regulares ou livres, de acôrdo com as padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada em área de 50 ha., distante 2 km. da cidade. Construção nova de alvenaria. Regime de internato e semi-internato. Capacidade para 100 matrículas. Concessão de 30% do total das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento parcial em março de 1961. Contribuições do Estado para ampliação, instalação e equipamento e funcionamento, Cr\$ 4.000.000,00, decreto n.º 10.877/59. Contribuição para 1961, Cr\$ 2.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61, para complementação das instalações e funcionamento.

---

1.C.68 Acôrdo — Patronato Agrícola "Imaculada Conceição" — Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Cachoeira do Sul. Escola Particular. Acôrdo de cooperação firmado em 21.10.59, para organização e manutenção de cursos técnicos agrícolas, conforme padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico, sob a denominação de Escola Técnica Rural. Localizada no município de Cachoeira do Sul, no distrito de 3 Vendas, em área de 120 Ha. Construção de alvenaria. Regime de internato e semi-internato. Matrícula atual: 250 alunos. Obrigações da entidade de conceder 30% do total das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento regular a partir de 60. Contribuições do Estado para ampliação, reaparelhamento e funcionamento da Escola: Cr\$ ..... 4.000.000,00, decretos n.ºs. 10.884, de 13.10.59, e 11.408, de 28.6.60. Contribuição anual de Cr\$ 600.000,00, por conta de dotações orçamentárias a partir de 1960. Em 1961, Cr\$ 3.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.61, para complementação das instalações e funcionamento.

---

1.C.69 Acôrdo — Educandário São Rafael — Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Casca. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 29.10.59, para organização e manutenção de cursos técnicos agrícola, regulares ou livres, conforme padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada no município de Casca em zona suburbana, da sede, em área aproximada de 40 Ha. Obrigações da entidade de conceder 30% das matrículas a candidatos indicados pelo

Estado. Contribuições do Estado, para construção, instalação e equipamento, Cr\$ 2.000.000,00, decreto n.º 10.876, de 13.10.59. Projeto a ser realizado em 1961.

---

1.C.70 Acôrdo — Educandário São Carlos — Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural de Nova Bassano — Nova Prata. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 29.10.59, para organização e manutenção de uma Escola Técnica Rural, para o ensino técnico agrícola, padrão estadual. Localizada no distrito de Nova Bassano, município de Nova Prata. Construção nova, de alvenaria. Regime de internato e semi-internato. Capacidade para 100 matrículas. Concessão de 30% do total das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento regular a partir de março de 1961. Contribuições do Estado, para construção, instalação, equipamento e funcionamento: Cr\$ 2.000.000,00, Decreto n.º 10.873, de 13.10.59. Contribuição em 1961 de Cr\$ 2.000.000,00, decreto n.º 12.253, de 6.4.61, para complementação de instalações e funcionamento.

---

1.C.71 Acôrdo — Sociedade Nossa Senhora de Guaraní das Missões — Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Guaraní das Missões. Escola particular. Renovação e ampliação de acôrdo firmado em 24.4.1957, para organização e manutenção de cursos técnicos agrícolas, conforme padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico, sob a denominação de Escola Técnica Rural. Localizada em subúrbios da cidade de Guaraní das Missões, em área prevista de 80 ha. Regime de internato e semi-internato. Capacidade para 100 matrículas. Obrigação de conceder 30% do total das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento normal previsto para 1962. Contribuições do Estado, de Cr\$ 250.000,00, anuais, por conta de dotações orçamentárias, a partir de 1957. Para 1961 foi aberto crédito de Cr\$ 2.000.000,00, decreto n.º 12.253, de 6.4.61, para início da ampliação, instalação e equipamento da Escola.

---

1.C.72 Acôrdo — Orfanotrófio Pão dos Pobres — Reorganização e equipamento de Cursos Técnicos — Porto Alegre. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 29.10.1959 para organização e funcionamento de cursos técnicos profissionais, regulares ou livres, segundo os padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na cidade baixa, em Porto Alegre. Construção de alvenaria em boas condições. Regime de internato para alunos do sexo masculino. Capacidade para 300 matrículas. Obrigações da entidade de conceder, pelo prazo de 8 anos, 30 matrículas gratuitas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento regular dos cursos em março de 1960. Contribuição do Estado: Cr\$ ..... 7.600.000,00, decreto n.º 10.873, de 10.13.1959, para equipamento de oficinas.

---

1.C.73 Acôrdo — Lar Amigo Germano — Reorganização, ampliação e reequipamento da Escola Técnica — Porto Alegre. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 2.6.1960, para ampliação e organização de Escola Técnica Industrial, de cursos profissionais, para alunos de ambos os sexos, conforme padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada no bairro Santana, em prédios de alvenaria, com nova construção em andamento. Regime de semi-internato e externato. Funcio-



amento das ampliações previsto para março de 1962. Obrigação da entidade de elevar progressivamente sua capacidade de ensino profissional até 200 alunos e conceder 30% das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Contribuições do Estado, para construção e equipamento de oficinas: Cr\$ 4.000.000,00, decreto n.º 11.325/60 e Cr\$ 3.000.000,00 em 1961.

---

**1.C.74 Acôrdo — Sociedade Servos da Caridade — Construção, instalação e equipamento da Escola Técnica — Capão da Canoa.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 17.8.1960, para organização e manutenção de cursos profissionais, sob a denominação de Escola Técnica Elementar, segundo os padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada em Capão da Canoa, município de Osório. Construção de alvenaria em andamento. Regime de internato, semi-internato e externato, para alunos de ambos os sexos. Obrigações de conceder 30% das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento previsto para 1962. Contribuições do Estado para construção, instalação, equipamento, Cr\$ 3.000.000,00, decreto n.º 11.325, de 9.5.1960, e Cr\$ 2.000.000,00, decreto n.º 11.258, de 6.4.1961. Matrícula prevista para 200 alunos.

---

**1.C.75 Acôrdo — Instituto de Menores — Reorganização, ampliação e reequipamento da Escola Técnica — Pelotas.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 2.6.1960, para organização e manutenção, de cursos profissionais, sob a denominação de Escola Técnica, regulares ou livres, conforme padrões e programas aprovados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na cidade de Pelotas, em pavilhões de alvenaria. Regime de internato, semi-internato e externato para alunos do sexo masculino. Capacidade para 100 matrículas. Obrigações da entidade de aumentar a capacidade para mais 50 alunos e conceder 30% do total das matrículas para candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento de novos pavilhões no 2.º semestre de 1961. Contribuições do Estado, para construção, instalação e equipamento, Cr\$ 3.000.000,00, decreto n.º 10.488, de 25.5.1959, Cr\$ 3.850.000,00, decreto n.º 11.353, de 25.5.1960 e Cr\$ 3.500.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.1961.

---

**1.C.76 Acôrdo — Escola Técnica Industrial "Antônio Alves Ramos" — Reorganização e reequipamento de cursos técnicos — Santa Maria.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 21.10.1959, para organização e manutenção de cursos técnicos para alunos de ambos os sexos, conforme padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na cidade de Santa Maria, em prédios de alvenaria tipo pavilhonar. Regime de internato, semi-internato e externato. Capacidade para 200 alunos. Obrigações da entidade de conceder 30% das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento regular em março de 1961. Contribuições do Estado, para construção, instalação, equipamento e funcionamento, Cr\$ 5.000.000,00, decreto n.º 10.885/59 e Cr\$ 6.000.000,00, decreto 12.258/61, destinado a ampliação de obras e equipamento de novos cursos técnicos.

---

**1.C.77 Acôrdo — Lar de Menores "Antônio Leivas" — Instalação de cursos técnicos elementares — Jaguarão.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 23.10.1959, para organização e manutenção de cursos profissionais, de nível elementar, sob a orientação da Subsecretaria do En-

sino Técnico. Localizada na cidade de Jaguarão, em pavilhão especialmente construído. Regime de internato e semi-internato para menores do sexo masculino. Capacidade para 100 matrículas. Funcionamento desde março de 1960. Contribuição do Estado, para equipamento do pavilhão de oficinas e organização do setor agrícola, Cr\$ 250.000,00, decreto n.º 10.882, de 13.10.1959.

---

1.C.78 Acôrdo — Escola Tricentenária La Salle — Criação, construção, instalação e equipamento da escola técnica elementar — Estelo. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 23.10.1959, para organização e manutenção de cursos técnicos, sob a orientação da Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na cidade de Estelo, em pavilhão de alvenaria em construção. Regime de semi-internato e externato para alunos do sexo masculino. Capacidade para 250 matrículas. 30% das matrículas serão concedidas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento regular em março de 1962. Contribuições do Estado, para construção, instalação e equipamento Cr\$ 3.500.000,00, decreto n.º 10.875/59, e Cr\$ 3.000.000,00, decreto n.º 12.258/61.

---

1.C.79 Acôrdo — Liceu Salesiano Leão XIII — Organização, construção e equipamento da escola técnica elementar — Rio Grande. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 25.7.60, para organização e manutenção de cursos técnicos, conforme padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na cidade de Rio Grande, em prédio de alvenaria. Regime de internato, semi-internato e externato para alunos do sexo masculino. Capacidade para 100 matrículas. Obrigações da entidade de conceder, gratuitamente, 5 matrículas no internato, 10 no semi-internato e 15 no externato, a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento regular no 2.º semestre de 1961. Contribuição do Estado para as obras de reforma, adaptações e equipamento das oficinas Cr\$ 3.055.000,00, decreto n.º 11.352, de 25.5.1960.

---

1.C.80 Acôrdo — Circulo Operário Leão XIII — Criação e instalação de cursos técnicos elementares — Encruzilhada do Sul. Escola particular. Acôrdo de cooperação para organização e manutenção de cursos profissionais de nível elementar. Localizada na cidade de Encruzilhada do Sul, em prédio novo, de alvenaria. Regime de externato para alunos do sexo feminino. Capacidade para 30 matrículas. Obrigações da entidade de conceder matrículas gratuitas a candidatos indicados pelo Estado. Em funcionamento desde 1960. Contribuição do Estado de Cr\$ 100.000,00, decreto n.º 11.354/60, para equipamento dos cursos.

---

1.C.81 Acôrdo — Instituto de Menores — Instalação e equipamento de cursos industriais e agrícolas elementares — Ijuí. Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 30.6.1960, para organização e manutenção de cursos profissionais, de nível elementar, industriais e agrícolas, conforme padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada em zona suburbana de Ijuí, em prédio de alvenaria. Capacidade para 100 matrículas. Concessão de 30% das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento em 1960. Contribuição de Cr\$ 500.000,00, decreto n.º 11.325, de 9.3.60, para instalação e equipamento de cursos.

---



**1.C.82 Acôrdo — Instituto de Menores — Reorganização e instalação de cursos técnicos elementares. — Bagé.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 27.7.60, para organização e manutenção de cursos profissionais elementares em programas aprovados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na zona suburbana de Bagé, em prédio novo em fase de conclusão. Regime de internato e semi-internato para alunos do sexo masculino. Capacidade para 150 alunos. Obrigações de conceder matrículas a alunos bolsistas indicados pelo Estado. Funcionamento regular em março de 1960. Contribuição anual, a partir de 1960, de Cr\$ 300.000,00, por conta de dotações orçamentárias.

FEB  
8

**1.C.83 Acôrdo — Pequena Casa da Criança — Instalação e equipamento de cursos técnicos elementares — Pôrto Alegre.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 22.10.59, para organização e manutenção de cursos profissionais, regulares ou livres, conforme padrões e programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na Vila Santa Luzia, em Pôrto Alegre. Regime de semi-internato e externato para alunos de ambos os sexos. Capacidade para 250 matrículas. Ensino totalmente gratuito. Funcionamento regular a partir de 1960. Contribuições do Estado para instalação, equipamento e funcionamento dos cursos, Cr\$ 500.000,00, em 1960, decreto n.º 10.881/59 e Cr\$ 1.000.000,00, em 1961, decreto n.º 12.238/61.

**1.C.84 Acôrdo — Casa do Pequeno Jornaleiro "Darcy Vargas" — Instalação e equipamento de cursos técnicos elementares — Pôrto Alegre.** Estabelecimento mantido pela Legião Brasileira de Assistência. Acôrdo de cooperação firmado em 3.7.1960, para instalação e manutenção de cursos técnicos elementares. Regime de internato para alunos do sexo masculino. Capacidade para 50 matrículas. Funcionamento iniciado em março de 1961. Contribuição do Estado para equipamento dos cursos, Cr\$ 500.000,00, decreto n.º 11.325, de 9.5.1960. Contribuição equivalente em 1961.

**1.C.85 Acôrdo — Educandário Santa Lúcia — Criação e instalação de cursos técnicos elementares — Herval Grande.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 21.9.1960, para organização e manutenção de cursos técnicos elementares, conforme orientação e programas da Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na cidade de Herval Grande. Regime de semi-internato e externato para alunos de ambos os sexos. Capacidade para 200 matrículas. A entidade obrigou-se a conceder 30% das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento a partir de 1961. Contribuição do Estado para conclusão de obras dos cursos, equipamento Cr\$ 500.000,00, decreto n.º 11.325/60.

**1.C.86 Acôrdo — Lar de Menores do "Exército da Salvação" — Criação, construção, instalação e equipamento de cursos técnicos elementares — Pelotas.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 27.6.1960, para organização e manutenção sob a denominação de Escola Técnica, de cursos de ensino técnico, de nível elementar, de acôrdo com os programas estabelecidos pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na cidade de Pelotas. Regime de internato e externato para alunos do sexo masculino. Ensino gratuito. Capacidade para 150 matrículas. A entidade obriga-se a conceder 30%

das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento previsto pra 1962. Contribuições do Estado para adaptação e construção de prédios e equipamento de oficinas, Cr\$ 400.000,00, pelo decreto n.º 11.325, de 1960, Cr\$ 300.000,00, de verba orçamentária, anualmente, a partir de 1960. E Cr\$ 7.000.000,00, pelo decreto n.º 12.258, de 6.4.1961.

---

**1.C.87 Acôrdo — Círculo Operário Riograndino — Instalação e equipamento de cursos técnicos elementares — Rio Grande.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 30.8.1960, para concessão de matrículas gratuitas a candidatos indicados pelo Estado. Localizada na cidade de Rio Grande, em prédio próprio de alvenaria. Regime de semi-internato e externato para menores de ambos os sexos. Capacidade para 100 alunos. Funcionamento regular em 1961. Contribuição anual do Estado, a partir de 1960, por conta de dotação orçamentária e para pagamento de professores e manutenção dos cursos, Cr\$ 300.000,00.

---

**1.C.88 Acôrdo — Sociedade Assistencial e Recreativa "Pe. Eugênio Tych" — Criação, construção, instalação e equipamento de cursos técnicos industriais e agrícolas — São José do Norte.** Escola particular. Acôrdo de cooperação firmado em 5.9.1960, para organização e manutenção, sob a denominação de Escola Técnica, de cursos profissionais, de nível elementar, de acôrdo com os programas elaborados pela Subsecretaria do Ensino Técnico. Localizada na cidade de São José do Norte. Pavilhões de madeira, em condições favoráveis. Regime de externato para alunos de ambos os sexos. Capacidade para 100 matrículas. A entidade obriga-se a conceder 30% do total das matrículas a candidatos indicados pelo Estado. Funcionamento regular em março de 1961. Contribuições do Estado, para as obras de reforma, adaptações, equipamento e funcionamento da Escola: Cr\$ 1.200.000,00, decreto n.º 11.425, de 29.6.1960, Cr\$ 300.000,00 anuais, a partir de 1960, por conta de dotação orçamentária, e Cr\$ 1.000.000,00, decreto n.º 12.258, de 6.4.1961.

---

**1.C.89 Acôrdo — Associação Abrigo de Menores "Assis Brasil" — Organização e equipamento dos cursos agrícolas elementares — Rio Grande.** Entidade particular. Acôrdo de cooperação firmado em 28.7.1960, para organização e manutenção de cursos profissionais, agrícolas. Localizada no município de Rio Grande. Regime de internato para alunos do sexo masculino. Capacidade para 100 alunos. Em funcionamento. Contribuição de Cr\$ ..... 300.000,00, anuais, a partir de 1960, por conta de dotação orçamentária.

---

**1.C.90 Acôrdo — Instituto Irmãos de Maria — Criação, ampliação e instalação de cursos industriais — Santa Maria.** Escola particular. Acôrdo firmado em 24.6.1960, para organização e manutenção de cursos profissionais elementares. Localizada no 1.º distrito de Santa Maria, em pavilhões adaptados. Regime de semi-internato e externato, para alunos do sexo masculino. Capacidade para 50 matrículas. Funcionamento regular em 1960. Contribuições do Estado, Cr\$ 240.000,00, anuais, a partir de 1956, por conta de dotações orçamentárias, e Cr\$ 150.000,00, decreto n.º 11.357, de 25.5.1960, para aquisição de equipamento.

---



1.C.91 Acôrdio — Ginásio "Jacob Renner" — Organização, instalação e equipamento da escola técnica industrial — Montenegro. Entidade particular localizada em perímetro urbano da cidade de Montenegro, onde mantém cursos primários, ginásial, científico e comercial. Acôrdio de cooperação para instalação e funcionamento de Escola Técnica Industrial, sob a orientação da Subsecretaria do Ensino Técnico. Ensino Industrial, de nível elementar e médio para alunos de ambos os sexos. Início de instalação e equipamento em 61. Funcionamento em março de 62. Matrícula para 200 alunos. Contribuição do Estado para a organização e equipamento da Escola Técnica, Cr\$ 8.000.000,00, decreto 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.92 Escola Técnica "Senador Ernesto Dornelles" — Pôrto Alegre. Criada pelo Decreto n.º 994, de 13.12.45. Instalada em 1946. Equipada pelo Decreto Federal n.º 28.428, de 30.1.50. Localizada à rua Duque de Caxias, Pôrto Alegre. Prédio próprio, condições regulares. Ensino técnico industrial e de artes domésticas, de aprendizagem e grau médio, de 1.º e 2.º ciclo, preparação da mulher para as artes industriais e para o lar, em regime de semi-internato e externato, em dois turnos. Matrícula de 500 alunos. Revisão e atualização de cursos de aprendizagem e de economia doméstica, a partir de março de 61. Construção de áreas cobertas para esportes e recreio. Construção eventual de nova sede para restituição do atual prédio ao antigo grupo escolar da zona, projeto a ser examinado em 61, para efetivação em 62.

---

1.C.93 Escola Industrial "Dr. Cilon Rosa" — Santa Maria. Criada pelo Decreto-Lei n.º 993, de 13.12.45, como Escola Artesanal e elevada à categoria de Industrial, pelo Decreto n.º 7.590, de 8.1.57. Localizada na cidade de Santa Maria. Funciona no mesmo prédio do Colégio Estadual "Manoel Ribas", em condições desfavoráveis. Ensino de artes domésticas, grau médio, 1.º ciclo. Educação doméstica e ensino dos misteres da administração do lar, em regime de internato, semi-internato e externato, em dois turnos. Matrícula de 300 alunos. Revisão e atualização de cursos. Limitação dos cursos básicos. Criação de novos cursos de aprendizagem, a partir de março de 61. Projeto de construção de nova sede, com a organização de cursos masculinos. Realização prevista para 1962, com a colaboração financeira da União, conforme decisão do Sr. Presidente da República na Reunião de Florianópolis.

---

1.C.94 Revisão e atualização dos Cursos da Escola Profissional Primária "Evarista Flores da Cunha" — Pôrto Alegre. Escola Primária, transformada em Escola Profissional pelo Decreto n.º 3.880, de 26.3.53. Instalada em prédio locado, à rua Vigário José Inácio. Complementação do ensino de nível primário e iniciação profissional, para adolescentes de 13 a 16 anos de idade. Qualificação profissional, para menores e adultos. Preparação da mulher para as atividades do lar ou exercício de profissão adequada. Cursos regulares e rápidos, de duração variável. Matrícula anual de 1.300 alunos. Revisão e atualização de cursos, de acôrdio com a finalidade e programas das Escolas Técnicas Elementares.

---

1.C.95 Revisão e atualização dos cursos da Escola Profissional Primária "Darcy Vargas" — Pôrto Alegre. Transferida para o ensino primário pro-

fissional, pelo decreto n.º 3.880, de 26.3.53. Instalada à rua Fernando Machado, Pôrto Alegre, em prédio locado. Ensino profissional para adolescentes de sexo feminino de 13 a 16 anos, em regime de externato, em 2 turnos, completando o ensino primário. Curso rápido feminino para adultos. Capacidade anual de matrícula para 1.200 alunos. Revisão e atualização de cursos, para adaptação às finalidades e programas das Escolas Técnicas Elementares.

---

1.C.96 Criação construção e instalação da Escola de Aprendizagem de Capão do Leão — Pelotas. Projeto em elaboração. Execução em 1961, com início das obras de construção e equipamento. Funcionamento previsto para 1962. Localização no distrito de Capão do Leão, município de Pelotas. Ensino técnico industrial, cursos elementares e de aprendizagem, de especialização, duração e níveis variáveis de acôrdo com as conveniências locais. Crédito aberto de Cr\$ 8.000.000,00, decreto 12.258, de 6.4.61.

---

1.C.97 Criação construção e instalação da Escola Técnica Rural — São Gabriel. Projeto aprovado em 1960. Início das obras programado para 1961. Funcionamento da Escola previsto para 1962. Ensino técnico agrícola, padrão estadual. Matrícula para 100 alunos, em regime de internato. Crédito aberto de Cr\$ 6.000.000,00, decreto n.º 12.258/61.

---

1.C.98 Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Lagoa Vermelha. Projeto estudado em 60. Execução em 61, com início de construção e equipamento parcial. Aproveitamento de instalações do Patronato local, mediante transferência do patrimônio ao Estado. Ensino técnico agrícola, padrão estadual. Funcionamento previsto para 1962. Crédito aberto de Cr\$ 6.000.000,00, decreto 12.258/61.

---

1.C.99 Criação, construção e instalação da Escola Técnica Rural — Uruguaiana. Escola programa para 160. Realização em 61. Será instalada na antiga Colônia Rizícola de Uruguaiana, em prédios e área doadas pelo Município. Funcionamento parcial para o 2.º semestre de 62. Crédito aberto, para instalação e equipamentos iniciais, Cr\$ 6.000.000,00, decreto n.º 12.258/61.

---

1.C.100 Acôrdo — Instituto Rural Metodista — Para instalação de cursos técnicos elementares — Alegrete. Escola particular que será instalada e mantida em regime de Acôrdo, para organização de cursos técnicos de nível elementar. Contribuição concedida pelo Estado, decreto n.º 12.258, de 6.4.61. Cr\$ 6.000.000,00. Organização e equipamento em 61. Funcionamento em 62.

---

1.C.101 Criação, construção, instalação e equipamento da Escola Técnica Industrial — Passo Fundo. Projeto para realização em 1962, com a colaboração financeira da União, conforme aprovação do Senhor Presidente da República na Reunião de Florianópolis. Doação do terreno pelo Governo Municipal.

---



1.C.102 Criação, construção, instalação e equipamento da Escola Técnica Industrial — Canoas. Projeto para elaboração em 1962, com a colaboração financeira da União, de acôrdo com a decisão do Sr. Presidente da República, na Reunião de Florianópolis. Doação de terreno pelo Govêrno Municipal.

---

1.C.103 Criação, construção, instalação e equipamento da Escola Técnica Industrial — Caxias do Sul. Projeto para realização em 1962, com a colaboração financeira da União, nos termos da deliberação do Sr. Presidente da República durante a Reunião de Florianópolis. Doação de terreno pelo Govêrno Municipal.

---

1.D.1 Unidade do Ensino Normal. Funcionaram, no Estado, em 1960, 96 estabelecimentos de ensino normal, dos quais 26 oficiais e 70 particulares, assim, distribuídos pelos diferentes tipos de ensino: Instituto de Educação — 2 oficiais; 2.º ciclo — 13 oficiais e 48 oficializados; 1.º ciclo — 9 oficiais e 12 oficializados; Rurais — 2 oficiais e 10 particulares. Em relação à situação do ensino normal em 1958, houve um acréscimo de 15,78% no número de estabelecimentos que era, naquele ano, de 83. Está prevista para o ano de 1961 (março e agosto) a instalação de mais 24 escolas normais, ficando distribuído o total de 120 escolas, que será atingido, da seguinte forma: Institutos de Educação — 2 oficiais; 2.º ciclo — 17 oficiais e 60 oficializados; 1.º ciclo — 13 oficiais e 16 oficializados; Rurais — 2 oficiais e 10 oficializados. Haverá, assim em relação a 1958, um acréscimo de 7 escolas oficiais e 15 oficializadas de 2.º ciclo e de 6 oficiais e 9 oficializadas de 1.º ciclo. A percentagem de acréscimo no período 1958-1961 será de 44,57%. A tendência da Secretaria de Educação e Cultura tem se feito sentir no sentido de fomentar a organização do maior número possível de estabelecimentos de 1.º ciclo (regionais), pois êstes atendem integralmente aos reclamos do Plano de Descentralização do Ensino Primário visto que propiciam formação específica ligada à própria região.

---

1.D.2 Matrículas no ensino normal. O número de matrículas nos diversos estabelecimentos de ensino normal atingiu, em 1960, ao total de 8.716, dos quais 2.937 em escolas oficiais e 5.779 em oficializadas. Quanto aos ciclos, a distribuição é a seguinte: 2.º ciclo 5.594, 1.º ciclo (regional) 1.734 e rurais 1.364. Para o ano de 1961, a previsão é de que o total de matrículas atinja 12.165, calculando-se para as novas escolas a média de 30 alunos por turma. Tendo sido de 7.214 o número de alunos matriculados em 1958, constata-se um crescimento de 20,82% em relação a 1960 e de 67,39% em relação a 1961. Correspondendo ao funcionamento de maior número de escolas de 1.º ciclo (regionais), o número de matrículas para êste tipo de ensino também deverá ser grandemente aumentado. Damos, a seguir, os dados relativos aos anos de 1958 e 1961: em 1958: 4679 (2.º ciclo), 1486 (1.º ciclo) e 1049 (rurais); em 1961: 7245 (2.º ciclo); 3057 (1.º ciclo) e 1063 (rurais). Nas escolas regionais o acréscimo previsto é de 105%.

---

1.D.3 Professôres de ensino normal. O número de professôres do ensino normal atingiu, em 1960, ao total de 1.082, dos quais 914 prestaram serviços em estabelecimentos oficiais e 168 como professôres fiscais junto às escolas oficializadas. Para o ano de 1961 se prevê um acréscimo de 400

novos elementos os quais deverão atender não só às novas unidades, como também àquelas que, instaladas em 1959 e 1960, terão necessidade de professores para lecionar unidades do currículo de 2.º e 3.º ano de funcionamento. Em 1958 estavam lotados na Superintendência do Ensino Normal 736 professores, dos quais 109 serviam como professores fiscais em escolas normais oficializadas. O acréscimo do número de professores foi da ordem de 53,80% em relação a 1960 e será de 101,36% em 1961, devendo-se êste último ao elevado número de escolas oficiais que serão instaladas e onde todos os professores são designados pelo Estado. Nas escolas normais particulares ou oficializadas somente dois professores fiscais são remunerados pelo Estado e apenas quando constar do convênio deverão ser designados outros professores.

---

**1.D.4 Unidades do ensino secundário.** A rede escolar de ensino secundário, no Estado, é constituída de 280 unidades, assim distribuídas: 1 estabelecimento federal; 54 estabelecimentos estaduais; 9 estabelecimentos municipais e 216 estabelecimentos particulares. Em 1960, registrou-se um acréscimo de 12% sobre o número de escolas secundárias existentes no ano anterior. No âmbito estadual houve, em 1959, a encampação de 4 ginásios, e, em 1960, a criação de 1 ginásio e a encampação de outro. Em 5 estabelecimentos de 1.º ciclo, foi criado o 2.º ciclo, em 1960. A ampliação da rede de ensino secundário estadual, atingiu, em 1960, um acréscimo de 8,3%, em relação à existente em 1958, e de 4%, em relação à em 1959. Em 1959, havia 38 estabelecimentos estaduais de 1.º ciclo e 14 de 2.º ciclo, passando, em 1960, para 35 estabelecimentos de 1.º ciclo e 19 de 2.º ciclo.

---

**1.D.5 Matrículas do ensino secundário.** No ensino secundário, em 1959, a matrícula foi de 91.462 alunos e, em 1960, passou para 102.702 alunos, incluindo todos os estabelecimentos de ensino secundário existente no Estado. Houve um acréscimo de matrícula de 12%. Do total de matrículas em 1960, 29.898 são de escolas secundárias estaduais, correspondendo a 29% da matrícula geral. Neste setor do ensino médio estadual, em 1958, o número de alunos foi de 23.896, em 1959, de 26.442, e em 1960, 29.898, acusando um acréscimo de 25%, em relação a 1958, e de 14%, em relação a 1959. Êstes índices são expressivos, levando-se em conta que a rede estadual foi ampliada de 4 estabelecimentos, em 1959, e de 2, em 1960. O acréscimo de matrícula nos estabelecimentos secundários estaduais foi possível, em virtude da conclusão dos prédios próprios de várias escolas, bem como da construção de pavilhões. O número de candidatos à matrícula, na série inicial, atingiu: 9.000 em 1958, com a aprovação de 95%; 12.000 em 1959, com a aprovação de 50% e 14.000 em 1960, com a aprovação de 50%, nos exames de admissão.

---

**1.D.6 Professores do ensino secundário.** O magistério público estadual, que serve no Ensino Secundário, estava constituído de 2.190 professores, no ano de 1960. Foi de 1.782 o número de professores em exercício no ano de 1959. A situação do corpo docente, em 1960, em relação à forma de investidura, era a seguinte: 875 professores efetivos, 154 interinos, 307 nomeados em estágio probatório, 78 admitidos mediante contratos bilaterais, 218 admitidos mediante portaria e 558 admitidos pela Lei 3601/58. Registrou-se, na realidade, uma variação apreciável no corpo docente, no setor do ensino secundário, pois havia: em 1958 um total de 1.563; em 1959 um



total de 1.782 e em 1960 um total de 2.190. Assim, o acréscimo verificado no corpo docente, em relação a 1958, foi de 40% e, em relação a 1959, foi de 23%.

**1.D.7 Convênios no ensino secundário.** O Governo do Estado, em 1959, no ensino secundário, dispendeu a importância de Cr\$ 22.533.800,00 no pagamento de 79 convênios e contratos firmados com entidades educacionais. Foram firmados, naquele ano, 14 novos convênios, representando uma despesa de Cr\$ 7.500.000,00. Através de convênios foram beneficiados 3.506 estudantes, em 1960. Correspondente a Cr\$ 8.400,00, aproximadamente, o custo de cada bolsista. O acréscimo de despesas com convênios, em relação aos em vigor no ano de 1958, correspondeu a 72% e, em relação aos em vigor em 1959, a 50%. A quantia dispendida em 1958 foi de Cr\$ 13.625.000,00 e, em 1959, de Cr\$ 15.033.800,00. Para o ano de 1961 está prevista a despesa total de 32 milhões de cruzeiros, para o atendimento de 4.240 estudantes, através de convênios e contratos com estabelecimentos de ensino. A despesa média será da ordem de Cr\$ 7.550,00 per capita.

**1.E Bolsas de Estudo.** No ano de 1960, foram distribuídas 9.111 bolsas de estudo, para diversos cursos, nos termos da legislação vigente. Essas bolsas são de níveis Primário, Ginásial, Colegial, Normal, Técnico e Superior. Além das bolsas de estudo, o Governo do Estado também concedeu, no exercício findo, 1.000 auxílios, destinados a estudos, cujo montante atingiu a cifra de Cr\$ 50.000.000,00. Aham-se computadas nos elementos acima mencionados as bolsas de estudo encaminhadas pela Legião Brasileira de Assistência e ainda as concedidas conforme Convênios firmados com Instituições de Ensino Particular, num total de 6.130 bolsas de estudo em estabelecimentos de grau médio.

**1.E.1 Bolsas de curso primário.** O Decreto n.º 10.598, de 14 de julho de 1959, autoriza a concessão de bolsas de estudo para o Curso Primário, a partir do 3.º ano, tendo sido registrado, no período 1958-1959-1960, o movimento discriminado no quadro abaixo:

Bolsas concedidas:

1958		1959		1960		TOTAL	
N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR
7.948	26.636	11.710	79.053	15.035	201.659	34.693	307.348

— Valores em Cr\$ 1.000,00

**1.E.2 Bolsas de curso ginásial.** Consoante espelha o quadro a seguir, o movimento de bolsas de estudos destinadas ao curso ginásial foi assás significativo, o que demonstra o interesse do Governo em proporcionar possibilidade de instrução a jovens realmente necessitados do auxílio do Poder Público.

Bolsas concedidas:

1958		1959		1960		TOTAL	
N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR
3.410	18.020	5.998	55.375	9.352	169.425	18.760	242.820

— Valores em Cr\$ 1.000,00

1.E.3 **Bolsas de curso colegial.** A concessão de bolsas de estudo para o Curso Colegial, Científico e Clássico, no decorrer do ano de 1960, atingiu a cifra de 1.896 bolsas, depreendendo-se que nos próximos anos, com a conclusão do ciclo primário de bolsistas, este número deverá elevar-se. A tabela abaixo especificada revela o esforço dispendido pelo Governo, nesse particular.

Bolsas concedidas:

1958		1959		1960		TOTAL	
N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR
1.033	2.091	1.605	3.460	1.896	15.562	4.534	21.113

— Valores em Cr\$ 1.000,00

1.E.4 **Bolsas de curso normal.** Sem dúvida, significativo é o volume de bolsas de estudo para o Curso Normal, conforme evidencia o quadro abaixo:

Bolsas concedidas:

1958		1959		1960		TOTAL	
N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR
560	3.710	910	10.547	2.338	68.585	3.088	82.842

— Valores em Cr\$ 1.000,00

1.E.5 **Bolsas de curso técnico.** Apesar das bolsas destinadas pelo Estado, a candidatos a cursos técnicos, industrial ou agrícola, serem de número ilimitado, dependendo apenas das disponibilidades de matrículas nos estabelecimentos adequados, pouco interesse foi registrado com relação às mesmas. Contudo, o Governo do Estado atendeu os interessados na proporção espelhada no quadro a seguir:



Bolsas concedidas:

1958		1959		1960		TOTAL	
N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR
238	1.616	430	3.703	1.006	16.934	1.674	22.253

— Valores em Cr\$ 1.000,00

**1.E.6 Bolsas de cursos universitários.** Procurando atender reclamos da classe universitária, o Governo promoveu a distribuição de bolsas para cursos superiores, conforme demonstração constante no quadro abaixo:

Bolsas concedidas:

1958		1959		1960		TOTAL	
N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR	N.º	VALOR
300	3.000	412	4.198	549	6.383	306	13.581

— Valores em Cr\$ 1.000,00

#### 1.F — DIVISÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

A finalidade essencial da Divisão de Saúde e Assistência Educacional é trabalhar para o bem estar da criança, protegendo-a da doença, ou indisposição, da delinqüência, do vício, da exploração, da fome, da brutalidade ou de qualquer outra influência capaz de impedir, ao organismo em desenvolvimento, alcançar a maturidade em forma normal, sadia e perfeitamente ajustada.

**1.F.1 Clínica Escolar Central.** A Clínica Escolar, integrando a Divisão de Saúde e Assistência Educacional, tem por objetivo colaborar para o desenvolvimento ideal do escolar, complementando a ação do Serviço Médico nos Grupos Escolares. Sua atuação nos três últimos anos está resumida no seguinte quadro:

	1958	1959	1960
Clínica Médica .....	3.854	12.741	8.733
Clínica Cardiológica .....	879	694	1.214
Clínica Oftalmológica .....	1.347	1.494	2.454
Clínica Otorrinolaringológica .....	1.109	977	1.285
Farmácia .....	6.841	8.721	7.064
Laboratório .....	1.846	3.137	5.842
Clínica Odontológica .....	2.835	3.542	4.469
<b>Total de atendimentos .....</b>	<b>18.711</b>	<b>31.306</b>	<b>31.061</b>

Dado o acanhamento e precariedade das instalações da Clínica Escolar Central, é pensamento sua instalação e melhoria no novo prédio da Secretaria de Educação e Cultura, com tôdas as especialidades, bem como a criação de um serviço de medicina desportiva para o atendimento dos atletas amadores. Esta mudança permitirá uma colaboração mais íntima com o SOEE e CPOE, visando a ampliação da assistência escolar com todos os serviços especializados da Secretaria de Educação e Cultura, incluindo a Clínica de Conduta Infantil, permitindo, ainda, a formação de auxiliares mediante cursos a serem organizados por êsses diferentes setores.

**1.F.2 Clínicas em grupos escolares.** Os Serviços prestados pelo Setor, até 1958 resumiam-se no atendimento dos alunos dos Grupos Escolares por médicos designados para tal fim, abreugrafia e drenagem para a Clínica Escolar Central dos casos que necessitassem assistência especializada.

A partir desta data procurou-se dinamizar êste Setor pelo lançamento de campanhas, como sejam, a de verminose, da profilaxia da tuberculose, da boa postura, da conservação dos dentes e preservação do molar dos seis anos, inquérito visual pelo "Ortho Rather", inquérito cardiológico, etc., visando o diagnóstico, tratamento, correção e educação dos alunos, e também dos pais, nos princípios da moderna técnica educacional.

Dados estatísticos das atividades dêste Setor nos anos de 1958, 1959 e 1960 foi o seguinte:

	1958	1959	1960
a) Serviços Médicos (atendimentos)	75.194	80.246	70.758
b) Inquérito parasitológico: exames	—	362	3.143
c) Inquérito cardiológico: exames ..	—	—	5.225
d) Equipe Volante: exames .....	—	—	3.125
e) Inquérito visual: exames .....	—	—	262
f) Serviço Odontológico .....	32.531	32.625	40.164
g) Serviço de Tisiologia .....	20.910	22.051	35.196

Como se verifica pelo quadro, deu-se, nêstes últimos (2) dois anos, maior impulso aos diferentes serviços, passando-se, por exemplo, no inquérito parasitológico de 0 em 1958, 362 em 1959 e 3.143 em 1960, ou quase dez vêzes mais. Devemos ainda, ressaltar a eficiência e aproveitamento da equipe volante, que em apenas 45 dias de trabalho, realizou 3.135 exames. (1960).

E' pensamento para 1961 a instalação de ambulatórios médicos-sociais nos bairros do IAPI, Petrópolis, Partenon, Medianeira e Tristeza; aumento do número de unidades volantes; prosseguimento das diferentes campanhas, complementada, ainda, pela **aplicação tópica do fluor**.

Para o interior do Estado, pensa-se na criação de ambulatórios médicos e sociais nas sedes das diferentes Delegacias de Ensino e de equipes móveis que irradiarão suas atividades para todos os Municípios, fazendo o levantamento nosográfico da região.

**1.F.3 Distribuição de merenda escolar.** O Serviço de Alimentação e Vestuário tem por objetivo complementar a nutrição do escolar, fornecer



material para as merendas, desenvolver programas de educação alimentar e preparar técnicos para assistência dietética às unidades escolares, bem como confeccionar e fornecer vestuários aos escolares necessitados dos Grupos Escolares.

Dados estatísticos do movimento do referido Serviço:

	1958	1959	1960
Grupos Escolares atendidos com material de Copa e Cozinha .....	145	484	255
Unidades de material de Copa e Cozinha distribuídas .....	6.682	13.893	11.248
Peças cortadas (vestuários) .....	7.993	8.927	6.706
Peças confeccionadas (vest.) .....	7.832	7.893	5.746
Peças distrib. inc. camisetas de lã e linha . . . . .	9.848	7.119	9.470
Calçado distribuído .....	3.960	4.000	4.500
Leite em pó distribuído (em quilos) ..	235.900	259.000	196.918

Dotações orçamentárias	1958	1959	1960
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Vestuário e calçados .....		1.978.000,00	3.400.000,00
Material de Copa e Cozinha ..		1.150.000,00	1.100.000,00
Merenda Escolar (verba dist.)	4.020.000,00	3.295.792,00	7.425.684,00
Círculo de Pais e Mestres ....		200.000,00	1.000.000,00

Outras atividades: 1960

Curso de Assistência Alimentar ..... 1

Pretendemos pela formação de técnicos e aproveitamento dos recursos da comunidade, alcançar o dia em que o Estado poderá ser dispensado da atitude paternalista, mas até lá, dada as condições de real penúria de muitos escolares, o Poder Público deverá prestar uma assistência mais concreta, através de compostos alimentares de alto valor biológico que minorem, ao menos parcialmente, as tremendas deficiências que apresentam. O leite em pó desnatado distribuído pela SEFAE em colaboração com a Campanha da Merenda Escolar, é o alimento eleito para servir de base a tal assistência. Assim, todo o incremento que se puder dar às quotas destinadas ao Rio Grande do Sul, muito representaria para a melhoria das condições nutritivas desses milhares de crianças que freqüentam nossos Grupos Escolares. Para melhor atendimento da distribuição de Merenda Escolar na Capital e interior do Estado, colocaremos dietistas-orientadoras junto às Delegacias de Ensino.

1.F.4 Serviço social escolar. O Serviço Social Escolar é um dos campos do Serviço Social que tem por finalidade atender menores escolares e seus familiares (seja de que ordem forem os problemas), para que êstes possam desenvolver com plenitude a própria personalidade e serem no futuro, homens capazes. Funcionamento: O setor de Serviço Social Escolar, devido ao grande número de grupos escolares da Capital (150) e a falta de pessoal técnico especializado, o Serviço Social Escolar resolveu, para melhor atendimento de seus usuários, dividir a cidade em 8 zonas (1960), onde foram instaladas Agências de Serviço Social, assim distribuídas: Petrópolis, Glória, Central, Floresta, Medianeira, Independência. Em 1961, foram instaladas mais duas: Teresópolis e São João.

### M O V I M E N T O

Casos continuados:	1958	1959	1960
Novos, prosseguimento, reaberto, encerrado transferido . . . . .	5.544	9.923	18.156
<b>Entrevistas:</b>			
Escolar, família, diretora, professora, médico, colaterais . . . . .	13.978	15.402	27.654
<b>Encaminhamentos realizados:</b>			
Providências, visita domiciliar, CPOE, Serviços da SEFAE, Serviço de Colônias de Férias, Obras Sociais, emprêgos ..	5.255	9.295	21.256
<b>Auxílios diversos atendidos:</b>			
Ranchos, óculos, capas, camisetas, aventais	1.902	1.384	1.988
<b>Dotação Orçamentária:</b>		92 mil	200 mil

Em vista da experiência positiva do funcionamento das Agências de Serviço Social Escolar nas diversas zonas da Capital, é nossa intenção incrementar êsse tipo de trabalho através de realizações do Círculo de Pais e Mestres, Clube Agrícola, confecção e costura, economia doméstica, aprendizados diversos.

1.F.5 Educação Física — Esportes — Recreação. Finalidades principais da Divisão de Educação Física da SEFAE: orientar, fiscalizar, difundir, estimular e aperfeiçoar por todos os meios a prática da Educação Física, dos Desportos e da Recreação na Capital e Interior do Estado, de uma forma geral e particularmente nos estabelecimentos de ensino. Até 1958, a DEF limitava-se a efetuar a fiscalização no Ensino Médio, realizar 2 Campanhas de Natação e 1 Curso Intensivo anuais na Capital, organizar o Desfile Esco-



lar, além dos serviços normais de rotina. Em 1959 e 1960 as novas realizações e serviços prestados pela DEF foram os seguintes:

	1959	1960
<b>a) Cursos Intensivos</b>		
— Com duração de 5 meses		
(Para Dirigentes de Ruas e Recreio .....		1
(Colegial de Arbitragem de Basquete, Futebol de campo, Futebol de salão e Voleibol .....		5
— Com duração de 3 meses		
(Para Recreacionistas de Ruas e Recreio .....		1
— Com duração de 1 a 20 dias — Missões Pedagógicas, Palestras, Reuniões de Estudos, Períodos Populares de Estudos Esportivos, Conferências .....	55	118
— Intercâmbio Orientador (Curso por Correspondência)		1
<b>b) Desfiles Escolares: na Capital .....</b>	2	3
no interior (em cada município) ....	1	1
<b>Demonstrações de Educação Física: na Capital .....</b>	3	3
no interior (em cada Região) .....	1	1
<b>c) Campeonatos Escolares (21 municípios) .....</b>		1
<b>d) Campanhas de Natação (na Capital e Interior) .....</b>	5	5
<b>e) Festas Juninas e Folclóricas .....</b>	1	2
<b>f) Festas internas comemorativas nos Grupos Escolares (Páscoa, Dia das Mães, Tiradentes, Dia do Professor, etc.) ..</b>	1	1
<b>g) Plantão permanente de inspeção e fiscalização na Capital e Interior: visitação permanente pelos Inspectores no Interior do Estado, conforme Convênio firmado pela SEFAE com o MEC.</b>		
<b>h) Planos-pilôto de aulas nos diversos graus de ensino ...</b>		1
Programas recreativos para os Grupos Escolares .....	1	2
Planejamento de trabalho para professores, nos diferentes graus de ensino .....		2
<b>i) Serviço de Estatística .....</b>	1	2
<b>j) Reforma de Diretrizes nos setores de ensino especializado</b>	1	1
<b>l) Centros de Estudos e Órgãos de Pesquisa .....</b>	2	2
<b>m) Concursos . . . . .</b>	4	2
<b>n) Divulgação:</b>		
— Programas Radiofônicos na Rádiodifusão da Universidade do R.G.S. ....		23
— Publicação do Boletim Técnico .....		4

Cabe ressaltar dentre estas, como promoção que alcançou grande repercussão, os Programas Radiofônicos, da mesma forma as Ruas de Recreio (em caráter experimental) e a assistência ao Interior do Estado através dos Cursos, Missões Pedagógicas, etc. que contribuíram para melhorar o índice técnico do professorado especializado.

**1.F.6 Professores.** A SEFAE não possui um quadro próprio de professores. Os professores de Educação Física diplomados ou portadores de licença a título precário, fazem parte integrante das Subsecretarias de Ensino Primário, Secundário, Normal e Técnico. Sua atividade, entretanto, processa-se sob a orientação e fiscalização da SEFAE. O Estado conta com 440 professores primários de Educação Física, dos quais, 373 estão em exercício nos Grupos Escolares e, dos demais, 57 encontram-se exercendo funções de inspeção, orientação e coordenação na SEFAE e os restantes estão à disposição de outros setores da Secretaria de Educação e Cultura. Os professores de Educação Física do Ensino Médio somam um total de 193, dos quais, 180 estão em exercício nos estabelecimentos de ensino Secundário e Normal, e os demais em outras atividades da Secretaria de Educação e Cultura. No Ensino Técnico, exercem suas atividades 21 professores de Educação Física. A Escola Superior de Educação Física, conta com 38 professores segundo consta 1.F.8.

**1.F.7 Colônias de Férias.** As Colônias de Férias periódicas são organizações de grupo, em regime de internato, que proporcionam melhoria das condições físicas, psíquicas e sociais do escolar.

Escolares atendidos em		1958	1959	1960
PRAIA	TORRES	530	600	480
	TRAMANDAÍ — SEDE	300	300	475
	CASSINO	300	300	301
	CAPÃO DA CANOA	a ser instalada em 1961)		
	ACAMPAMENTO	380	300	509
SERRA	S. FRANC. DE PAULA	570	700	700
	ITAI	540	550	643
	FLÔRES DA CUNHA	500	500	600
	VILA JÓIA (instalada em 1960)			128
RECREATIVAS	ROSÁRIO DO SUL	550	550	713
	GUAÍBA	600	600	599
	SETEMBRINA	640	650	786
	INICIAÇÃO AGRÍCOLA	600	600	630
	IPANEMA (inst. em 1960)			725
	MESTRIA — CANADÁ	640	655	600
	BELEM NOVO	360	360	415
TOTAL		6.510	6.619	8.604



**REPERCUSSÃO FINANCEIRA:**

Ano	VERBA DISPENDIDA			Total de esc. atend.	"Per capita" p/ período
	Orçamentária	Créd. especial	Total		
	Cr\$	Cr\$	Cr\$		Cr\$
1958	5.031.000,00	1.200.000,00	6.231.000,00	6.510	957,20
1959	6.965.487,50	3.000.000,00	9.965.487,50	6.619	1.505,60
1960	2.265.340,00	15.000.000,00	17.265.340,00	8.604	2.007,00

Obs.: As despesas gerais em 1960 decorreram da elevação do custo de vida, instalação de duas novas unidades (Ipanema e Vila Jóia) e aquisição de material e melhorias de condições nas demais existentes.

**PLANEJAMENTO PARA 1961:**

1.º) Construção de uma Colônia de Férias modelo, em Tramandaí (Terreno doado pela Prefeitura Municipal de Osório).

2.º) Criação de 3 novas unidades: Júlio de Castilhos, São Lourenço do Sul e Tôrres.

3.º) Criação de Centros de Recreação Permanentes em: Bagé, Santa Maria, São Jerônimo, Rio Grande, Pelotas, Canoas, Novo Hamburgo, e Porto Alegre (Navegantes São João).

4.º) Convênios com as Prefeituras Municipais:

- a) para instalação dos referidos Centros
- b) com referência a transporte de escolares

5.º) Cursos de Especialização para formação de pessoal. (2 para professoras Recreacionistas e 1 para Dirigentes).

**1.F.8 Escola Superior de Educação Física — Finalidades:** a) formar e aperfeiçoar pessoal técnico em Educação Física e Desportos, e b) difundir conhecimentos e realizar pesquisas relativas à Educação Física.

Quadro relativo ao Corpo Discente (comparativo dos anos de 1958, 1959 e 1960).

	1958	1959	1960
Candidatos ao exame vestibular .....	140	49	91
Candidatos aprovados .....	69	32	40
<b>Matrículas: Curso Superior</b>			
1.ª Série .....	67	15	8
2.ª Série .....	46	66	37
3.ª Série .....	12	32	32
Curso de Educação Física Infantil .....	13	22	36

Diplomados:

Curso Superior .....	9	26	32
Curso de Educação Física Infantil ..	9	9	16

Quadro relativo ao Corpo Docente e Funcionários

	1958	1959	1969
Professôres . . . . .	38	38	38
Funcionários . . . . .	17	19	21

Está previsto para 1961 o funcionamento do Curso de Medicina Aplicada à Educação Física e aos Desportos, Ginástica Ritmica e Danças.

**1.F.9 Nova Escola de Educação Física — Construção da Sede Própria.** Considerando as dificuldades inerentes à sua localização, sediada atualmente na Associação Cristã de Moços, que obriga a se locomover os professores e alunos para os mais distantes pontos da cidade, como para o Estádio da Sogipa (São João), Grêmio Náutico União (Independência), Grêmio (Aze-nha), Grêmio Náutico União (Ilha da Pintada), destinou o Governo do Estado, por Decreto n.º 8162, de 13 de setembro de 1957, uma área de 13 hectares, sita à Vila São Luiz, próximo ao Jardim Botânico. Os obras foram iniciadas em 1958 e encontram-se em andamento, com verbas estaduais através da Secretaria de Obras Públicas e Campanha Nacional de Educação Física do MEC, com dotação federal de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros). Ressaltamos a importância social que advirá da construção da sede da Escola Superior de Educação Física em área própria, adequada às suas finalidades pois, assim sendo, melhor poderá atingir seus objetivos em seu âmbito específico — formação de pessoal técnico em Educação Física (Professôres, Médicos, Massagistas, Técnicos e demais profissionais) e atender, também, as exigências sociais tão características do momento em que vive a democracia brasileira: proporcionar nas horas de lazer aos que labutam no comércio, indústria, às donas de casa, às crianças, recreação sadia, bem dirigida, jogos e educação física. É necessário, dado o alcance sócio-educacional da Escola Superior de Educação Física, que seja concluída com brevidade a sede da referida Escola, para o que será preciso um total de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) em sua primeira etapa a fim de que em Janeiro de 1962 iniciem os cursos no novo prédio.

**1.G.1 Organização e funcionamento da C.E.P.E.** A Comissão Estadual de Prédios Escolares criada pelo Decreto n.º 10.416 de 25.3.1959, tem como finalidade a tarefa de

superintender, estudar, planejar, projetar e executar as tarefas de conservação, reparos, adaptação, construção, reconstrução e aparelhamento de prédios escolares,



atribuídas pelo Art. 1.º, do referido ato, e constitui-se num Órgão de Co-  
operação das Secretarias de Estado de Educação e de Obras Públicas, sendo  
integrada por um Órgão Colegiado e um Órgão Executivo.

Para execução das tarefas atribuídas ao Órgão Executivo, foi o mesmo  
estruturado em um GRUPO DE ARQUITETURA com um Setor de Pro-  
jetos e um Setor de Cálculos e Orçamentos; GRUPO DE OBRAS com 4  
Regiões e 19 Residências instaladas em todo o Estado; um GRUPO ADMI-  
NISTRATIVO com as Equipes de Orçamento, Material, Serviços Auxiliares  
e Expediente e Pessoal e um GRUPO DE PARQUES E JARDINS com os  
Setores de Zoologia, Industrial, Florestal e Viveiros.

O pessoal de Obras é variável de acordo com as necessidades de serviço,  
sendo recrutados na praça por obra certa.

O custeio da Administração e Funcionamento da C.E.P.E. apresentou  
o valor global de cerca de Cr\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de  
cruzeiros), assim distribuído:

(0)	Pessoal Fixo .....	Cr\$ 3.265.884,40
(1)	Pessoal Variável .....	Cr\$ 48.365.830,00
(2)	Material Permanente .....	Cr\$ 990.050,00
(3)	Material Consumo .....	Cr\$ 1.934.879,80
(4)	Despesas Diversas .....	Cr\$ 1.591.683,70
T o t a l .....		<u>Cr\$ 56.157.327,90</u>

A diferença entre o crédito aberto (Cr\$ 50.000.000,00 Dec. n.º 11.175 de  
24.2.60) e a despesa realizada é proveniente de saldos existentes no exer-  
cício de 1959.

Este valor representa cerca de 9% das inversões realizadas no exercício,  
valor que entendemos ótimo tanto em seu mérito como comparado com  
qualquer instituição estatal ou particular.

Pelo exame de suas realizações, verifica-se ter a C.E.P.E. aplicado em  
tôrno de Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros). (incluído seu  
funcionamento), com os seguintes resultados gerais:

**Prédios concluídos ou em conclusão em 1960 (dezembro)**

N.º de prédios .....	271
N.º de salas de aula .....	1.111
Potencial de matrículas .....	77.770

**Ampliações**

N.º de prédios .....	23
N.º de salas de aula .....	73
Potencial de matrículas .....	5.110

**Retomadas**

N.º de prédios .....	40
N.º de salas de aula .....	224
Potencial de matrículas .....	15.680

**Totais Gerais**

N.º total de prédios .....	334
N.º de salas de aula .....	1.408
Potencial de matrículas .....	98.560

**Vistorias**

N.º total de vistorias ..... 4.347

**Conservações**

N.º total de conservações ..... 601

**1.G.2 PLANO "A" — 1.ª Etapa — 164 Prédios — Exercício de 1960. —**

**Generalidades:** Constam deste plano a execução dos projetos especiais, construções de unidades escolares completas, de madeira ou alvenaria, com 2 ou 8 salas de aula, dependências para administração, sanitários e pátios cobertos.

A concorrência concurso para a construção de unidades escolares deste plano, realizada em setembro de 1959, classificou 6 firmas construtoras, que, pelas condições do edital sujeitaram-se à construção de um prédio piloto destinado a um melhor julgamento das suas condições técnicas e correção de possíveis deficiências. Estes prédios foram construídos no início do exercício de 1960, no município de Porto Alegre, destinando-se também, a substituição ou ampliação de unidades escolares que apresentavam precárias condições de funcionamento e proporcionaram em julgamento final, às cinco firmas construtoras, serem consideradas pelo Estado como habilitadas a construir prédios escolares deste plano.

Após a elaboração e aprovação do plano foi aberto um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), tendo sido lançados os contratos da 1.ª Etapa de Construção, compreendendo 158 prédios de fabricação em série e 19 unidades escolares a serem executados por projeto especial, com uma capacidade total de matrículas para 62.580 alunos em 2 turnos.

Posteriormente foram abertos ainda os seguintes créditos:

- Decreto n.º 11.319 de 07.05.60 — Cr\$ 50.000,00
- Decreto n.º 11.329 de 09.05.60 — Cr\$ 50.000,00

encontrando-se ainda, a descoberto a quantia de Cr\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros), face a serviços extraordinários e complementares efetuados e a efetuar.

**BALANÇO DAS ATIVIDADES**

**Prédios de fabricação em série**

N.º de prédios piloto .....	6
N.º de prédios concluídos .....	91
N.º de prédios em construção .....	57
N.º de prédios a iniciar .....	10
<b>TOTAL DE PRÉDIOS .....</b>	<b>164</b>
N.º de salas prédio piloto .....	32
N.º de salas concluídas .....	421
N.º de salas em construção .....	239
N.º de salas a iniciar .....	35
<b>TOTAL DE SALAS .....</b>	<b>727</b>

Potencial de matrículas dos prédios pilotos ..... 2.240



Potencial de matrículas dos prédios concluídos .....	29.470
Potencial de matrículas dos prédios em construção .....	16.730
Potencial de matrículas dos prédios a iniciar .....	2.450
<b>TOTAL DE MATRÍCULAS</b> .....	<b>50.890</b>

**PRÉDIOS ESPECIAIS**

N.º de prédios especiais .....	19
N.º de aúfas .....	167
Potencial de matrículas .....	11.690
<b>TOTAL</b> .....	<b>11.870</b>

**OBSERVAÇÕES:**

a) — Dos 57 prédios relacionados como em andamento, 52 ficarão concluídos e em condições de funcionamento em março do corrente ano, podendo, pois, serem considerados como obra do exercício de 1960, uma vez que ao término do mesmo já se encontravam em fase final de conclusão, faltando apenas arremates e serviços complementares.

Esta proposição é ainda reforçada pelo fato do custeio destes prédios terem sido feitos integralmente por verbas e créditos do exercício em pauta.

b) — Os projetos especiais foram relacionados e executados por planos individuais pelas suas características próprias, como obras, em geral, de grande porte, ou de característica regional especial.

\* — Anexo 3 — Relação das obras e programa de necessidades do Plano "A".

**1.G.3 PLANO B — 1.ª Etapa: 159 Prédios — Exercício de 1960. Generalidade:** Consta o Plano B, de construção de prédios escolares a serem construídos, em geral em madeira, por administração direta da C.E.P.E., através de suas residências.

Essas unidades estão localizadas em zonas rurais ou em zonas de pequena densidade populacional, sendo também construídas como anexos para desafogar escolas já existentes e que apresentam excesso de matrícula.

Para esse plano estão sendo construídos prédios com duas, três, quatro ou mais salas de aula e sala de administração.

Nos locais onde houver facilidade de captação de água foi prevista a construção de um pavilhão, em alvenaria, para instalação sanitária.

**BALANÇO DAS ATIVIDADES**

N.º de prédios concluídos .....	30
N.º de prédios em construção .....	71
N.º de prédios a construir .....	58
<b>TOTAL DE PRÉDIOS</b> .....	<b>159</b>
N.º de salas concluídas .....	64
N.º de salas em construção .....	172
N.º de salas a construir .....	153
<b>TOTAL DE SALAS</b> .....	<b>389</b>

Potencial de matrículas dos prédios concluídos .....	4.480
--	-------

Potencial de matrículas dos prédios em construção .....	12.040
Potencial de matrículas dos prédios a construir .....	10.710
<b>TOTAL DE MATRÍCULAS</b> .....	<b>27.230</b>
Custo dos prédios concluídos .....	Cr\$ 8.630.000,00
Custo dos prédios em construção .....	Cr\$ 21.020.000,00
Custo dos prédios a construir (prev.) .....	Cr\$ 22.000.000,00
<b>CUSTO TOTAL (PREVISTO)</b> .....	<b>Cr\$ 51.650.000,00</b>

**OBSERVAÇÕES:**

Os 71 prédios relacionados como em andamento, ficaram concluídos e em condições de funcionamento em março do corrente exercício, podendo desta forma atender as matrículas de 1961, razão porque podem ser consideradas obras do exercício de 1960. Reforça esta assertiva, o fato do seu custeio haver sido feito integralmente por verbas e créditos do exercício em pauta.

---

1.G.4 PLANO ESPECIAL. G.E. 15 de Novembro — Bagé.

**GENERALIDADES**

Tipo de projeto: Elaborado pela CEPE, obra de vulto. Prédio de alvenaria com capacidade para 1.000 alunos em 2 turnos — 17 salas de aula, jardim de infância — salas especiais — auditório — pavilhão de educação física e administração — Área total 5.400 m<sup>2</sup> aproximadamente.

Adjudicatária: Administração direta feita por intermédio da 13.<sup>a</sup> Residência da CEPE.

Localização: Na sede do município de Bagé.

Data da autorização: 10/01/61.

Custo previsto: Cr\$ 50.000.000,00.

**SITUAÇÃO DA OBRA**

Andamento: Conclusão da 1.<sup>a</sup> Etapa (bloco de aulas) previsto para março de 1962. — Conclusão do prédio em aproximadamente 3 anos. A obra está na fase de funções do bloco principal que é o de salas e auditório. Este bloco contará com 3 pisos e terá 106 metros de comprimento e ocupará uma área de 3.750 m<sup>2</sup>.

---

1.G.5 PLANO ESPECIAL. G.E. Antonio Vicente da Fontoura — Cachoeira do Sul

**GENERALIDADES**

Tipo de projeto: Projeto especial elaborado pela CEPE — Prédio de alvenaria com 17 salas de aula — Capacidade para 1.000 alunos em 2 turnos. Terá além dessas salas de aula, jardim de infância — administração — sala de professor — gabinete médico dentário — cooperativa — salão de conferências — refeitório — cozinha — pátio coberto — apartamento p/zelador. Ocupará uma área de: 2.870 m<sup>2</sup>.

Adjudicatária: Delta Pavimentações Ltda. Concorrência feita pelo Edital n.º 12/60.



Localização: Na sede do município.  
Data registro no T.C.: Aguardando.  
Prazo de conclusão: 360 dias.  
Custo previsto: Cr\$ 15.200.000,00.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

A obra deverá ser executada em etapas, a fim de só ser demolido o prédio existente quando o novo esteja em condições de atender os alunos daquele.

---

1.G.6 PLANO ESPECIAL. G.E. Venâncio Aires — Cruz Alta.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial elaborado na CEPE -- Alvenaria obra de vulto.

Localização: Na sede do município de Cruz Alta.  
Data registro no T.C.: Aguardando.  
Custo previsto: Cr\$ 22.000.000,00.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Andamento: Obra não iniciada.

---

1.G.7 PLANO ESPECIAL. G.E. Mariano Moro — Erechim.

#### GENERALIDADES

Tipo do Projeto: Projeto especial elaborado pela C.E.P.E. Prédio de Alvenaria com 4 salas de aula.

Adjudicatária: Execução a cargo da Prefeitura Municipal de Erechim.

Finalidades: Prédio destinado ao ensino primário na região onde está sendo construído.

Localização: Num dos distritos do município de Erechim com boas condições no que se refere a transporte.

Data do registro no Tribunal de Contas: 14/3/60.

Data da Autorização: 18/3/1960

Prazo da Conclusão: 120 dias.

Custo Previsto: Cr\$ 2.930.000,00.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Obra com verba totalmente autorizada estando os últimos saldos na Exatoria de Erechim.

Pagamentos efetuados:

Em 30/03/60 — Cr\$ 810.000,00

Em 05/09/60 — Cr\$ 390.000,00

Andamento: Em pintura. Conclusão prevista para maio de 1961.

---

1.G.8 PLANO ESPECIAL. G.E. de Itatiba — Erechim.

## GENERALIDADES

Tipo de Projeto: Trata-se de projeto especial executado pela C.E.P.E. Prédio de alvenaria com 4 salas de aula.

Adjudicatária: A execução está a cargo da Prefeitura Municipal de Erechim.

Finalidade: O prédio destina-se somente ao ensino primário da região em que está situado.

Localização: Está localizado no interior do município de Erechim, no distrito de Itatiba. Bons meios de transporte e rede de luz passando no local.

Data do registro T.C.: 14/3/1960.

Data da Autorização: 18/3/1960.

Prazo de conclusão: 120 dias.

Custo previsto: Cr\$ 2.470.000,00.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamento: Obra com verba totalmente liberada saldos na Exatoria de Erechim.

Pagamentos realizados em 1960:

..... Cr\$ 810.000,00

e mais uma parcela de ..... Cr\$ 390.000,00

Fundamento: Em acabamento. Conclusão prevista para fins de abril de 1961.

---

1.G.9 PLANO ESPECIAL. G.E. Picada Conceição — Ijuí.

## GENERALIDADES

Tipo de Projeto: Trata-se de um projeto especial para 3 salas de aula de alvenaria

Adjudicatária: P.M. de Ijuí.

Finalidade: Ensino Primário.

Localização: Localizado no interior do município de Ijuí.

Data do registro T.C.: Abril de 1960.

Prazo de conclusão: 60 dias.

Autorização: Maio de 1960.

Custo da obra: Cr\$ 1.364.000,00.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Concluída e Paga.

---

1.G.10 PLANO ESPECIAL. G.E. Vila Herval — Ijuí.

## GENERALIDADES

Tipo de Projeto: Prédio de alvenaria com 6 salas de aula. Projeto especial.

Adjudicatário: Prefeitura Municipal de Ijuí.

Finalidade: Ensino primário.

Localização: Vila Herval, município de Ijuí.

Data de registro no T.C.: Abril de 1960.

Prazo de conclusão: 60 dias.



Data de autorização: Maio de 1960.  
Custo da Obra: Cr\$ 2.673.508,00.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Concluída e paga.

---

1.G.11 PLANO ESPECIAL. G.E. Pedro Maciel — Ijuí.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial — Prédio de alvenaria com 6 salas de aula.

Adjudicatária: Prefeitura Municipal de Ijuí.

Finalidade: Ensino primário.

Localização: Interior do município de Ijuí no distrito de Itaquí.

Custo: Cr\$ 6.000.000,00.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Está sendo executada a estrutura de concreto.

---

1.G.12 PLANO ESPECIAL. G.E. Marques de Souza — Lajeado.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial — Prédio de alvenaria, com 329,80 m<sup>2</sup>.

Adjudicatário: Prefeitura Municipal de Lajeado.

Finalidade: Ensino primário.

Localização: No interior do município de Lajeado. A escola conta com uma área total de 2.500 m<sup>2</sup>.

Data de autorização: 14/03/60.

Prazo de conclusão: 90 dias.

Custo da obra: Cr\$ 1.950.000,00.

Data do registro T.C.: 03/03/60.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Inteiramente paga em 1960.

Andamento da obra: Concluída e paga.

---

1.G.13 PLANO ESPECIAL. G.E. Antônio Vieira — Novo Hamburgo.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial — Alvenaria — 7 salas de aula.

Localização: Na sede do município.

Data do registro no T.C.: Aguardando.

Prazo de conclusão: 230 dias após a comunicação de registro do termo de contrato n.º 7/61.

Custo reviso: Cr\$ 5.691.027,00 — pagamento em 23 prestações, conforme o andamento da obra.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Andamento: Ainda não foram iniciados os trabalhos. Aguardando registro do empenho e do contrato no Tribunal de Contas do Estado.

---

#### 1.G.14 PLANO ESPECIAL. G.E. Fagundes dos Reis — Passo Fundo.

##### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial com 17 salas de aula em alvenaria. Obra de vulto na região.

Adjudicatário: Está sendo executada diretamente pela 7.<sup>a</sup> Residência da CEPE em Passo Fundo.

Localização: Na sede do município de Passo Fundo.

Data de início: Maio de 1960.

Custo previsto: Cr\$ 32.000.000,00.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos em 1960: Cr\$ 2.000.000,00.

Andamento: Iniciada a parte de alvenaria. Conclusão prevista para fins de 1962.

---

#### 1.G.15 PLANO ESPECIAL. G.E. Bibiano de Almeida — Rio Grande.

##### GENERALIDADE

Tipo de projeto: Projeto especial elaborado pela CEPE. Prédio de alvenaria capacidade para 1.000 alunos para 2 turnos. 17 salas de aula — salas especiais. Administração, Jardim de Infância, Salas de Professores, Gabinete Médico e Dentário, Refeitório, Cozinha, Pátio coberto e Apartamento de Zelador. Área total — 2.658 m<sup>2</sup>.

Adjudicatário: Toigo S.A. — Concorrência do Edital n.º 16/60.

Localização: Na sede do município de Rio Grande.

Data de registro no T.C.: Aguardando.

Prazo de conclusão: 320 dias.

Custo previsto Cr\$ 21.100.000,00.

---

#### 1.G.16 PLANO ESPECIAL. G.E. Lilian Neves — Rio Grande.

##### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial elaborado pela CEPE. Alvenaria — Capacidade para 350 alunos em dois turnos — 5 salas de aula — Direção — Cozinha — e Pátio Coberto.

Adjudicatária: 18.<sup>a</sup> Residência da C.E.P.E.

Localização: Arredores da sede do município de Rio Grande.

Data de início: 17/01/61.

Prazo de conclusão: Previsto para agosto de 1961.

Custo previsto: Cr\$ 2.500.000,00.



### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Foi liberada a verba de Cr\$ 800.000,00, em 1960.  
Andamento: A obra está na fase de levantamento das alvenarias.

---

1.G.17 PLANO ESPECIAL. G.E. Alcides Barcelos — Rio Grande.

### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial elaborado pela CEPE. Alvenaria — 14 salas de aula — Capacidade para 850 alunos em dois turnos — salão de conferências — sala de professores — cozinha — administração e biblioteca — área — 1.485 m<sup>2</sup>.

Adjudicatária: Administração direta feita pela 18.<sup>a</sup> Residência da CEPE.

Localização: Na sede do município de Rio Grande.

Data de início: 16/03/61.

Prazo de conclusão: Previsto para 20 meses.

Custo previsto: Cr\$ 11.000.000,00.

### SITUAÇÃO DA OBRA

Andamento: A obra se encontra na fase de fundação. Prédio com 3 pisos — Bloco único.

---

1.G.18 PLANO ESPECIAL. G.E. Fortaleza — Rio Pardo.

### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial elaborado pela CEPE. Alvenaria — Capacidade para 700 alunos em 2 turnos — 10 salas de aula — Administração — Jardim de infância — Cozinha — Pátio Coberto — Sala de professores — Residência de professor — Residência de zelador — Área — 1.787 m<sup>2</sup>. — Prédios em 2 pisos (bloco único).

Adjudicatário: Engenheiro Manoel Luiz Postiga — Concorrência do Edital n.º 11/60.

Localização: Na sede do município de Rio Pardo.

Data do registro no T.C.: Aguardando.

Prazo de conclusão: 270 dias.

Custo previsto: Cr\$ 10.670.000,00 — Verba de 1961 a ser empenhada.

---

1.G.19 PLANO ESPECIAL. G.E. Professor Chaves — Livramento.

### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial elaborado pela CEPE. Prédio de alvenaria — Obra de vulto. Área 2.750 m<sup>2</sup>. — 12 salas de aula.

Adjudicatário: Administração direta pela 19.<sup>a</sup> Res. CEPE.

Localização: Na sede do município de Livramento.

Data de início: Obra iniciada em 1961.

Custo previsto: Cr\$ 27.500.000,00.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Liberados para a Exatoria de Sant'Ana do Livramento. — Cr\$ 10.000.000,00.

Andamento: Recém iniciada.

---

### 1.G.20 PLANO ESPECIAL. G.E. da Rua Nova — Tórres.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Pavilhão de madeira — Projeto especial elaborado pela CEPE — 3 salas de aula — Sanitário de alvenaria e 1 pavilhão separado — Construído em convênio com a Prefeitura Municipal de Tórres, efetuando-se o aproveitamento e transposição de um prédio que existia em Piratuba, naquele município.

Adjudicatário: P.M. de Tórres.

Localização: Na sede do município.

Custo previsto: Cr\$ 590.000,00, como parte da CEPE.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Cr\$ 590.000,00 — Valor total de parte da CEPE — Pago em 1960.

Andamento: Obra concluída.

---

### 1.G.21 PLANO ESPECIAL. G.E. da Ronda — Tórres.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Prédio de alvenaria, 6 salas de aula. Está sendo construído em convênio com a P.M. de Tórres — Em estudo atualmente a sua ampliação para fins de aproveitamento como Colônia de Férias. Estudo à cargo do Grupo de Arquitetura da CEPE.

Adjudicatário: Convênio com a P.M. de Tórres a quem está adjudicado.

Localização: Instalada na localidade denominada Ronda, no município de Tórres.

Custo previsto: Parte da CEPE Cr\$ 3.004.500,00 dividido em três partes.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Faltando a última das três parcelas que perfazem os Cr\$ 3.004.500,00.

Andamento: Em fase de conclusão.

---

### 1.G.22 PLANO ESPECIAL. G.E. Aguia de Haia — Três Passos.

#### GENERALIDADES

Tipo do projeto: Projeto especial elaborado pela CEPE. Prédio de alvenaria com 6 salas de aula.

Adjudicatário: Construtora Aurora Ltda.

Localização: Na sede do município de Três Passos.



Data do registro no T.C.: 19/10/60.  
Data da autorização: 29/10/60.  
Prazo de conclusão: 380 dias.  
Custo previsto: Cr\$ 4.694.310,00.

**SITUAÇÃO DA OBRA**

Pagamentos: Em 1960 — Cr\$ 1.971.000,00.  
Andamento: Revestimentos internos e externos em execução.

---

1.G.23 PLANO ESPECIAL. G.E. Pedro Osório — Pelotas.

**GENERALIDADES**

Tipo de projeto: Projeto especial elaborado pela CEPE — Capacidade para 1.000 alunos para 2 turnos — 17 salas de aula — salas de: Administração — Jardim de infância — Salas especiais — Sala de professor — Gabinete Médico Dentário — Auditório para 300 pessoas. Pátio coberto — Refeitório — Cozinha — Apartamento de zelador — área 3.020 m2.

Adjudicatário: Toigo S.A. — Concorrência feita pelo edital n.º 5/60.  
Localização: Na sede do município.  
Prazo de conclusão: 510 dias. (18/02/62).  
Custo previsto: Cr\$ 29.985.000,00.

**SITUAÇÃO DA OBRA**

Andamento: A obra está na fase de levantamento de estrutura. O estaqueamento e as vigas de fundação já estão concluídas.

---

1.G.25 Ampliação da Escola Técnica de Agricultura de Viamão

**GENERALIDADES**

Tipo de projeto: Construção de um pavilhão de madeira para dormitórios, com instalações sanitárias próprias — construção de um refeitório — cozinha com capacidade para 600 refeições por vez. — Prédio de alvenaria — Obra de vulto.

Adjudicatário: Toigo S.A. — Contrato n.º 46/60 de 23/9/60. Para construção. Metalúrgica Wallig S.A. — Contrato n.º 49/60 para instalação de equipamento de cozinha.

Localização: Na sede do município de Viamão.

Finalidades: Ensino Técnico Agrícola.

Data registro no T.C.: Para a construção da obra em 28/10/60. Para instalação de equipamento de cozinha — Aguardando.

Data da autorização: Para construção — 07/11/60.

Para instalação cozinha: Aguardando.

Prazo conclusão: Para construção 140 dias. Para instalação de equipamento de cozinha 30 dias. Para fornecimento de equipamento e mais 30 para suas instalações.

Custo previsto: Para construção — Cr\$ 8.180.000,00. Para instalação equipamento de cozinha — Cr\$ 4.254.000,00.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamento: Em 14 parcelas para construção quase totalmente pagas.  
Andamento: Obra em fase de conclusão — Concretagem do fôrro.

---

### 1.G.26 Ampliação da Escola de Mestria Agrícola Canadá — Viamão.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto elaborado pelo Grupo de Arquitetura da CEPE — Obra de madeira.

Adjudicatário: Pavilhão com 3 salas de aula, mais sanitários, secretarias, etc. pela firma Construtora Capão da Canóia Ltda. Pavilhão para dormitório com sanitários, pela firma Persson & Cia. Reforma e pinturas gerais nos prédios existentes, diretamente pela 11.<sup>a</sup> Residência da CEPE.

Finalidade: Escola de Ensino Técnico.

Localização: No perímetro urbano do município de Viamão.

Data registro no T.C.: Aguardando.

Custo previsto: Para o pavilhão das salas — Cr\$ 1.091.490,00. Para o pavilhão dos dormitórios — Cr\$ 915.000,00 e para as demais reformas Cr\$ 1.300.000,00.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Ainda não iniciados.

Andamentos: Pretende-se a construção de 1 pavilhão com 3 salas de aula, com sanitários, secretaria etc., para o G.E. João Dutra, anexo à E. de Mestria Agrícola Canadá — A construção de 1 pavilhão p/dormitórios, com sanitários — Reformas gerais nos prédios existentes, com pinturas, etc. — Calculada para julho de 1961. Substituição de vidros e telhas quebrados com temporal havido.

---

### 1.G.27 Ampliação da Escola Agrícola Assis Brasil — Bagé.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Bloco com 4 salas de aula (aguardando projeto) — Pavilhão para centro médico, com 132 metros quadrados — 2 casas lares com 278 m<sup>2</sup> cada uma — aguardando a complementação dos projetos pelo Grupo de Arquitetura da CEPE, bem como, as estimativas de custo dos mesmos.

Localização: Na sede do município de Bagé.

---

### 1.G.28 Ampliação da Escola Agrícola Santa Isabel — São Lourenço do Sul.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Diversas construções — Ampliação das instalações da Escola Agrícola Santa Isabel — Área, 152 m<sup>2</sup> — Alvenaria.

Novas construções: 2 casas lares — 1 pavilhão para centro médico — área aproximada de 688 m<sup>2</sup>. Aguardando a complementação dos projetos pelo Grupo de Arquitetura da CEPE.



G.E. de Madeira: Execução por administração direta pela 5.<sup>a</sup> Residência da CEPE — Pelotas.

Localização: Na sede do município de São Lourenço do Sul.

Custo previsto: Para ampliação — Cr\$ 1.050.000,00. Para as casas lares e Pavilhão para centro médico — Cr\$ 7.000.000,00. Para o G.E. de Madeira — Cr\$ 370.000,00. Num total de Cr\$ 8.420.000,00. Foram liberados — Cr\$ 3.370.000,00.

---

1.G.29 Ampliação da Escola Agrícola Celeste Gobbato em Palmeira das Missões

### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto especial de residências para professores elaborado pela CEPE.

Adjudicatário: Execução direta.

Finalidade: Moradia p/professores da escola.

Localização: Junto à escola acima, nos arredores da sede do município.

Custo previsto: Cr\$ 1.000.000,00.

### SITUAÇÃO DA OBRA

Foram concluídas 2 residências de madeira e 1 de alvenaria. Estão para serem iniciados os trabalhos de construção de mais 2 casas de madeira.

---

1.G.30 Ampliação da Escola Técnica Rural de Gravataí.

### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto elaborado pela Equipe de Projetos Técnicos da CEPE — Madeira e alvenaria.

Adjudicatários: Para a parte de adaptação da cozinha e instalação de lavanderia, as obras foram adjudicadas à firma M. Wallig S.A. As demais obras serão administradas diretamente pela CEPE através da 11.<sup>a</sup> Residência da CEPE.

Finalidades: Ensino Técnico.

Localização: No perímetro da sede do município de Gravataí.

Custo previsto: Foi colocada à disposição da 1.<sup>a</sup> Res. a importância de Cr\$ 864.839,60 e empenhada a favor da M. Wallig S.A. a importância de Cr\$ 1.749.900,00.

### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Estão sendo utilizadas gradativamente as verbas destinadas à administração por parte da 11.<sup>a</sup> Residência, ao passo que ainda não foi feito qualquer pagamento à firma M. Wallig S.A. por não ter a mesma iniciado o setor que lhe foi destinado.

Andamento: Está construído um pavilhão de madeira com 4 salas de aula s/sanitários para o G.E. anexo à E.T.R. de Gravataí (valor de Cr\$ 418.739,60), em fase de execução está a construção de 1 reservatório elevado p/abastecimento d'água (verba disponível da SEC de Cr\$ 200.000,00), estão sendo executadas as demais obras compl. (Cr\$ 246.100,00 verba da SEC) e será feita a adapt. da cozinha (ampl. de Cr\$ 1.094.900,60) bem como a instalação de 1 lavanderia (valor Cr\$ 659.000,00).

---

### 1.G.31 Ampliação da Escola Técnica Rural de Candelária.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Estão previstas 6 casas para professores e empregados.  
— Área aproximada de 400 m<sup>2</sup>. Construção em madeira.  
Localização: Nos arredores da sede do município de Candelária.  
Custo previsto: Cr\$ 1.400.000,00.

### 1.G.32 Ampliação da Escola Técnica Rural de São Leopoldo.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Reforma do prédio central e sanitários. Projeto elaborado pela CEPE.  
Adjudicatário: Administração direta da CEPE, através da 2.<sup>a</sup> Residência.  
Finalidade: Ensino Técnico.  
Localização: Situada em Feitoria Velha, município de São Leopoldo.  
Custo previsto: A reforma feita custou a CEPE Cr\$ 151.002,30 — A Secretaria de Educação e Cultura pôs à disposição uma verba de Cr\$ 500.000,00 para novas ampliações, entretanto, os prédios ultrapassam de muito os créditos disponíveis. A estimativa para o que se necessitaria fazer é de aproximadamente Cr\$ 1.500.000,00. Foi solicitado o pronunciamento da Subsecretaria do Ensino Técnico da SEC a respeito do assunto.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: De parte da CEPE foi consumida na reforma a importância de Cr\$ 151.002,30.  
Andamento: Obra paralisada, aguardando pronunciamento da Subsecretaria do E. Técnico

### 1.G.33 Ampliação e instalação da Escola Rural Técnica — São Borja.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Obra executada mediante convênio com o Governo Federal e com verbas federais. Existe o problema da construção de um pavilhão para máquinas que ainda não foi feito, pois há verba à disposição do Diretor da Escola para tal finalidade.  
Adjudicatário: Está em concorrência a construção da residência para o Diretor da Escola.  
Finalidade: Ensino Técnico Rural.  
Localização: Nos arredores da sede do município de São Borja.  
Custo previsto: Foram gastos pela CEPE Cr\$ 1.200.000,00 na conclusão da etapa de ampliação e instalação da escola.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Conforme já foi mencionado a CEPE empregou Cr\$ 1.200.000,00 nesta etapa das obras.  
Andamento: A parte de ampliação e instalação adjudicadas inicialmente à CEPE foram concluídas. Resta a questão da construção do pavilhão para máquina, cuja verba, por parte do Governo Federal já está à disposição



do Diretor da Escola e a construção da residência p/Diretor que está em concorrência.

---

1.G.34 Construção em convênio e instalação da Escola Técnica Rural em São Luiz Gonzaga.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Obra encontrada pela CEPE em execução (1.ª Etapa) mediante convênio com verbas federais. A Subsecretaria do Ensino Técnico programará outra etapa em localidade a ser determinada.

Custo: Foram gastas pela CEPE Cr\$ 650.000,00 na conclusão das obras. Não há ainda precisão para outra etapa desejada.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Pela CEPE Cr\$ 650.000,00.

Andamento: Existe ainda alguns problemas de arremate para serem solucionados.

---

1.G.38 Instalação de Escola Agrícola resultante de acordo — Erechim. Escola Agrícola de Erechim

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Alvenaria. Conclusão do prédio da escola. Possui 6 salas de aula e 1 internato.

Adjudicatário: Execução direta pela 15.ª Residência da CEPE, em Erechim.

Localização: Nos arredores da sede do município de Erechim.

Custo previsto: Cr\$ 3.000.000,00.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Concluída e paga.

---

1.G.39 Instalação da Escola Agrícola resultante de acordo — Guaporé.

#### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Em fase de estudos no Grupo de Arquitetura da CEPE.

Adjudicatário: As obras serão executadas diretamente pela CEPE através da 16.ª Residência.

Finalidade: Ensino Técnico Agrícola.

Localização: No perímetro urbano da cidade de Guaporé.

Custo previsto: Ainda não foi feito. Há no entretanto uma verba de Cr\$ 2.000.000,00, disponível para as obras em questão.

#### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamento: Não há determinação precisa. Há uma verba disponível de Cr\$ 2.000.000,00 que está sendo progressivamente aplicada.

Andamento: Em fase de construção. Está numa casa-lar, sem cozinha. Em fase de estudo e projeto está a seguinte complementação: 2 casas lares sem cozinha; 1 refeitório com cozinha (pavilhão); 1 pavilhão de salas de aula, gabinetes, serviço médico, dentário, etc.

---

1.G.41 Instalação da Escola Agrícola resultante de acôrdo — Santiago.

**GENERALIDADES**

Tipo de projeto: Em reunião levada a efeito com o Senhor Subsecretário do Ensino Técnico, ficou determinado que seria construído um prédio tipo "C" naquele local, tipo êsse padrão, projetado pelo Grupo de Arquitetura da CEPE. Está em estudo um programa que consta de: Dormitórios para 60-80-100 ou 150 alunos. — Vestiário — Lavatórios — Sanitários — Rouparia — Apartamento p/professor — Refeitório (de acôrdo com o número de alunos) — Copa — Cozinha — Almoxarifado — Sanitários de serviço — Secretaria — Diretoria — Sala de espera — Laboratório — Três salas de aula (painel móvel). — Para 100 alunos, pátio coberto.

Adjudicatário: Em estudo se, diretamente ou por concorrência pública.  
Custo previsto: Em estudo.

---

1.G.52 Escola Técnica Parobé

**GENERALIDADES**

Tipo de projeto: Projetos especiais elaborados no Grupo de Arquitetura da CEPE, obra inteiramente de alvenaria.

Adjudicatário: Construções, Terraplanagem e Pavimentações Ltda. e Empresa Construtora do Sul Ltda.

Finalidades: Ensino Técnico Profissional e Industrial.

Localização: Atêrro da Praia de Belas, no perímetro urbano da capital.

Data registro no T.C.: Em 15/07/60, para a firma Empresa Construtora do Sul Ltda., e 28/3/60 para a firma Construções, Terraplanagem e Pavimentações Ltda.

Data das autorizações: Em 29/7/60 para a firma E.C. do Sul Ltda. e em 30/3/60 para a firma Construções, Terraplanagem e Pavimentações Ltda.

Prazo de conclusão: Para os trabalhos atribuídos à firma E. Constr. do Sul Ltda. 280 dias da comunicação e para as da Construções, Terraplanagem e Pavimentações Ltda.

Custo real ou contratado: Pavilhão de oficinas Cr\$ 36.099.471,90 — Pavilhão de Administração — Cr\$ 16.091.196,00. O primeiro adjudicada à E.C. do Sul e o último a Consterpa Ltda.

**SITUAÇÃO DA OBRA**

Pagamentos: A firma Empresa Construtora do Sul Ltda. já recebeu o valor total do contrato porquanto já concluiu a sua parte na obra. Quanto à Consterpa, foram liquidados os valores correspondentes do que foi feito num montante de Cr\$ 14.600.000,00, faltando, portanto, aproximadamente Cr\$ 1.500.000,00.

Andamento: Os pavilhões de oficinas estão concluídos e o pavilhão de administração está pendente da conclusão de esquadrias de alumínio, colocação de pastilhas de porcelana no pavimento térreo e diversos arremates generalizados



## OBSERVAÇÕES

Cabe esclarecer que numa etapa anterior à gestão da CEPE, foram iniciados os trabalhos dos referidos pavilhões empregando-se para tanto uma verba de Cr\$ 30.000.389,90, disponível na oportunidade, sendo Cr\$ ..... 20.819.106,30, para o Pavilhão de Oficinas na execução de suas estruturas de concreto armado, com respectivas fundações, e paredes de alvenaria.

Êstes trabalhos foram executados pela Construtora Santo Antônio S.A., a qual pleiteou e obteve um reajustamento sôbre êsses serviços no valor aproximado de Cr\$ 5.000.000,00 e sendo — Cr\$ 9.181.283,60 para o Pavilhão de Administração na execução de sua estrutura de concreto armado e respectivas fundações, obras estas adjudicadas à firma Construtora Willi Paul Ltda., no montante de Cr\$ 6.786.693,60 e ainda na execução das paredes de alvenaria construídas pela firma Construtora Santo Antônio S.A., pelo montante de Cr\$ 2.394.590,00.

---

1.G.5: Escola Industrial Senador Pasqualini. — Novo Hamburgo.

## GENERALIDADES

Tipo de projeto: Houve reforma geral no prédio central da escola — Execução de muros — escadas etc. Foi dada assistência técnica pela CEPE em outros reparos e cargo direto da direção da escola.

Adjudicatário: Execução feita diretamente pela 2.<sup>a</sup> Residência da CEPE.

Localização: No perímetro urbano da sede do município.

Custo previsto: A CEPE aplicou Cr\$ 1.036.600,90 na forma iniciada.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Em 1960 foram pagos Cr\$ 1.036.600,90 através da Exatonia de Novo Hamburgo integralizando tôdas as despesas feitas.

Andamento: Obra totalmente concluída.

---

1.G.55 Escola Técnica Elementar de Cachoeirinha, ampliação — Pôrto Alegre

## GENERALIDADES

Tipo de projeto: Construído um pavilhão de madeira cursos de corte, costura e arte culinária, anexo ao GE. Governador Roberto Silveira.

Adjudicatário: Construtora Asmuz Ltda.

Localização: Cachoeirinha — município de Gravataí.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamento: Todos efetuados.

Andamento: Obra concluída.

---

1.G.56 Escola Industrial de Taquara — Instalação e ampliação — Taquara.

## GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto elaborado na CEPE, em vias de ser publicado o edital de concorrência pública, no Diário Oficial do Estado — Prédio de alvenaria.

Adjudicatário: Parte dos serviços deve ser elaborado pela 11.<sup>a</sup> Residência, isto é, a adaptação existente. A concorrência do pavilhão, isto é, a construção está aguardando a concorrência.

Finalidade: Ensino Técnico Industrial.

Localização: Sede do município de Taquara.

Custo previsto: Verba específica, no valor de Cr\$ 2.000.000,00. Para a adaptação do pavilhão existente e verba de Cr\$ 15.000.000,00 disponível na SEC para construção do pavilhão de salas de aula.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamento: Não iniciado.

Andamento: Aguardando ultimação na publicação dos projetos — Serviços a serem executados. Adaptação do pavilhão existente pela 11.<sup>a</sup> Residência da CEPE e construção de um pavilhão de salas de aula e administração. (Prédio de alvenaria) por eventual vencedor de concorrência pública.

---

1.G.58 Escola Industrial em construção — Ijuí.

## GENERALIDADES

Tipo de projeto: Prédio de alvenaria — Projeto especial com 5 salas de aula e 3 pavilhões de oficinas.

Adjudicatária: Prefeitura Municipal de Ijuí.

Finalidade: Ensino Técnico Industrial.

Localização: Arredores da sede do município de Ijuí.

Custo previsto: Cr\$ 17.987.299,00.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Em execução os alicerces.

---

1.G.59 Escola Industrial — Erechim.

## GENERALIDADES

Tipo de projeto: Bloco 1 — Pavilhão de alvenaria. Com 12 salas de aula e administração. Blocos 2 e 3 — Pavilhões de alvenaria para oficina.

Adjudicatário: Firma: Mühlen & Santos Ltda.

Finalidade: Ensino Técnico Industrial.

Localização: Sede do município de Erechim.

Data registro T.C.: Bloco 1 — 21/12/59. Blocos 2 e 3 — 08/07/60.

Data de autorização: Bloco 1 — 07/01/60. Blocos 2 e 3 — 16/07/60.

Prazo de conclusão: Bloco 1 — 240 dias. Blocos 2 e 3 — 240 dias.

Custo das obras: Estrutura Bloco 1 Cr\$ 6.807.124,70. Blocos 2 e 3 Cr\$ 7.198.875,60. Concl. bloco 1 Cr\$ 14.306.960,00.



### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos em 1960: Bloco 1 — Cr\$ 6.807.124,70. Blocos 2 e 3 — Cr\$ 4.133.884,00.

Andamento: Em conclusão os 2 pavilhões das oficinas e em execução as construções de alvenaria do prédio principal.

---

1.G.60 Escola Elementar da República — Pôrto Alegre.

### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto elaborado no Grupo de Arquitetura e de Cálculos da CEPE — Executadas reformas e adaptações de instalações elétricas.

Adjudicatário: Administração direta através da 1.ª Residência da CEPE.

Finalidades: Ensino Técnico.

Localização: Perímetro urbano da capital.

### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Efetuados.

Andamento: Concluídos todos os trabalhos de reformas pleiteadas.

---

1.G.61 Escola Técnica Elementar do Partenon — Pôrto Alegre.

### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto de reforma elaborado pelo Serviço Técnico da 1.ª Residência da CEPE.

Adjudicatário: Trabalhos executados p/administração direta da CEPE, através da 1.ª Residência.

Finalidade: Ensino Técnico.

Localização: Bairro do Partenon, nesta capital.

### SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamento: Correspondentes a reforma pleiteada todos liquidados.

Andamento: Todos os trabalhos de reforma foram concluídos.

---

1.G.62 Escola Técnica e Elementar da "Tristeza" — Pôrto Alegre.

### GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto elaborado na CEPE, feitas reformas e adaptação. Em estudo a aquisição da propriedade oferecida pelo locatário — Processo já encaminhado à Subsecretaria do Ensino Técnico da S.E.C.

Adjudicatário: Serviço administrado diretamente pela CEPE, através da 1.ª Residência.

Finalidade: Ensino Técnico.

Custo previsto: Cr\$ 35.892,20.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Integralizados em seu valor total ou seja Cr\$ 35.892,20.  
Andamento: Obra concluída.

---

1.G.63 Escola Técnica Elementar da Chácara das Pedras — Pôrto Alegre.

## GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto de reforma e adaptação elaborado no Grupo de Arquitetura na CEPE — Serviço de pintura e reformas.

Adjudicatário: Reforma e adaptação no prédio feito por administração direta da CEPE através da 1.<sup>a</sup> Residência.

Finalidade: Ensino Técnico.

Localização: Arrabalde da capital.

Custo previsto: Cr\$ 65.290,40.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Integralizados.  
Andamento: Obras concluídas.

---

1.G.65 Ampliação da Escola Técnica — Lar Amigo Germano — Pôrto Alegre — Acôrdo.

## GENERALIDADES

Tipo de projeto: Projeto elaborado pelo Grupo de Arquitetura da CEPE.

Adjudicatária: Serviços executados pela CEPE, através da 1.<sup>a</sup> Residência.

Finalidades: Ensino Técnico.

Localização: Rua Santana — Nesta Capital.

Custo previsto: Cr\$ 336.660,90.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Efetuados em 1960 — Cr\$ 333.060,90. Valor total dos serviços executados.

Andamento: Foi construído um pavilhão de madeira para 5 salas de aula — Obra executada.

---

1.G.70 Ampliação da Escola Técnica Elementar Tricentenária La Salle — Esteio — Acôrdo.

## GENERALIDADES

Tipo de projeto: Houve solicitação de Projetos e verba à CEPE, além de assistência técnica na execução da obra. O projeto em questão foi executado.

Adjudicatário: Administração direta da CEPE através da 2.<sup>a</sup> Residência.

Localização: Na sede do município de Esteio.



**FEE-C**  
**BIBLIO**

**SITUAÇÃO DA OBRA**

Andamento: Obra totalmente concluída e paga.

**1.G.74 Construções de Retomadas — Conclusão de Obras.**

**GENERALIDADES**

A CEPE teve também a seu cargo, a conclusão de obras que por esse ou aquele motivo se encontravam paralisadas. Alguma dessas obras, estavam nos alicerces, sendo praticamente reconstruídas. Deve se acrescentar ainda que algumas são obras de vulto, acarretando grandes despesas a esse Órgão Executivo, despesas extras, compensadas com regular potencial de matrícula proporcionado.

**BALANÇO DAS ATIVIDADES**

N.º de prédios concluídos .....	25
N.º de prédios em construção .....	15
<b>TOTAL DE PRÉDIOS .....</b>	<b>40</b>
N.º de salas concluídas .....	132
N.º de salas em construção .....	92
<b>TOTAL DE SALAS .....</b>	<b>224</b>
Potencial de matrículas de prédios concluídos .....	9.240
Potencial de matrículas de prédios em construção .....	6.440
<b>Potencial TOTAL DE MATRÍCULAS .....</b>	<b>15.680</b>
Custo de prédios concluídos .....	Cr\$ 140.316.812,00
Custo de prédios em construção .....	Cr\$ 63.857.244,10
<b>CUSTO TOTAL PREVISTO .....</b>	<b>Cr\$ 204.174.056,10</b>

**1.G.75 PLANO ESPECIAL. Escola Superior de Educação Física — (E.S.E.F.)**

**GENERALIDADES**

Tipo de projeto: Projetos especiais, todos eles elaborados no Grupo de Arquitetura da CEPE. Obra de grande vulto — Prédios de alvenaria.

Adjudicatário: Empresa Construtora Ernesto Woebcke S.A. e Carlos Zvoboda.

Finalidades: Prédios destinados ao Ensino Técnico Profissional e de Educação Física.

Localização: Nesta Capital.

Datas dos registros no T.C.: 15/02/60 — 1.ª Etapa — Empresa Construtora Ernesto Woebcke S.A. — 03/05/60 — 1.ª Etapa — Empresa Construtora Ernesto Woebcke S.A. — 03/05/60 — 1.ª Etapa — Empresa Construtora Ernesto Woebcke S.A. — 08/08/60 — 2.ª Etapa — Empresa Construtora Ernesto Woebcke S.A.

Datas das autorizações: 18/02/60 — 06/05/60 e 11/08/60.  
Prazos de conclusão: 180 dias para cada setor indicado no final.  
Custo previsto: Cr\$ 18.000.000,00.

## SITUAÇÃO DA OBRA

Pagamentos: Cr\$ 1.385.793,00 da 1.<sup>a</sup> Etapa — Verba da CEPE. Pagamento efetuado. Cr\$ 2.745.017,50 da 2.<sup>a</sup> Etapa — Verba da CEPE. Cr\$ 4.000.000,00 da 2.<sup>a</sup> Etapa — Verba Federal. Cr\$ 568.187,50 da 3.<sup>a</sup> Etapa — Verba da CEPE. Parte de Cr\$ 1.647.100,50 da 3.<sup>a</sup> Etapa — Verba Federal. Parte de Cr\$ 466.850,00 obras do Projeto Especial, Verba da CEPE.

Andamento: **Pavilhão coberto para ginástica e educação física: 1.<sup>a</sup> Etapa** — Estrutura de madeira laminada e colada em forma de arcos com cobertura de alumínio, sendo os arcos apoiados em cavaletes de concreto armado — Obra Concluída. **2.<sup>a</sup> Etapa:** Dois andares de alvenaria com estrutura de concreto armado, contrapiso geral, palco, camarins, sanitários, esquadrias, instalações hidráulico-sanitárias, elétricas e pintura geral — Obra Concluída. **3.<sup>a</sup> Etapa:** Pavilhão coberto: Instalações elétricas, forros e assoalhamento do piso. Falta concluir apenas o assoalhamento indicado. **Projeto Especial:** Lanchas de basquete, woley e tenis — Obra em meio andamento. **Próximas Obras:** Estádio Olímpico, com projeto já concluído. Terraplanagem projetada com máquinas do DAER prestes a executarem os serviços. Pavilhão anexo, de vestiários, salas especiais e instalações complementares. Projeto em vias de conclusão e edital de concorrência pública prestes a ser publicado.

## 1.G.76 Programa de ampliações

### GENERALIDADES

Dentro das atribuições da CEPE, existe uma que se refere à ampliações de prédios escolares.

Estas ampliações são impostas por várias razões; onde predomina a da dificuldade de novos terrenos e da necessidade funcional de determinadas escolas.

É conveniente notar que os novos prédios escolares, ora em exercício pela CEPE, dado seus tipos de projetos e dimensões de terrenos, são sempre passíveis de ampliação.

### BALANÇO DAS ATIVIDADES

Número de ampliações executadas .....	23
Número de salas de aulas .....	73
Potencial de matrícula .....	5.110
Custo das obras .....	Cr\$ 15.820.761,00

**1.H Atividades Culturais.** Variadas manifestações culturais nos setores das ciências, artes e letras têm sido difundidas através das realizações da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, a qual também vem dando apoio e estímulo a atividades de caráter cultural. Temos a destacar no ano de 1960:

**Concertos e Espetáculos.** Os concertos e espetáculos gratuitos, sob a responsabilidade da Divisão de Cultura, realizaram-se no Teatro São Pedro,



em bairros de Porto Alegre e em 19 cidades do interior — num trabalho junto às classes populares para a democratização da cultura. Cumpre, igualmente, ressaltar os concertos endereçados à juventude que se constituíram numa inovação. O movimento foi o seguinte:

Teatro São Pedro — 252 apresentações  
Bairros da Capital — 58 apresentações  
Interior do Estado — 99 apresentações.

**Seminário Sul Rio Grandense de Música.** Iniciativa pioneira sob promoção oficial, e de larga repercussão no País e mesmo no Estrangeiro, congregou nomes de projeção nacional e internacional como professores; e teve a freqüentar-lhe os vários cursos, em regime de gratuidade, 253 alunos. Foi resultante imediata uma série de apresentações individuais e concertos, entre os quais sobressaem a Orquestra de Câmara e Coral, formados durante o Seminário.

**Festival de Artes Plásticas contemporâneas e outras exposições.** Com a participação de 133 artistas, este primeiro Festival registrou expressivo êxito pois 42.500 visitantes o prestigiaram. Além disso, possibilitou a artistas de todos os recantos do País concorrer aos prêmios instituídos para as diferentes modalidades de expressão de artes plásticas contemporâneas. Neste setor, pode-se enunciar ainda, exposição itinerante de artistas rio-grandenses, que visitou as principais cidades deste Estado, possibilitando, com essa orientação, tornar conhecidos artistas gaúchos; e, mais, as exposições permanentes do acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, em sua galeria.

**Escolinha de Arte.** Visando à formação artística da infância e da juventude, foi criada a Escolinha Infante-Juvenil, com funcionamento no Pavilhão junto ao Teatro São Pedro. Com o mesmo objetivo de estimular a livre manifestação das tendências artísticas da criança, desenvolvem-se atividades desse tipo nas Bibliotecas Infantis.

**Biblioteca Pública.** A Biblioteca Pública — com obras de restauração de grande porte, no objetivo de preservar rico patrimônio do Estado; bem como o de reorganização técnica ofereceu, em 1960, a 81.424 frequentadores o seu precioso acervo bibliográfico de 89.872 volumes.

**Museu Rio Grandense de Ciências Naturais.** Este Museu, que se vem destacando pelo valor de suas pesquisas, muito está contribuindo para o desenvolvimento do terreno especializado em que atua. Edita uma das mais prestigiadas revistas científicas — a "Iheringia" — mediante a qual mantém intercâmbio com entidades desse tipo em 45 países, no total de 475 instituições.

**Outras atividades.** Assinala-se, ainda, o crescente desenvolvimento das seguintes instituições: Bibliotecas Públicas Infantis, Discoteca Pública, Instituto Estadual do Livro, Instituto de Tradições e Folclore, Museu "Júlio de Castilhos" e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

---

**1.1 Formação de Professores.** Para a formação dos professores necessários à realização do Plano Educacional, funcionam em nosso Estado, 26 escolas normais oficiais e 70 oficializadas ou particulares, com uma matrícula, respectivamente, de 2.927 e 5.779 alunos, somando 8.706. Dêstes números 522 foram formandas (professorandas) de estabelecimentos oficiais e 1.141, de escolas particulares de diversos ciclos, num total de 1.663 profes-

sorandas. Para superar o déficit existente entre as formandas e as necessidades do Estado, teve-se de lançar mãos dos chamados Auxiliares de Ensino. Assim, contratou-se 2.065 diplomadas e 1.585 Auxiliares de Ensino. Estes, depois de submetidos a exames de seleção e a Cursos de Aperfeiçoamento Pedagógico, ficaram reduzidos a 1.132, apenas 7% do Quadro Docente Primário do Estado, em 1960.

---



SAÚDE PÚBLICA — ABASTECIMENTO D'ÁGUA —  
SANEAMENTO

## 2 — SAÚDE PÚBLICA. ÁGUA E SANEAMENTO.

### 2.A.1 Hidráulica de Antônio Prado

#### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — Julho de 1958.

**Captação** — Perfurado um poço profundo. Construído o abrigo para o grupo eletro-bomba de recalque.

**Distribuição** — Concluída a rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>, com 6.100 m. Construídos 160 ramais domiciliários e dois reservatórios enterrados de 100 m<sup>3</sup> e 200 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 586.439,20 mais auxílio federal (Cr\$ 1.500.000,00).

#### Obras executadas em 1959

**Captação** — Montado o grupo de recalque sobre o poço profundo.

**Distribuição** — Concluído um reservatório enterrado de 200 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.914.252,10.

#### Obras executadas em 1960

**Captação** — Perfurado mais um poço profundo.

**Distribuição** — Construídas as câmaras de manobras dos reservatórios.

**Obras acessórias** — Urbanização do parque da hidráulica.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 1.286.099,30.

#### Conclusão das obras

Janeiro de 1960, entrou em funcionamento.

---

### 2.A.2 Hidráulica de Aratiba

#### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — Agosto de 1958.

**Captação** — Perfurado um poço profundo com capacidade de 15.000 l/n e construído o abrigo para o grupo eletro-bomba, de recalque.

**Distribuição** — Assentados 2.150 m de canalizações de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> da rede. Construído um reservatório enterrado de 100 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Até 31.1.59 Cr\$ 894.480,60.



**Obras executadas em 1959**

**Captação** — Montagem de grupo de recalque sobre poço profundo.  
**Distribuição** — Prosseguimento da construção da rede de distribuição tendo sido assentados 850 m.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 798.212,80.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Feitas obras de acabamento no abrigo de grupo eletro-bomba. Executadas as ligações da bomba à rede d'água e desta ao reservatório.  
**Obras acessórias** — Realizada a urbanização do parque da hidráulica.  
**Despesas empenhadas** — Cr\$ 803.000,00.

**Conclusão das obras**

Hidráulica inaugurada em abril de 1960.

---

**2.A.3 Hidráulica de Arroio do Meio**

**Obras executadas**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

Cr\$ 11.770.508,60.

**Despesas realizadas em 1959**

Cr\$ 4.590.967,40 (Pagamento de dívidas).

---

**2.A.4 Hidráulica de Bom Jesus**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das Obras** — Agosto de 1957.

**Captação** — Executada em caráter provisório, para prova da rede e de reservatório.

**Distribuição** — Construída a rede de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>, com 8.123 m e cerca de 200 ramais domiciliares. Foi concluído um reservatório elevado de 200 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 4.744.817,30.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 944.161,10.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Câmaras de tomada e poço de bombas.

**Tratamento** — Iniciadas as obras de terraplanagem da estação de tratamento, mediante contrato firmado com a Construtora Sant'Anna Ltda.

**Distribuição** — Obras concluídas.  
**Despesas empenhadas** — Cr\$ 38.941,10.

**Obras a executar**

**Captação** — Construção da câmara, poço de bombas, montagem dos grupo eletro-bombas de recalque e construção da adutora do 1.º recalque.

**Tratamento** — Conclusão da estação, que será do tipo clássico, para tratamento com sulfato de alumínio, cal e cloro.

**Obras acessórias** — Casa do zelador e parque.

**Despesas previstas** — Cr\$ 15.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Fins de 1962.

---

**2.A.5 Hidráulica de Caçapava do Sul**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — abril de 1958.

**Distribuição** — Construídos cerca de 2.500 m de rede de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>, de um total de 14.270 m. Concluído um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.615.237,50.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 1.287.896,70.

**Obras executadas em 1960**

**Distribuição** — Construídos um reservatório enterrado de 30 m<sup>3</sup>, casa de bombas e linha de recalque da fonte ao reservatório elevado. Montado o primeiro dos dois grupos eletro-bombas.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 148.731,20.

**Obras a executar**

**Captação** — Construção da barragem, câmara de captação e poços de bombas junto ao Arroio das Pedras. Assentamento da linha de recalque, grupos eletro-bombas e linha elétrica.

**Tratamento** — Construção da casa do tratamento, filtros, decantador, acondicionador, casa do laboratorista, reservatório de acumulação e parque.

**Distribuição** — Conclusão da rede e execução dos ramais domiciliários.

**Despesas previstas** — Cr\$ 28.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em 1963.

---



## 2.A.6 Hidráulica de Cacequi.

### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — abril de 1958.

**Captação** — Perfurados dois poços profundos, com descarga de 12.000 l/hora e 14.000 litros por hora.

**Distribuição** — Concluído um reservatório enterrado de 900 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 2.957.966,40.

### Obras executadas em 1959

Nenhuma.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.666,20.

### Obras executadas em 1960

Nenhuma.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 3.248,80.

### Obras a executar

**Captação** — Construção dos abrigos para os grupos eletro-bombas sobre os poços. Instalação dos referidos grupos de recalque. Construção da linha elétrica até o local dos poços.

**Distribuição** — Execução da rede e ramais domiciliários.

**Despesas previstas** — Cr\$ 10.000.000,00.

### Conclusão das obras

Em julho de 1962.

---

## 2.A.7 Hidráulica de Candelária.

### Obras executadas

Hidráulica concluída em 1958.

### Despesas realizadas até 31.1.59

Cr\$ 13.433.607,80

### Despesas realizadas em 1959

Cr\$ 250.432,40 (Pagamento de dívidas).

---

## 2.A.8 Hidráulica de Canela.

### Obras executadas até 31.1.61

Início das obras — abril de 1954.

**Captação** — Construídos cerca de 5.000 m da linha do primeiro recalque. Iniciadas as escavações para a construção do poço de bombas e câmara de captação.

**Andamento** — Construída a estação para o tipo clássico de tratamento, faltando o assentamento dos aparelhos e obras de arremate. Concluídos o parque e a casa do laboratorista.

**Distribuição** — Construídos 14.568 m de rede de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> e 400 metros domiciliários.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 17.400.405,80.

#### Obras executadas em 1959

**Captação** — Prosseguimento da construção da câmara de captação, poço de bombas e linha do primeiro recalque. Adquiridos novos grupos para o primeiro recalque.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 4.025.459,00.

#### Obras executadas em 1960

**Captação** — Concluída a linha do 1.<sup>o</sup> recalque, com o assentamento de 2.500 m de canalização. Construída a câmara e o poço de bombas e feita a montagem dos grupos eletro-bombas.

**Tratamento** — Urbanização do parque da hidráulica e arremates na estação de tratamento.

**Distribuição** — Concluída a rede com o assentamento de 800 m, perfazendo um total de 15.368 m de extensão.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 2.354.687,90.

#### Obras a executar

**Obras acessórias** — Acabamento e retoques gerais.

**Despesas previstas** — Cr\$ 2.000.000,00.

#### Conclusão das obras

Em março de 1961.

---

### 2.A.9 Hidráulica de Cangussu.

#### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — março de 1958.

**Distribuição** — Construídos cerca de 500 m de rede de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>. Concluído um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 2.446.329,50.

#### Obras executadas em 1959

**Distribuição** — Prosseguimento da construção da rede de distribuição.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 200.576,40.

#### Obras executadas em 1960

**Tratamento** — Concluídas as escavações da estação de tratamento e da casa do laboratorista.

**Distribuição** — Foram assentados 9.107 m de canalizações, perfazendo um total de 9.607 m de extensão.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 448.274,20.



### Obras a executar

**Captação** — Construção da barragem, câmara de tomada e poço de bomba. Assentamento de canalizações adutoras, instalação dos grupos de recalque e linha elétrica.

**Tratamento** — Execução de tôdas as unidades para o tratamento clássico, casa de tratamento, casa do laboratorista e parque.

**Distribuição** — Provas da rêde e pequenos avanços de arremates.

**Despesas previstas** — Cr\$ 29.000.000,00.

### Conclusão das obras

Em princípios de 1963.

---

## 2 A.10 Hidráulica de Carásinho.

### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — Setembro de 1953.

**Captação** — Perfurados dez poços e construídos um abrigo para o grupo eletro-bomba sôbre um dêles.

**Tratamento** — Estação de tratamento em adiantada fase de construção.

**Distribuição** — Construída a rêde de distribuição com 21.025 m. Construído um reservatório enterrado de 1.500 m<sup>3</sup> e um elevado de 500 m<sup>3</sup>.

**Obras acessórias** — Construída a casa para moradia do laboratorista.

**Despesa realizada** — Cr\$ 14.910.172,10.

### Obras executadas em 1959

**Captação** — Construído um abrigo para o grupo eletro-bomba sôbre um dos poços.

**Tratamento** — Prosseguiram as obras da estação de tratamento.

**Distribuição** — Concluída a rêde com 1.300 m.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 3.069.590,40.

### Obras executadas em 1960

**Captação** — Foram montados 4 grupos eletro-bombas sôbre 4 poços profundos, 2 dos quais são da Prefeitura. Foi também montado o 3.º recalque e construído um reservatório semi-enterrado de 50 m<sup>3</sup>. Montado também na estação de tratamento os 2 grupos eletro-bombas do 2.º recalque.

**Tratamento** — Prosseguiram as obras da estação.

**Distribuição** — Foram instalados 1.250 m de canalizações para recalque dos poços aos reservatórios da estação.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 7.866.961,70.

### Conclusão das obras

Hidráulica em funcionamento precário, com água de quatro poços, desde janeiro de 1961.

---

## 2.A.11 Hidráulica de Casca.

### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — Agôsto de 1958.

**Captação** — Perfurado um poço profundo com capacidade de 10.000 l/h.

Construído o abrigo para instalação do grupo eletro-bomba de recalque.  
**Distribuição** — Construídos 3.192 m de rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> e concluído um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup>.  
**Despesas realizadas até 31.1.59** — Cr\$ 1.301.135,30.

**Obras executadas em 1959**

**Captação** — Iniciada a montagem do grupo de recalque.  
**Distribuição** — Concluída a construção de um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup> e prosseguida a construção da rede de distribuição, com 683 m.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.853.547,60.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Montada a bomba com tôdas as instalações eletro-mecânicas.  
**Distribuição** — Ligado o reservatório à rede de abastecimento.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 737.229,50.

**Conclusão das obras**

Hidráulica inaugurada em 11 de junho de 1960.

---

2.A.12 Hidráulica de Caxias do Sul (esgoto)

**Obras executadas até 31.1.58**

**Início das obras** — setembro de 1958.  
**Rede de coletores** — Cerca de 1.000 m de coletores  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 269.417,80.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.450.223,30.

**Obras executadas em 1960**

Nenhuma.

**Obras a executar**

Rede de coletores.  
Estação de tratamento.  
**Despesas previstas** — Cr\$ 120.000.000,00.

---

2.A.13 Hidráulica de Cerro Largo.

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Julho de 1958.  
**Captação** — Perfurado um poço com capacidade para 15.000 l/h, e construído o abrigo para instalação do grupo eletro-bomba de recalque sobre o poço perfurado.



**Distribuição** — Concluídos os 6.180 m da rede de distribuição da c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>.  
Concluída a construção de um reservatório elevado de 100 m<sup>3</sup>.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 628.280,70.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.545.445,10.

**Obras executadas em 1960**

**Distribuição** — Feita a instalação eletro-mecânica do grupo eletro-bomba, inclusive ligação à rede de abastecimento, com 120 m de comprimento.  
**Obras acessórias** — Urbanização do parque da hidráulica.  
**Despesas empenhadas** — Cr\$ 148.511,80.

**Conclusão das obras**

Janeiro de 1961.

---

**2.A.14 Hidráulica de Crissiumal.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Novembro de 1958.  
**Captação** — Perfurado um poço profundo, com resultados positivos.  
**Distribuição** — Construídos 1.500 m da rede do c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>, de um total de 9.373 m.  
Concluído um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.784.998,10.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 790.498,00.

**Obras executadas em 1960**

Nenhuma.  
**Despesas empenhadas** — Cr\$ 147.650,80.

**Obras a executar**

**Captação** — Em vista do resultado negativo do poço perfurado, será necessário captar água de superfície. Será feita uma barragem, câmara de captação e poço de bombas. Instalação da linha de recalque, dos grupos eletro-bombas e linha elétrica.  
**Tratamento** — Todas as unidades de tratamento e casa do laboratorista e reservatórios.  
**Distribuição** — Conclusão da rede em aproximadamente 7.800 m.  
**Despesas previstas** — Cr\$ 35.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em fins de 1963.

---

## 2.A.15 Hidráulica de Encantado.

### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Julho de 1958.

Captação — Perfurados dois poços.

Distribuição — Construídos cerca de 1.500 m de rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>, de um total de 5.590m.

Despesas realizadas — Cr\$ 217.598,00.

### Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Cr\$ 445.997,20.

### Obras executadas em 1960

Captação — Montados dois grupos eletro-bombas em poços profundos e construídos seus abrigos. Feitas as ligações eletro-mecânicas.

Distribuição — Construído um reservatório enterrado de 650 m<sup>3</sup>. Foram assentados 5.700 metros de canalizações.

Obras acessórias — Urbanizado o parque da hidráulica.

Despesas empenhadas — Cr\$ 4.365.348,00.

### Conclusão das obras

A hidráulica começou a funcionar em setembro de 1960.

---

## 2.A.16 Eneruzilhada do Sul.

### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — abril de 1956.

Distribuição — Construídos 8.399 m da rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>, um reservatório elevado de 500 m<sup>3</sup> e 479 ramais domiciliários.

Despesas realizadas — Cr\$ 6.616.451,00.

### Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Cr\$ 1.375.751,30.

### Obras executadas em 1960

Tratamento — Início da construção da estação de tratamento, decantador e casa do laboratorista.

Distribuição — Início da construção de um reservatório elevado de 50 m<sup>3</sup>.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.240.601,20.

### Obras a executar

Captação — Barragem de tomada, câmara e poço de bombas. Instalação da linha de recalque, grupos eletro-bombas e linha elétrica, que serão executados diretamente pela Secretaria.

Tratamento — Tôdas as unidades de tratamento, reservatório de acumulação e casa do laboratorista, que foram contratados com as firmas Cons-



trutora de Engenharia Ltda. e Comercial e Instaladora Pena Ltda.  
Despesas previstas — Cr\$ 14.700.000,00.

**Conclusão das obras**

Em fins de 1961.

---

**2.A.17 Hidráulica de Espumoso.**

**Obras executadas até 31.1.59**

Início das obras — novembro de 1958.

Captação — Perfurado um poço profundo com capacidade de 12.000 l/h.

Distribuição — Construídos cerca de 2.000 m de rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>, de um total de 6.910 m. Em construção um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup>.

Despesas realizadas — Cr\$ 218.077,70.

**Obras executadas em 1959**

Captação — Construído o abrigo para o grupo de recalque sobre um poço profundo.

Distribuição — Proseguimento da construção da rede distribuidora, com mais 3.425 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 548,80.

**Obras executadas em 1960**

Captação — Montado o grupo eletro-bomba, com as instalações mecânicas e elétricas.

Distribuição — Construído um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup> e concluída a rede de abastecimento d'água, com o assentamento de mais 1.485 m de canalizações.

Despesas empenhadas — Cr\$ 1.246.990,00.

**Conclusão das obras**

Abril de 1961.

---

**2.A.18 Hidráulica de Farroupilha .**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

Cr\$ 17.455.627,80.

**Despesas realizadas em 1959**

Cr\$ 100.000,00.

---

## 2.A.19 Hidráulica de Flóres da Cunha.

### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — junho de 1958.

Captação — Perfurados três poços profundos com descargas de 5.400 l/h, 9.900 l/h e 7.500 l/h. Foram construídos três abrigos para instalação dos grupos eletro-bombas de recalque.

Distribuição — Construída a rede de c<sup>a</sup>a<sup>o</sup>, com 4.300 m. Concluído um reservatório enterrado de 200 m<sup>3</sup>.

Despesas realizadas até 31.1.59 — Cr\$ 634.312,10.

### Obras executadas em 1959

Captação — Montados dois grupos de recalque para os poços profundos.

Despesas realizadas — Cr\$ 1.161.676,90.

### Obras executadas em 1960

Obras acessórias — Urbanizado o parque da hidráulica.

Despesas empenhadas — Cr\$ 1.849.720,00.

### Conclusão das obras

A hidráulica foi concluída em janeiro de 1960

---

## 2.A.20 Hidráulica de Frederico Westphalen.

### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Junho de 1958.

Captação — Perfurados dois poços profundos com descargas de 7.000 l/h e 4.000 l/h. Construído sobre um poço o abrigo para o grupo eletro-bomba de recalque.

Tratamento — Em construção a estação de tratamento.

Distribuição — Construída a rede de c<sup>a</sup>a<sup>o</sup>, com 9.740 m e 216 ramais domiciliares. Concluídos um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup> e outro elevado de 50 m<sup>3</sup>.

Obras acessórias — Urbanização do parque da hidráulica.

Despesas realizadas — Cr\$ 7.258.589,90.

### Obras executadas em 1959

Captação — Prosseguiu a construção dos abrigos para os grupos de recalque sobre os poços e montados dois grupos eletro-bombas.

Distribuição — Continuação da construção da rede de distribuição, com mais 1.645 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 3.231.746,80.

### Obras executadas em 1960

Distribuição — Executadas obras finais.

Despesas empenhadas — Cr\$ 1.700.414,90.



### **Conclusão das obras**

A hidráulica está funcionando, em caráter precário, desde maio de 1960.

---

#### **2.A.21 Hidráulica de Garibaldi.**

##### **Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Dezembro de 1954.

**Captação** — Obras na barragem de captação e acumulação.

**Tratamento** — Construída a estação de tratamento clássico.

**Distribuição** — Concluídas as obras de construção dos reservatórios e da rede de distribuição.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 18.957.091,30.

##### **Obras executadas em 1959**

**Captação** — Concluída a barragem de captação e acumulação.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 5.705.131,30.

##### **Obras executadas em 1960**

**Captação** — Feita a montagem dos grupos eletro-bombas do primeiro recalque.

**Distribuição** — Concluída a rede de distribuição, com assentamento de mais 770 m de canalização.

**Obras acessórias** — Construída uma casa para o encarregado das bombas.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 900.000,00.

### **Conclusão das obras**

Hidráulica em funcionamento desde 1958.

---

#### **2.A.22 Hidráulica de Gaurama**

##### **Obras executadas até 31.1.59**

Levantamento topográfico, projeto, transporte, etc.

**Início das Obras** — Previsto para fevereiro de 1961.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 810.876,30.

##### **Obras executadas em 1959**

Prosseguimento do levantamento.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 118.191,60.

##### **Características do Projeto**

**Captação** — Barragem, poço de bombas, instalações eletromecânicas e linha do 1.º recalque.

**Tratamento** — Estação completa para o tipo clássico de tratamento pelo sulfato de alumínio, óxido de cálcio e cloro.

**Distribuição** — Rede de distribuição, um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup> e um elevado de 150 m<sup>3</sup>.

Obras acessórias — Parque da hidráulica e casa do laboratorista.  
Observações — Obras civis contratadas com a Construtora Mühlen Ltda.  
Despesas previstas — Cr\$ 35.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Fins de 1963.

---

**2.A.23 Hidráulica de General Vargas.**

**Obras executadas até 31.1.59**

Início das obras — Princípios de 1958.  
Distribuição — Construção de um reservatório elevado de 250 m3.  
Despesas realizadas — Cr\$ 1.358.608,80.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.  
Despesas realizadas — Cr\$ 191.005,40.

**Obras executadas em 1960**

Nenhuma.  
Despesas empenhadas — Cr\$ 277.887,50

**Obras a executar**

Captação, tratamento e distribuição.  
Despesas previstas — Cr\$ 46.000.000,00

**Conclusão das obras**

Em fins de 1964.

---

**2.A.24 Hidráulica de Getúlio Vargas.**

**Obras executadas**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

Cr\$ 13.197.876,70.

**Despesas realizadas até 1959**

Cr\$ 413.767,10 (Pagamento de dívidas).

---

**2.A.25 Hidráulica de Gramado.**

**Obras executadas até 31.1.59**

Início das Obras — Março de 1958.

FEE-CE  
BIBLIOT



**Distribuição** — Construídos 5.700 m de rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> e um reservatório.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 2.606.907,60.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.170.482,70.

**Obras executadas em 1960**

**Distribuição** — Executado o assentamento de 4.600 m de canalizações da rede de distribuição.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 3.122.952,20.

**Obras a executar**

**Captação** — Construção de um abrigo para o grupo eletro-bomba. Instalação do referido grupo e linha elétrica e linha de recalque.

**Nota** — Futuramente será necessária a construção de uma adutora da estação de tratamento de Canela até o reservatório de Gramado, em vista da baixa de produção dos poços perfurados.

**Despesas previstas** — Cr\$ 3.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Abastecimento dos poços em julho de 1961. Abastecimento por Canela em fins de 1962

---

**2.A.26 Hidráulica de Guaporé.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Março de 1953.

**Captação** — Concluída a câmara de captação. Prosseguimento da construção do poço de bombas.

**Tratamento** — Continuação das obras da estação de tratamento.

**Distribuição** — Concluída a rede de 14.840 m de comprimento. Construídos cerca de 300 ramais domiciliários. Concluídos dois reservatórios de distribuição e continuada a construção de um outro.

**Obras acessórias** — Terminada a casa do laboratorista. Prosseguimento das obras do parque.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 15.216.332,10.

**Obras executadas em 1959**

**Captação** — Prosseguiram as obras do poço de bombas. Foram adquiridos dois grupos eletro-bombas para o 1.<sup>o</sup> recalque e um transformador.

**Distribuição** — Construídos 150 ramais domiciliários. Concluído o 3.<sup>o</sup> reservatório de distribuição.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 3.468.749,30.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Concluída a montagem da linha de recalque de 2.035 m. Iniciada a montagem de um grupo eletro-bomba do 1.<sup>o</sup> recalque. Construída a linha elétrica para o poço de bombas.

**Distribuição** — Feito o assentamento de 80 m de canalizações. Concluídas as obras de urbanização do parque da hidráulica.

**Obras acessórias** — Construída uma casa para moradia do encarregado de bombas.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 5.978.878,30.

**Conclusão das obras**

Maio de 1961.

---

## 2.A.27 Hidráulica de Herval do Sul.

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Junho de 1958.

**Distribuição** — Prosseguimento da construção de um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.783.935,50.

**Obras executadas em 1959**

**Distribuição** — Concluída a construção de um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 286.648,60.

**Obras executadas em 1960**

Nenhuma.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 523.413,00 (pagamento de dívidas).

**Obras a executar**

**Captação** — Barragem, câmara de tomada, poço de bombas, linha do 1.º recalque e instalações eletro-mecânicas.

**Tratamento** — Estação completa para o tratamento clássico.

**Distribuição** — Construção da rede.

**Obras acessórias** — Parque da hidráulica e casa do laboratorista.

**Despesas a realizar** — Cr\$ 30.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Fins de 1964.

---

## 2.A.28 Hidráulica de Horizontina.

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Agosto de 1958.

**Captação** — Perfurados dois poços profundos.

**Distribuição** — Construídos 4.250 m da rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.713,60.

**Obras executadas em 1959**

**Distribuição** — Prosseguimento da construção da rede de distribuição, com mais 850 m, perfazendo o total de 5.100 m.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 836.909,90.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Construído um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.  
**Despesas empenhadas** — Cr\$ 2.379.200,10.

**Obras a executar**

**Captação** — Barragem, poço de bombas, instalações eletro-mecânicas e linha adutora do 1.º recalque.  
**Tratamento** — Estação para o tratamento clássico pelo sulfato de alumínio, óxido de cálcio e cloro.  
**Distribuição** — Conclusão da rede e serviços de arremates.  
**Obras acessórias** — Parque da hidráulica e casa do laboratorista.  
**Despesas previstas** — Cr\$ 30.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Fins de 1963.

---

**2.A.29 Hidráulica de Ibirubá.**

**Obras a executar**

**Início da obra** — Previsto para agosto de 1961.  
**Captação** — Abrigo sobre o poço profundo ali existente e instalações eletro-mecânicas do grupo de recalque.  
**Distribuição** — Reservatório enterrado de 300 m<sup>3</sup> e rede de distribuição.  
**Despesas a realizar** — Cr\$ 11.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Meados de 1962.

---

**2.A.30 Hidráulica de Jaguari.**

**Obras executadas até 31.1.59**

Cr\$ 192.381,60 (projeto)

**Obras executadas em 1959**

Cr\$ 146.699,30 (projeto)

**Obras executadas em 1960**

**Início das obras** — Setembro de 1960.  
**Distribuição** — Foi iniciada a construção de um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup>. Feitas as escavações.  
**Despesas empenhadas** — Cr\$ 1.377.887,50.

**Obras a executar**

**Captação** — Captação de fontes e linha adutora até o reservatório.  
**Distribuição** — Rede de distribuição. Conclusão do reservatório enterrado.  
**Despesas previstas** — Cr\$ 11.000.000,00.



**Conclusão das obras**

Em abril de 1962.

---

**2.A.31 Hidráulica de Lagoa Vermelha.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Fevereiro de 1958.

**Distribuição** — Construídos cerca de 6.150 m de rede de distribuição, de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> e 100 ramais domiciliários. Início da construção de um reservatório enterrado de 800 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 3.484.761,50.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 2.250.228,30.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Prosseguimento da construção do reservatório enterrado, de 800 m<sup>3</sup>, por administração direta da Secretaria.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 661.500,10.

**Obras a executar**

**Captação** — Perfuração de poços, construção de abrigos e instalações eletromecânicas de recalque.

**Distribuição** — Conclusão do reservatório de 800 m<sup>3</sup>. Conclusão da rede de distribuição.

**Despesas previstas** — Cr\$ 36.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Com poços, em princípios de 1962. Com tratamento, em fins de 1963.

---

**2.A.32 Hidráulica de Lajeado.**

**Obras executadas**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

Cr\$ 20.590.800,80.

**Despesas realizadas em 1959**

Cr\$ 1.179.139,00 (pagamento de dívidas).

**Despesas empenhadas em 1960**

Cr\$ 600.000,00 (pagamento de dívidas).

---

### 2.A.33 Hidráulica de Lavras do Sul.

#### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Dezembro de 1954.

Captação — Concluída.

Tratamento — Estação concluída.

Distribuição — Rede com cerca de 6.000 m e reservatório de 300 m<sup>3</sup> da chamada zona baixa, concluídos.

Despesas realizadas — Cr\$ 10.688.677,60.

#### Obras executadas em 1959

Distribuição — Prosseguiram as obras de construção da rede da zona alta, com mais 300 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 6.843.606,70.

#### Obras executadas em 1960

Distribuição — Construído um reservatório elevado de 100 m<sup>3</sup> e assentados 2.202 metros de canalizações da rede de abastecimento da zona alta.

Despesas empenhadas — Cr\$ 950.000,00.

#### Conclusão das obras

Em funcionamento desde 1958.

---

### 2.A.34 Hidráulica de Marau.

#### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Agosto de 1958.

Captação — Perfurado dois poços profundos com descargas de 5.200 l/h e 8.200 l/h, e construído o abrigo para um grupo eletro-bomba.

Distribuição — Em execução a rede, com apenas 500 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 1.440.161,20.

#### Obras executadas em 1959

Captação — Iniciada a montagem dos grupos de recalque.

Distribuição — Continuação das obras de construção da rede, com mais 4.070 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 1.568.754,00.

#### Obras executadas em 1960

Captação — Feitas as instalações eletro-mecânicas de dois grupos.

Distribuição — Foram assentados 2.270 m de canalizações da rede, perfazendo um total de 6.340 m.

Obras acessórias — Urbanização do parque da hidráulica.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.835.116,50.

#### Conclusão das obras

Hidráulica inaugurada em junho de 1960.

---

## 2.A.35 Hidráulica de Marcelino Ramos.

### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Março de 1958.

Captação — Perfurados três poços profundos com descargas de 5.800 c/h, 10.000 l/h e 12.000 l/h.

Distribuição — Construção de um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

Despesas realizadas — Cr\$ 332.576,00.

### Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Cr\$ 2.126.339,20.

### Obras executadas em 1960

Captação — Montados dois grupos electro-bombas sobre um poço profundo.

Distribuição — Assentados 3.892 m de canalizações.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.723.390,50

### Obras a executar

Captação — Instalação de um grupo electro-bomba sobre o quarto poço perfurado, construção do abrigo de bomba e instalações electro-mecânicas de recalque.

Distribuição — Conclusão da rede e construção de mais um reservatório de distribuição, enterrado de 100 m<sup>3</sup>.

Despesas previstas — Cr\$ 5.300.000,00.

### Conclusão das obras

Prevista para julho de 1961, estando em funcionamento precário desde meados de 1960.

---

## 2.A.36 Hidráulica de Não Me Toque.

### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Abril de 1958.

Captação — Perfurado um poço profundo com 13.600 l/h e iniciada a construção do abrigo para o grupo electro-bomba de recalque.

Distribuição — Construídos 12.232 m de rede de distribuição de c<sup>va</sup> e 168 ramais domiciliários. Iniciada a construção de um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

Despesas realizadas — Cr\$ 1.142.006,00.

### Obras executadas em 1959

Captação — Concluída a construção do abrigo do grupo electro-bomba.

Distribuição — Concluído o reservatório e mais 1.768 m de rede.

Despesas realizadas — Cr\$ 4.827.326,20.



**Despesas empenhadas — Cr\$ 1.343.062,60.**

**Obras a executar**

**Captação —** Barragem de tomada, câmara e poço de bombas. Linha de recalque, instalação dos grupos eletro-bombas e linha elétrica.

**Traatamento —** Tõda a estação de tratamento, com suas unidades do tipo clássico.

**Distribuição —** Conclusão da rãde.

**Despesas previstas — Cr\$ 28.000.000,00.**

**Conclusão das obras**

Prevista para princípios de 1963.

---

**2.A.39 Hidráulica de Osório.**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

Cr\$ 11.181.181,20.

**Despesas realizadas em 1959**

Cr\$ 54.474,30 (Pagamentos divididos).

---

**2.A.40 Hidráulica de Palmeira das Missões.**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

Cr\$ 10.444.174,90.

**Despesas realizadas em 1959**

Cr\$ 2.072.087,70 (Pagamentos divididos).

---

**2.A.41 Hidráulica de Panambi.**

**Obras a executar**

**Início das obras —** Previsto para agosto de 1961.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

Cr\$ 286.749,90.

**Despesas realizadas em 1959**

Cr\$ 548,80.

### Obras executadas em 1960

**Captação** — Feitas as montagens eletro-bomba e procedidas suas ligações à rede de abastecimento e ao reservatório elevado.

**Obras acessórias** — Executadas as obras de urbanização nos terrenos do reservatório e poço semi-surgente.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 123.032,00.

### Conclusão das obras

A hidráulica foi inaugurada em abril de 1960.

---

## 2.A.37 Hidráulica de Nova Petrópolis.

### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — Julho de 1957.

**Captação** — Pronta, em funcionamento, por meio de 2 poços profundos.

**Distribuição** — Concluída.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 2.770.501,30.

### Obras executadas em 1959

**Captação** — Construído um reservatório de reunião d'água dos poços, com 60 m<sup>3</sup> de capacidade e montado um grupo eletro-bomba centrífuga para o segundo recalque.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 2.029.897,80.

### Conclusão das obras

A hidráulica acha-se em funcionamento desde agosto de 1958.

---

## 2.A.38 Hidráulica de Nova Prata.

### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — Novembro de 1958.

**Captação** — Perfurado um poço profundo e iniciada a perfuração de outro.

**Distribuição** — Construídos 700 m de rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>. Construído um reservatório enterrado de 100 m<sup>3</sup> e iniciada a construção de outro de 200 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 610.337,70.

### Obras executadas em 1959

**Captação** — Foram perfurados três poços, com resultado negativo.

**Distribuição** — Concluído o reservatório enterrado de 200 m<sup>3</sup>. Prosseguimento da construção da rede de distribuição.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.593.968,40

### Obras executadas em 1960

**Distribuição** — Assentamento da canalização de ligação da rede aos reservatórios.

**Despesas empenhadas em 1960**

Cr\$ 830.000,00.

**Obras a realizar**

**Captação** — Barragem de tomada, câmara de captação e poço de bombas.

Linha de recalque, grupos eletro-bombas e linha elétrica.

**Tratamento** — Tóda a estação de tratamento, com suas unidades clássicas.

**Distribuição** — Rêde e reservatórios.

**Despesas previstas** — Cr\$ 28.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Prevista para meados de 1963.

---

**2.ª 42 Hidráulica de Pinheiro Machado.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Setembro de 1954.

**Captação** — Concluídas as obras.

**Tratamento** — Idem.

**Distribuição** — Concluídos, a rêde de distribuição com cêrca de 8.000 m, 330 ramais domiciliários e um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 9.780.961,80.

**Obras executadas em 1959**

**Captação** — Montagem dos grupos eletro-bombas de recalque.

**Obras acessórias** — Conclusão do parque da hidráulica.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 5.239.109,90.

**Obras a executar**

**Obras acessórias** — Construção de uma casa para moradia de bombeiro do 1.º recalque.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 550.000,00.

**Conclusão das obras**

Em funcionamento desde junho de 1959.

---

**2.ª 43 Hidráulica de Piratini.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Setembro de 1954

**Captação** — Concluídas as obras de captação.

**Tratamento** — Concluída a estação de tratamento clássico, inclusive urbanização de parque e casa de laboratorista.

**Distribuição** — Concluídos a rêde de distribuição com 2.827 m, 148 ramais domiciliários e um reservatório elevado de 150 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 5.195.720,70.



**Obras realizadas em 1959**

**Captação** — Conclusão da montagem dos grupos eletro-bombas do 1.º recalque.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 5.674.290,40.

**Conclusão das obras**

Em funcionamento desde junho de 1959.

---

**2.A.44 Hidráulica de Pôrto Lucena.**

**Obras executadas em 1959**

**Início das obras** — Em 1959.

**Despesas realizadas em 1959** — Cr\$ 138.754,30.

**Distribuição** — Fornecido material para a execução da rede nos trechos em que a Prefeitura está construindo calçamento.

**Obras executadas em 1960**

Nenhuma.

**Obras a executar**

**Captação** — Construção dos abrigos para os grupos eletro-bombas. Instalação dos grupos e rede elétrica para os dois poços profundos ali perfurados.

**Distribuição** — Construção do reservatório e rede de distribuição.

**Despesas previstas** — Cr\$ 8.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Prevista para março de 1962.

---

**2.A.45 Hidráulica de Quaraí.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Março de 1954.

**Tratamento** — Estação pronta.

**Distribuição** — Prontos 13.459 m da rede.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 17.440.285,20.

**Obras executadas em 1959**

**Distribuição** — Prosseguimento dos serviços de extensão da rede de distribuição, com mais 1.200 m.

**Despesas realizada** — Cr\$ 2.059.167,90.

**Conclusão das obras**

Em funcionamento desde fevereiro de 1958.

---

2.A.46 Hidráulica de Rio Pardo.

Obras executadas

Hidráulica concluída em 1956.

Despesas realizadas até 31.1.59

Cr\$ 9.752.236,00.

---

2.A.47 Hidráulica de Roca Sales.

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Julho de 1958.

Captação — Perfurado um poço profundo com 17.500 l/h e construído o abrigo para o grupo eletro-bomba.

Distribuição — Concluída a rede de distribuição da zona baixa com 4.100 m.

Prosseguimento das obras de um reservatório enterrado de 320 m<sup>3</sup>.

Despesas realizadas — Cr\$ 1.057.649,60.

Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Cr\$ 2.178.220,00

Obras executadas em 1960

Captação — Feitas as instalações eletro-mecânicas de um grupo eletro-bomba, junto ao poço semisurgente.

Distribuição — A rede foi toda testada, e construídos mais 400 m.

Obras acessórias — Urbanizado o terreno do reservatório.

Conclusão das obras

A hidráulica foi inaugurada em junho de 1960.

---

2.A.48 Hidráulica de Rolante.

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Agosto de 1958.

Captação — Perfurados dois poços profundos com descargas de 4.000 l/h e 6.000 l/h

Distribuição — Iniciada a construção de um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

Despesas realizadas — Cr\$ 373.033,40.

Obras executadas em 1959

Distribuição — Prosseguimento da construção de um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

Despesas realizadas — Cr\$ 267.893,90.

**Obras executadas em 1960**

**Distribuição** — Montados cerca de 3.000 m. de rede de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> e concluído o reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 2.079.468,60.

**Obras a executar**

**Captação** — Instalação de dois grupos eletrobombas de recalque, com os respectivos abrigos e linha elétrica.

**Distribuição** — Conclusão da rede.

**Despesas previstas** — Cr\$ 2.200.000,00

**Conclusão das obras**

Prevista para agosto de 1961.

---

**2.A.49 Hidráulica de Sananduva.**

**Obras executadas em 1960**

**Início das obras** — Agosto de 1960.

**Distribuição** — Contratada a construção de dois reservatórios enterrados de 100 m<sup>3</sup>, cada um, pelo valor de Cr\$ 955.716,00. Foram assentados 2.987 m de canalizações da rede de distribuição.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 1.290.308,40.

**Obras a executar**

**Captação** — Construção de dois abrigos para os grupos eletro-bombas. Instalação dos referidos grupos de recalque e execução da linha elétrica.

**Distribuição** — Conclusão dos reservatórios e da rede.

**Despesas previstas** — Cr\$ 4.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Prevista para fins de 1961.

---

**2.A.50 Hidráulica de Santa Rosa.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Abril de 1956.

**Captação** — Feita a escavação para a barragem e concretando o fundo do poço de bombas do primeiro recalque.

**Tratamento** — Início da construção da estação. Concluída a casa do laboratorista.

**Distribuição** — Construídos 12.426 m da rede de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> e f<sup>o</sup>o, 310 ramais domiciliares, um reservatório enterrado de 1.500 m<sup>3</sup> e um elevado de 500 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 9.999.294,00.



**Obras executadas em 1959**

**Captação** — Continuação das obras de captação.

**Distribuição** — Construídos 3.324 m de rede.

**Tratamento** — Continuação das obras da estação.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 2.094.649,80.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Concluída a construção da barragem, câmara de captação e poço de bombas. Assentados 300 m de canalização para o 1.º recalque e 100 para o 2.º. Construção da casa de bombas dos 2.º e 3.º recalque.

**Tratamento** — Prosseguimento das obras.

**Distribuição** — Concluída a construção de um reservatório enterrado de 1.500 m<sup>3</sup> e de outro elevado, de 500 m<sup>3</sup>. Concluída a rede de distribuição, com assentamento de 250 m de canalizações, perfazendo o total de 16.000 m.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 20.421.358,80. (mais auxílio federal Cr\$ ..... 11.500.000,00).

**Conclusão das obras**

Prevista para julho de 1961, com a montagem dos grupos eletro-bombas, conclusão da adutora do 1.º recalque e acabamentos na estação.

---

**2.A.51 Hidráulica de Santa Vitória do Palmar.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Maio de 1957.

**Captação** — Perfurados oito poços profundos, todos atulhados.

**Distribuição** — Construídos 9.456 m de rede e um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 3.648.188,70.

**Obras executadas em 1959**

**Distribuição** — Execução de 3.273 m de rede.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 22.770,80.

**Obras executadas em 1960**

Nenhuma.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 4.013.310,70.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Perfuração de novos poços. Montagem dos grupos de recalque e construção de seus abrigos. Linha elétrica.

**Distribuição** — Conclusão da rede.

**Despesas previstas** — Cr\$ 10.700.000,00.

**Conclusão das obras**

Prevista para setembro de 1961.

---

## 2.A.52 Hidráulica de Santiago.

### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — Maio de 1954.

**Tratamento** — Estação de tratamento em fase de conclusão.

**Distribuição** — A construção de um reservatório elevado de 500 m<sup>3</sup> e um enterrado, de 800 m<sup>3</sup>, em fase de conclusão.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 8.357.403,70.

### Obras executadas em 1959

**Tratamento** — Concluídas as obras do acondicionador e decantador.

Prosseguiu a construção da estação de tratamento.

**Distribuição** — Concluída a construção do reservatório enterrado. Iniciada a construção da rede de distribuição, com auxílio de recursos da Faixa da Fronteira, obtidos pela Prefeitura local, executados 9.267 m.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.620.138,60 mais auxílio Federal (Cr\$ ..... 11.795.270,30).

### Obras executadas em 1960

**Tratamento** — Prosseguiu a construção da casa de tratamento e montagem de aparelhos.

**Distribuição** — Concluída a rede de distribuição, de 15.118 m de canalizações de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 2.228.351,30.

### Obras a executar

**Captação** — Construção da barragem de acumulação, torre de tomada e casa das bombas. Montagem dos grupos eletro-bombas e linha elétrica. Assentamento da canalização de recalque.

**Tratamento** — Acabamento da estação de tratamento.

**Despesas previstas** — Cr\$ 30.000.000,00.

### Conclusão das obras

Prevista para início de 1962.

---

## 2.A.53 Hidráulica de Santo Antônio da Patruiha.

### Obras executadas até 31.1.59

**Início das obras** — Junho de 1958.

**Captação** — Perfurados 2 poços profundos com descargas de 18.000 e 11 l/hora. Construído o abrigo para o grupo eletro-bomba sobre um dos poços.

**Distribuição** — Construídos 8.600 m de rede e 50 ramais domiciliários. Iniciada a construção de um reservatório enterrado de 600 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.165.188,60.

### Obras executadas em 1959

**Captação** — Concluído o abrigo para o grupo eletro-bomba sobre um dos poços.

**Distribuição** — Concluída a construção do reservatório enterrado de 600 m<sup>3</sup>.

Prosseguimento da construção da rede com mais 1.400 m.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 3.841.037,50.

#### **Obras executadas em 1960**

**Captação** — Construção de um segundo abrigo sobre um dos poços. Montados os grupos eletro-bombas sobre os 2 poços.

**Distribuição** — Construído um reservatório elevado de 250 m. Construída a casa de bombas e feitas as instalações mecânicas do 2.º recalque. Prosseguimento da construção da rede de distribuição com mais 5.368 m.

**Obras acessórias** — Executados os serviços de urbanização das áreas dos poços.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.652.074,20.

#### **Conclusão das obras**

Zona baixa, desde agosto de 1960. Zona média, em março de 1961 (prevista).

Zona alta, em fins de 1961 (prevista).

---

### **2.A.54 Hidráulica de Santo Cristo.**

#### **Obras a executar**

**Início das obras** — Previsto para setembro de 1961.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 154.855,10.

#### **Obras executadas em 1960**

Nenhuma.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 96.870,00.

#### **Obras a executar**

**Captação** — Construção dos abrigos para os grupos eletro-bombas sobre os poços. Montagem dos grupos de recalque. Construção de linha elétrica e de recalque.

**Distribuição** — Construção da rede e reservatórios de distribuição.

**Despesas previstas** — Cr\$ 10.000.000,00.

#### **Conclusão das obras**

Em julho de 1962.

---

### **2.A.55 Hidráulica de São Francisco de Assis.**

#### **Obras executadas em 1960**

**Início das obras** — Setembro de 1960.

**Despesas até 31.1.59** — Cr\$ 377.186,40.

**Captação** — Perfuração de dois poços profundos.

**Distribuição** — Início da construção de dois reservatórios, um enterrado, 600 m<sup>3</sup> e outro elevado, de 250 m<sup>3</sup>, mediante contrato com terceiros.



**Despesas empenhadas — Cr\$ 2.677.887,50.**

**Obras a executar**

**Captação —** Construção dos abrigos e montagem dos grupos eletro-bombas sobre os poços existentes.

**Distribuição —** Conclusão da construção dos dois reservatórios e construção da rede de distribuição.

**Despesas previstas — Cr\$ 10.000.000,00.**

**Conclusão das obras**

Em dezembro de 1961.

---

**2.A.56 Hidráulica de São Francisco de Paula.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Captação —** Obras da barragem em execução.

**Tratamento —** Estação completa para tratamento clássico.

**Distribuição —** Concluída a rede.

**Despesas realizadas — Cr\$ 15.416.689,60.**

**Obras executadas em 1959**

**Captação —** Prosseguimento das obras da barragem de acumulação.

**Despesas realizadas — Cr\$ 1.786.850,30.**

**Conclusão das obras**

Hidráulica em funcionamento desde 1958.

---

**2.A.57 Hidráulica de São José do Norte.**

**Obras executadas**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

**Cr\$ 5.840.751,10.**

**Despesas realizadas em 1959**

**Cr\$ 1.507.866,00 (Pagamento de dívidas).**

**Despesas realizadas em 1960**

**Cr\$ 14.000,00 (Nova captação).**

---

**2.A.58 Hidráulica de São Lourenço do Sul.**

**Obras executadas**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59**

Cr\$ 18.382.532,20.

**Despesas realizadas em 1959**

Cr\$ 336.868,10 (Pagamento de dívidas)

---

**2.A.59 Hidráulica de São Pedro do Sul.**

**Obras a executar**

Início das obras — Previsto para setembro de 1961.

Despesas realizadas até 31.1.59 — Cr\$ 250.972,00 (Projeto).

Despesa realizada em 1960 — Cr\$ 280.000,00 (Projeto).

Captação — Perfuração de poços e aproveitamento de fontes e instalação dos respectivos recalques.

Distribuição — Construção de um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup> e da rede de distribuição.

Despesas prevista — Cr\$ 11.000.000,00.

Observação — Caso os poços profundos a serem perfurados não apresentem resultados positivos, haverá necessidade de captação de água do rio e estação de tratamento, subindo, nesta, a previsão orçamentária para Cr\$ 35.000.000,00.

---

**2.A.60 Hidráulica de São Sebastião do Cai.**

**Obras executadas até 31.1.59**

Início das obras — Novembro de 1957.

Distribuição — Construída a rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> e l<sup>o</sup>i<sup>o</sup>, compreendendo 12.650 m, e cerca de 180 ramais domiciliários. Concluída a construção de um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup>.

Despesas realizadas — Cr\$ 2.719.958,10.

**Obras executadas em 1959**

Captação — Perfurado um poço profundo, com resultados negativos.

Despesas realizadas — Cr\$ 1.566.440,50.

**Obras executadas em 1960**

Captação — Executadas escavações para o poço de bombas.

Tratamento — Início da construção da estação de tratamento, de tipo clássico.

Distribuição — Início da construção de um reservatório elevado de 50 m<sup>3</sup>.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.811.055,70.

**Obras a executar**

**Captação** — Conclusão do poço de bombas e tomada d'água. Assentamento da linha de recalque, grupos eletro-bombas e instalação eletro-mecânicas.  
**Tratamento** — Conclusão de tôdas as unidades da estação de tratamento.  
**Despesas previstas** — Cr\$ 15.500.000,00.

**Conclusão das obras**

Prevista para Abril de 1962.

---

**2.A.61 Hidráulica de São Sepé.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Julho de 1958.  
**Distribuição** — Construídos 2.649 m da rede de distribuição e um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 3.013.757,20.

**Obras executadas em 1959**

Nenhuma.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 277.104,00.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Início das obras de captação.  
**Tratamento** — Iniciada a construção da estação de tratamento, do tipo clássico.  
**Despesas empenhadas** — Cr\$ 3.401.507,80.

**Obras a executar**

**Captação** — Conclusão das obras de captação. Execução das instalações de recalque.  
**Tratamento** — Conclusão das obras da estação de tratamento.  
**Distribuição** — Conclusão da rede de distribuição.  
**Despesas previstas** — Cr\$ 15.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em fins de 1962.

---

**2.A.62 Hidráulica de Sapiranga.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Agôsto de 1957.  
**Captação** — Perfurados três poços profundos, com descargas de 1.500 l/h, 2.000 l/h e 2.200 l/h.  
**Distribuição** — Construída a rede de distribuição, com cerca de 10.000 m e um reservatório enterrado de 100 m<sup>3</sup>.  
**Despesas realizadas** — Cr\$ 3.758.240,00.



**Obras executadas em 1959**

**Captação** — Construídos dois abrigos para os grupos de recalque sobre dois poços.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 348.395,50.

**Obras executadas em 1960**

Nenhuma.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 180.550,70.

**Obras a executar**

**Captação** — Em vista da pequena vazão obtida dos poços será necessário fazer a captação do Rio dos Sinos, constituída de câmara de tomada e poço de bombas, e instalar os grupos eletro-bombas e linha de recalque.

**Tratamento** — Construir a estação de tratamento completa.

**Distribuição** — Ampliar a rede de distribuição, com nova adutora.

**Despesas previstas** — Cr\$ 57.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em fins de 1963

---

**2.A.63 Hidráulica de Sarandi.**

**Obras executadas**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59** — Cr\$ 4.359.427,70.

**Despesas realizadas em 1959** — Cr\$ 55.757,50 (pagamento de dívidas).

**Despesas empenhadas em 1960** — Cr\$ 20.000,00 (pagamento de dívidas).

---

**2.A.64 Hidráulica de Sobradinho.**

**Obras executadas**

Hidráulica concluída em 1958.

**Despesas realizadas até 31.1.59** — Cr\$ 9.249.896,50.

**Despesas realizadas em 1959** — Cr\$ 301.258,00 (pagamento de dívidas).

---

**2.A.65 Hidráulica de Soledade.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Março de 1958.

**Captação** — Perfurados três poços profundos, com descargas de 9.600 l/h, 11.400 l/h e 15.800 l/h.

**Distribuição** — Construídos cerca de 100 m da rede de distribuição e um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.468.838,20.

**Obras executadas em 1959**

**Distribuição** — Continuação das obras da rede de distribuição, com mais 3.366 metros.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.639.724,10.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Construção de dois abrigos para os grupos eletro-bombas.

**Distribuição** — Assentados 4.800 m de canalizações da rede de distribuição.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 581.803,70.

**Obras a executar**

**Captação** — Instalação de mais um ou dois grupos eletro-bombas em poços já perfurados, conforme as necessidades do consumo. Construir os abrigos para as referidas bombas.

**Distribuição** — Completar a rede de distribuição.

**Despesas previstas** — Cr\$ 4.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em junho de 1961.

---

**2.A.66 Hidráulica de Tapera.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Fevereiro de 1958.

**Captação** — Perfurado um poço e instalado o grupo eletro-bomba de recalque.

**Distribuição** — Concluída a rede com 8.165 m e ramais domiciliários. Em construção um reservatório enterrado de 200 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 46.364,00, mais auxílio federal de Cr\$ .....  
30.000.000,00.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Construída a casa de bombas junto ao poço semi-surgente e feita a montagem eletro-mecânica completa de um grupo.

**Distribuição** — Construído um reservatório semi-enterrado de 50 m<sup>3</sup>, com a casa de bombas e montagem eletro-mecânica completa.

**Obras acessórias** — Urbanizado o terreno do reservatório e o do segundo recalque.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 1.105.000,00.

**Conclusão das obras**

A hidráulica entrou em funcionamento em outubro de 1960.

---

**2.A.67 Hidráulica de Tenente Portela.**

**Obras a executar**

**Início das obras** — Previsto para agosto de 1961.

**Despesas realizadas até 31.1.59** — Cr\$ 148.868,10.

**Despesas realizadas em 1959 — Cr\$ 348.067,70.**

**Captação** — Instalação dos grupos eletro-bombas e construção dos abrigos sobre os poços já perfurados.

**Distribuição** — Construção do reservatório elevado e rede de distribuição.

**Despesas previstas — Cr\$ 8.000.000,00.**

#### **Conclusão das obras**

Em agosto de 1962.

---

### **2.A.68 Ampliação — Hidráulica de Tramandaí-Imbé.**

#### **Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Janeiro de 1955.

**Captação** — Na Lagôa dos Veados. Concluído o poço de bombas e em fase de conclusão a câmara de captação e linha de sucção. Também em vias de conclusão a linha adutora do primeiro recalque, com cerca de 9.000 m.

**Tratamento** — Concluída a ampliação da estação completa para tratamento clássico.

**Distribuição** — Construção de um reservatório elevado, de compensação, com 500 m<sup>3</sup>, em Tramandaí.

**Despesas realizadas — Cr\$ 14.859.865,40.**

#### **Obras executadas em 1959**

**Captação** — Concluída a linha adutora de recalque, na captação da Lagôa dos Veados.

**Tratamento** — Reforma da estação de tratamento.

**Despesas realizadas — Cr\$ 137.343,50.**

#### **Obras executadas em 1960**

**Distribuição** — Construído um novo reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Tratamento** — Feita a adaptação dos filtros permutadores para rápidos.

**Despesas empenhadas — Cr\$ 1.503.079,00.**

#### **Obras executadas em 1960**

#### **Conclusão das obras**

Fevereiro de 1961.

---

### **2.A.69 Hidráulica de Três de Maio.**

#### **Características do projeto**

**Captação** — Em vista dos resultados negativos dos poços, será necessário construir a captação, constituída de barragem de tomada, câmara e poço de bombas. Instalar os grupos eletro-bombas e assentar a canalização de recalque.

**Tratamento** — Construir a estação de tratamento completa.

**Distribuição** — Executar a rede de distribuição.



Despesas previstas — Cr\$ 35.000.000,00.  
Despesas empenhadas em 1960 — Cr\$ 280.000,00.  
Início das obras — Agosto de 1961.

**Conclusão das obras**

Fins de 1963.

---

**2.A.70 Hidráulica de Três Passos.**

**Obras executadas até 31.1.59**

Início das obras — Setembro de 1955.  
Captação — Provisória, em fontes.  
Distribuição — Rede de distribuição com 9.664 m, pronta. O reservatório elevado de 250 m3. pronto. Ramais domiciliários executados 300 m.  
Despesas realizadas — Cr\$ 5.558.678,80.  
Despesas realizadas em 1959 — (Pagamento de dívidas).

**Obras a executar**

Captação — De águas superficiais.  
Tratamento — Estação completa.  
Despesas a realizar — Cr\$ 15.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Princípios de 1963.

---

**2.A.71 Hidráulica de Tupanciretã.**

**Obras executadas em 31.1.59**

Início das obras — Junho de 1958.  
Captação — Perfurados três poços profundos com descargas de 800 l/h, 25.000 l/h e 25.000 l/h. Em conclusão o abrigo para um grupo eletro-bomba de um poço.  
Distribuição — Construídos cerca de 2.800 m da rede de distribuição de cºaº, de um total de 11.500, e um reservatório elevado de 250 m3.  
Despesas realizadas — Cr\$ 1.690.268,40.

**Obras executadas em 1959**

Captação — Iniciados dois abrigos sôbre poços profundos.  
Distribuição — Prosseguimento da construção de distribuição com 7.162 m a mais.  
Despesas realizadas — Cr\$ 1.303.546,00.

**Obras executadas em 1960**

Captação — Concluídos dois abrigos sôbre poços profundos e feita a montagem eletro mecânica dos grupos eletro-bombas.  
Distribuição — Assentados mais 1.538 m da rede de distribuição, ficando esta concluída.

**Despesas empenhadas — Cr\$ 972.881,30.**

**Conclusão das obras**

A hidráulica foi inaugurada em setembro de 1960.

---

**2.A.72 Hidráulica de Venâncio Aires.**

**Obras executadas em 31.1.59**

**Início das obras — Maio de 1958.**

**Captação —** Perfurados dois poços profundos com descargas de 25.000 l/h e 35.000 l/h. Foi construído o abrigo para o grupo eletro-bomba sobre um poço.

**Distribuição —** Construídos cerca de 2.400 m da rede de distribuição de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup>, de um total de 7.895. Foi construído um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas — Cr\$ 1.307.182,20.**

**Obras executadas em 1959**

**Captação —** Construído mais um abrigo sobre um poço profundo.

**Distribuição —** Prosseguimento dos serviços de construção da rede de distribuição, com mais 4.645.

**Despesas realizadas — Cr\$ 1.619.163,90.**

**Obras executadas em 1960**

**Captação —** Instalados dois grupos eletro-bombas nos poços profundos.

**Distribuição —** Concluída a rede com o assentamento de mais 850 m da canalização e obras de arremate.

**Obras acessórias —** Urbanizado o parque da hidráulica.

**Despesas empenhadas — Cr\$ 1.952.264,60.**

**Conclusão das obras**

A hidráulica foi inaugurada em outubro de 1960.

---

**2.A.73 Hidráulica de Veranópolis.**

**Obras executadas em 1960**

**Início das obras —** Agosto de 1960.

**Captação —** Construída a canalização de recalque dos poços à rede.

**Distribuição —** Construídos dois reservatórios enterrados, sendo um de 200 m<sup>3</sup> e outro de 30 m<sup>3</sup>. Foram assentados 1.600 m de canalizações.

**Despesas empenhadas — Cr\$ 2.111.409,50.**

**Obras a executar**

**Captação —** Instalação de dois grupos eletro-bombas de recalque sobre os dois poços já perfurados. Construção dos abrigos sobre os referidos grupos.

Distribuição — Conclusão da rede.  
Despesas previstas — Cr\$ 5.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Dezembro de 1961.

---

**2.A.74 Hidráulica de Vila Niteroi.**

**Obras executadas em 1960**

Início das obras — Agosto de 1960.

Distribuição — Início da construção da rede de distribuição, com cerca de 4.000 m.

Despesas empenhadas — Cr\$ 1.500.000,00.

**Obras a executar**

Captação — Captação no Rio Gravataí, com execução das obras de tomada e poço de bombas.

Tratamento — Tratamento completo com capacidade inicial de 240 l/seg.

Distribuição — Reservatório e rede de distribuição.

Despesas previstas — Cr\$ 120.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em fins de 1965.

---

**2.A.75 Esgoto de São Gabriel.**

**Obras executadas até 31.1.59**

Início das obras — Abril de 1958.

Rede — Foram construídos 308 m do coletor geral.

Despesas realizadas — Cr\$ 2.464.324,20.

**Obras executadas em 1959**

Rede — Prosseguimento da construção da rede, com mais 87 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 1.093.024,70.

**Obras executadas em 1960**

Rede — Foram construídos 1.740 m de rede e 1.756 m de ramais.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.267.882,10.

**Obras a executar**

Captação — Conclusão da rede coletora.

Tratamento — Construção da estação de tratamento.

Despesas previstas — Cr\$ 40.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em fins de 1963.

---



## 2. A. 76 Esgôto Passo Fundo.

### Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Janeiro de 1960.

Rêde — Construídos 18.000 m da rêde coletora.

Tratamento — Estação de tratamento.

Despesas realizadas — Cr\$ 16.983.778,90.

### Obras executadas em 1959

Rêde — Prosseguimento as obras de assentamento da rêde de coletores, com mais 1.000 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 3.067.194,20.

### Obras executadas em 1960

Rêde — Foram assentados 134 ramais domiciliários e executados serviços complementares da rêde.

Despesas empenhadas — Cr\$ 1.800.000,00.

### Obras a executar

Rêde — Construção da rêde coletora na zona do Hospital.

Despesas previstas — Cr\$ 1.000.000,00.

### Conclusão das obras

Em outubro de 1961.

---

## 2. A. 77 Hidráulica de Alegrete.

### Obras executadas em 1960

Início das obras — Setembro de 1960.

Despesas realizadas até 31.1.59 — Cr\$ 54.033,10.

Despesas realizadas em 1959 — Cr\$ 83.423,00.

Distribuição — Iniciada a construção de um reservatório elevado de 500 m<sup>3</sup>.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.614.230,00.

### Obras a executar

Captação — Ampliar os primeiro e segundo recalques. Construir nova canalização de recalque.

Tratamento — Ampliar a estação de tratamento.

Distribuição — Ampliar a rêde de distribuição.

Despesas previstas — Cr\$ 22.000.000,00.

### Conclusão das obras

Em meados de 1964.

---

**2.A.78 Hidráulica de Bento Gonçalves.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Maio de 1956.

**Captação** — Foram instalados dois novos transformadores de 150 KW cada um, e reconstruída a subestação transformadora.

**Distribuição** — Construídos 8.277 m de rede de distribuição, um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>, um enterrado de quebra pressão, com 50 m<sup>3</sup>, e outro enterrado de extremidade, com 25 m<sup>3</sup>. Foram instalados dois grupos eletro-bombas de recalque.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 5.087.298,40.

**Obras executadas em 1959**

**Captação** — Adquiridos novos grupos para o primeiro recalque.

**Distribuição** — Prosseguimento da construção da rede de distribuição com mais 930 m e conclusão de um reservatório elevado de 250 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 3.715.054,30.

**Obras executadas em 1960**

**Distribuição** — Concluída a ampliação da rede de distribuição com assentamento de 2.177 m de canalizações.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 1.900.000,00.

**Obras a executar**

**Captação** — Instalação dos novos grupos eletro-bombas do primeiro recalque.  
**Tratamento** — Construir um novo filtro e fazer modificação no decantador e acondicionador.

**Despesas previstas** — Cr\$ 3.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em outubro de 1961.

---

**2.A.79 Ampliação — Hidráulica de Cachoeira do Sul.**

**Obras a executar**

**Início das obras** — Previsto para setembro de 1961.

**Captação** — Mudança do ponto de captação, novos grupos eletro-bombas de recalque.

**Tratamento** — Novas unidades de tratamento.

**Distribuição** — Nova linha do 2.º recalque, ampliação e novas extensões da distribuição.

**Observações** — Trata-se de uma ampliação geral.

**Despesas a realizar** — Cr\$ 30.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Princípios de 1964.

---

**2.A.80 Ampliação — Hidráulica de Camaquã.**

**Obras executadas**

Início das obras — Janeiro de 1961.

**Obras a executar**

**Tratamento** — Construção de mais um filtro, mais um decantador, modificações no acondicionamento e arremates gerais.

**Despesas a realizar** — Cr\$ 700.000,00.

**Conclusão das obras**

Julho de 1961.

---

**2.A.81 Ampliação — Hidráulica de Canôas.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Abril de 1958.

**Captação** — Adquiridos dois grupos para o primeiro recalque e um transformador.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 1.645.345,00.

**Obras executadas em 1959**

**Captação** — Montados o transformador e os dois grupos eletro-bombas no poço de bombas do primeiro recalque.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 65.531,60.

**Obras executadas em 1960**

**Segunda adutora** — Adquiridos 800 m de canos de c<sup>o</sup>a<sup>o</sup> de 35 m em de diâmetro.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 478.912,50.

**Obras a executar**

**Captação** — Conclusão da segunda adutora.

**Tratamento** — Início e conclusão de mais um filtro.

**Despesas previstas** — Cr\$ 5.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em junho de 1961

---

**2.A.82 Ampliação — Hidráulica de Cruz Alta.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Novembro de 1957.

**Distribuição** — Construído um reservatório elevado de 500 m3.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 77.433,30.



**Obras executadas em 1959**

**Distribuição** — Feita a consolidação da fundação de um reservatório elevado de 500 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 2.071.606,10.

**Obras executadas em 1960**

Nenhuma.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 2.086.124,00 (compra de novo grupo eletrobomba para o 1.º recalque).

**Obras a executar**

**Captação** — Instalação de um novo grupo eletrobomba no primeiro recalque.

**Tratamento** — Ampliação do tratamento para 90 l/s.

**Distribuição** — Ampliação da rede de distribuição.

**Despesas previstas** — Cr\$ 35.000.000,00.

**Conclusão das obras**

Em princípios de 1964.

---

**2.83 Ampliação — Hidráulica de Dom Pedrito.**

**Obras executadas até 31.1.59**

**Início das obras** — Junho de 1958.

**Distribuição** — Construído um reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup>.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 442.227,20.

**Obras executadas em 1959**

**Distribuição** — Continuação da construção do reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup>.

**Tratamento** — Início da ampliação da estação.

**Despesas realizadas** — Cr\$ 703.656,30.

**Obras executadas em 1960**

**Captação** — Adquiridos os grupos eletro-bombas para os primeiro e segundo recalques e assentadas as suas novas linhas, numa extensão total de 1.577 m.

**Tratamento** — Prosseguimento da reforma e aumento da casa de tratamento.

**Distribuição** — Concluída a construção do reservatório enterrado de 500 m<sup>3</sup> e iniciado o reservatório elevado de 50 m<sup>3</sup>.

**Obras acessórias** — Iniciada a urbanização do parque da hidráulica.

**Despesas empenhadas** — Cr\$ 2.640.000,00.

**Obras a executar**

**Captação** — Instalação dos grupos do primeiro recalque.

**Tratamento** — Conclusão das ampliações de tratamento.